

# Restituição de Bens Patrimoniais em Portugal: Da década de 1980 à actualidade

Júlia Coelho Ferreira Trindade

**M**

2018



Júlia Coelho Ferreira Trindade

## **Restituição de Bens Patrimoniais em Portugal: Da década de 1980 à actualidade**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de Mediação Patrimonial,  
orientada pela Professora Doutora Alice Lucas Semedo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018



# **Restituição de Bens Patrimoniais em Portugal: Da década de 1980 à actualidade**

**Júlia Coelho Ferreira Trindade**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de Mediação Patrimonial,  
orientada pela Professora Doutora Alice Lucas Semedo

## **Membros do Júri**

Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald  
Faculdade de Letras- Universidade do Porto

Professora Doutora Leilane Patrícia de Lima  
Universidade de São Paulo

Professora Doutora Alice Lucas Semedo  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores



## Sumário

Declaração de honra.....	8
Resumo.....	9
Abstract .....	10
Lista de Imagens .....	11
INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1. CONCEITOS PARA A PESQUISA .....	16
1. O que é entendido por Pós-colonialismo? .....	16
2. De que falamos quando o assunto é Património Cultural? .....	19
3. Restituição, Retorno, Retenção e Repatriação: diferenças e similitudes.....	24
3.1. Restituição.....	27
3.1.1. Restituição <i>versus</i> Retorno.....	30
3.2. Repatriação .....	31
3.3. Retenção .....	33
3.4. Conclusão .....	34
CAPÍTULO 2. CONTORNOS LEGISLATIVOS .....	35
4. As Leis internacionais, Cartas e Convenções que regem a Restituição Patrimonial .....	35
4.1. As Convenções da Unesco .....	35
4.1.1 A Convenção Internacional da Unesco de 1970: Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais .....	36
4.2. O International Council of Museums- ICOM: A Questão de Ética dentro em Museus .....	40
4.3. A Convenção de 1995 do UNIDROIT : Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilícitamente Exportados .....	43
4.4. Declaração de <i>Mataatua</i> .....	47
5. A Restituição Patrimonial em Portugal: que legislação é responsável por essa questão? .....	49
5.1. Serviços estatais portugueses para a proteção do Património Cultural .....	49
5.2. Legislação portuguesa sobre Restituição Patrimonial: A Lei número 107 de 8 de setembro de 2001 .....	51
CAPÍTULO 3: APLICAÇÕES DA RESTITUIÇÃO, QUESTÕES PRÁTICAS .....	53
6. Casos Paradigmáticos de Restituição e Repatriação Patrimonial .....	53
6.1. Exemplos em Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa .....	53
6.1.1. O Museu de Culturas Dom Bosco e Museu de Etnologia de Viena .....	54
6.1.2. O Museu Emílio Goeldi e Museu Nacional de Etnologia de Leiden .....	55
6.1.3. O Museu das Culturas Dom Bosco e Museu Missionário Etnológico Colle Don Bosco .....	56

6.1.4. O Museu de São Paulo e os Krahó .....	57
6.1.5. O Museu Nacional da Dinamarca e os Tupinambás .....	58
6.1.6. O Museu de História Natural de Coimbra e Museu Maguta .....	60
6.1.7. O Instituto Nacional do Património Cultural e a Direcção Nacional dos Museus de Angola e outros países .....	61
6.1.8 A Fundação <i>Sindika Dokolo</i> e Colecionadores particulares .....	62
6.2. Casos paradigmáticos fora da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa .....	62
6.2.1. Grécia e Inglaterra .....	62
6.2.2. Exemplos envolvendo a Convenção da Unesco de 1970: Relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais .....	63
6.2.3. Etiópia e Itália .....	63
6.2.4. Nova Zelândia .....	64
6.2.4.1. Inglaterra e <i>Ngāti Awa</i> .....	65
6.2.4.2. Povo Te Arawa e Museu de Auckland .....	65
6.2.5. Museu de Antropologia da University of British Columbia (Vancouver, Canadá) e os Musqueam .....	66
6.2.6. Museu Nacional da Dinamarca e Museu Nunatta Katersugaasivia Allagaateqarfialu (Museu e arquivo nacional da Gronelândia) .....	67
6.3. Conclusão .....	68
CAPÍTULO 4. APLICAÇÃO DA RESTITUIÇÃO DE BENS CULTURAIS EM PORTUGAL .....	69
7. Conceito .....	70
7.1. A Restituição e o Museu: a restituição coloca em risco a existência dos museus? .....	70
7.2. Diferentes termos, o mesmo significado? .....	77
7.3. A Restituição Virtual .....	80
8. A Realidade da Restituição em Portugal .....	83
8.1. Exemplos de restituição em Portugal .....	83
8.2. A ausência de coleções reclamadas .....	86
8.3. O estudo da Restituição Patrimonial .....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	97
Fontes: .....	97
Bibliografia .....	98
APÊNDICE A- Informação sobre os entrevistados .....	105
APÊNDICE B- Protocolo da entrevista .....	107
APÊNDICE C – Quadro para transcrição .....	108
APÊNDICE D – Tabela comparativa dos documentos internacionais .....	110
APÊNDICE E - Tabela de Casos Paradigmáticos de Restituição em membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa .....	112
APÊNDICE F - Tabela de Casos Paradigmáticos de Restituição em não membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa .....	115

APÊNDICE G – Consentimento Informado Luís Raposo .....	122
APÊNDICE H- Consentimento Informado Pedro Casaleiro .....	123
APÊNDICE I- Consentimento Informado António Ponte .....	124
APÊNDICE J- Consentimento Informado Paulo Costa .....	125
APÊNDICE K- Consentimento Informado Sérgio Lira.....	126



## **Declaração de honra**

Declaro que a presente dissertação Restituição de Bens Patrimoniais em Portugal: Da década de 1980 à actualidade é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

## Resumo

A restituição ou repatriação de bens culturais tem-se tornado assunto recorrente nos jornais, nos órgãos internacionais e nas universidades ao redor do mundo. Contudo, há pouca informação sobre a forma como essa realidade se apresenta e é discutida em Portugal. Procura-se, com essa pesquisa, contribuir para a compreensão do conceito de restituição patrimonial e produção de conhecimento sobre casos de restituição de bens culturais em Portugal, da década de 1980 aos dias atuais. A abordagem é, essencialmente, qualitativa e de caráter exploratório, e utiliza o inquérito por entrevista (entrevistas semi-estruturadas), revisão bibliográfica, estudo exploratório de casos práticos e análise de documentos para cumprir este objetivo. Os entrevistados selecionados são diretores de museus portugueses, presidente do ICOM Europa e diretor da Direção Regional da Cultura Norte. A interpretação do material coletado adotou as propostas da Análise de Conteúdo. A coleta de dados proporcionou uma ampla visão sobre o estudo da restituição de bens culturais em Portugal, mostrando o grande conhecimento dos profissionais do campo, sublinhando, porém a necessidade de maior aplicação e desenvolvimento de estudos sobre o tema no país. Com o avanço de estudos sobre restituição de bens culturais no mundo, percebeu-se que em Portugal esta discussão e o desenvolvimento de trabalhos com comunidades-fonte em relação a bens culturais é necessária para evitar futuras situações litigiosas.

Palavras-chave: Restituição; Repatriação; Bem cultural; Património cultural; Portugal.

## **Abstract**

Restitution or repatriation of cultural property has become a recurring subject in newspapers, international organizations and universities around the world. However, there is not much information about this reality in Portugal. This dissertation aims at contributing to the understanding of the concept of heritage restitution and to the production of knowledge about cases of restitution of cultural heritage in Portugal, from the 1980s to the present day. The objective is achieved through a qualitative research method, of an exploratory nature, through semi-structured interviews, literature review and the study of particularly cases and document analysis. The selected interviewees are directors of Portuguese museums, the president of International Council of Museums (ICOM) and the director of the Direção Regional da Cultura Norte (Northern Regional Directorate for Culture). Data gathering provided a comprehensive view on the analysis of the restitution of cultural property in Portugal, besides it showed the considerable knowledge of heritage professionals about the issues at hand. With the advancement of studies on the restitution of cultural goods around the world, it was noticed that in Portugal this discussion about these issues as well as the development of works with source communities is needed avoiding future litigation in relation to cultural goods.

**Key words:** Restitution; Repatriation; Cultural Property; Cultural Heritage; Portugal.

## Lista de Imagens

Figura 1: Exposição da Festa Cauim no Museu Goeldi. Disponível em <a href="http://www.museu-goeldi.br/portal/content/o-museu-goeldi-e-suas-paisagens-culturais">www.museu-goeldi.br/portal/content/o-museu-goeldi-e-suas-paisagens-culturais</a> .....	58
Figura 2: Cocar Bororo disponível na Coleção Virtual do Museu Missionário Etnológico Colle Don Bosco.....	59
Figura 3:: Artefacto para rito fúnebre Bororo, feito de pele de onça. disponível na Colecção Virtual do Museu Missionário Etnológico Colle Don Bosco .....	60
Figura 5: Cerimónia em que o Reitor da USP devolve a machadinha que se encontrava no Museu Paulista. Foto : Alfredo Rizzuti, 1986. Fonte: <a href="http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kraho/442">http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kraho/442</a> .....	61
Figura 6: Manto ritualístico Tupinambás. Imagem retirada do artigo de Borges e Botelho (2010) .....	62
Figura 7: Máscara Jurupixuna. Peça do acervo da Universidade de Coimbra, disponível no acervo virtual <a href="https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/museu/colecoes">https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/museu/colecoes</a> ; .....	64
Figura 9: Obelisco de Axum, em Axum na Etiópia. Imagem retirada de arquivo online em: <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Obelisco_de_Axum">https://pt.wikipedia.org/wiki/Obelisco_de_Axum</a> .....	67
Figura 10: Fotografia de Wharenui Mataatua nos dias atuais. Retirada de <a href="http://www.mataatua.com/home/mataatua-house-came-home">http://www.mataatua.com/home/mataatua-house-came-home</a> . Visita em: 01/11/2017.....	68

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIDROIT- Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado

ICOM- *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus)

ONU- Organização das Nações Unidas

## INTRODUÇÃO

Embora o debate em torno da restituição e do retorno de materiais culturais não seja novo, é um tema que tem se tornado mais constante nas discussões académicas, no ambiente de museus e na diplomacia. Nos últimos anos, houve um grande aumento de reclamações pela restituição e devolução de objetos culturais retirados de seu local de origem, em consequência de guerra, ocupação estrangeira ou colonização.

Nesse sentido, refletir sobre a restituição de bens culturais e patrimoniais em Portugal significa (re)pensar os papéis dos museus, das relações com comunidades-fonte e avançar na discussão do tema, uma vez que o país pode pedir restituição e, também, ser alvo de pedidos da mesma natureza.

Ao pensar na restituição como um tema a ser debatido na sociedade portuguesa, esta pesquisa tem o objetivo de contribuir para a discussão e a compreensão do conceito de restituição patrimonial e para a produção de conhecimento sobre o tema em Portugal. Os objetivos específicos da pesquisa são aprofundar o conhecimento sobre o conceito de património cultural; analisar e comparar diferentes conceitos e tipologias associadas à restituição patrimonial; identificar e analisar Cartas Internacionais que tratem de bens patrimoniais e da sua restituição; fazer um levantamento de casos relevantes de restituição patrimonial, em termos internacionais, que possam ser considerados paradigmáticos; analisar a legislação portuguesa em relação à noção de restituição patrimonial; investigar interpretações dos conceitos de restituição patrimonial no contexto português; explorar a perspectiva de instituições culturais em Portugal sobre a restituição patrimonial; e identificar casos de restituição patrimonial em Portugal, da década de 1980 aos dias atuais.

Para realizar a reflexão sobre o tema de forma ampla, o trabalho dividiu-se em quatro capítulos. Primeiramente, foram analisados conceitos para a compreensão do tema, em conjunto com o marco teórico em que se enquadra a discussão. Sendo assim, foi analisado o pós-colonialismo como um novo paradigma para enxergar a relação entre países, o que possibilitou a discussão sobre restituição de bens culturais no campo académico. O segundo ponto do capítulo foi dedicado ao estudo do desenvolvimento do conceito de Património e sua relação com as comunidades-fonte. A terceira discussão se dá em torno do conceito de Restituição e suas variáveis, como repatriação, retorno, retenção, dentre estas questões é abordada a Restituição Virtual.

O segundo capítulo foca-se no aparato legal da restituição. Sendo um tema que aborda a posse de artefactos, relação entre diferentes nações, foi importante buscar a maneira como as leis nacionais portuguesas e internacionais permeiam a discussão. Foram analisados quatro documentos de instituição internacionais que dizem respeito à restituição e ao património cultural. Os quatro documentos são: Convenção da Unesco de 1970 (documento relativo às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens

culturais), Convenção Unidroit de 1995 (Convenção do UNIDROIT sobre bens culturais roubados ou ilicitamente exportados), Código de ética do ICOM e Declaração de Mataatua, 1993. Em relação à lei portuguesa, a pesquisa se baseou-se no Artigo 69º da Lei de Diretrizes e Bases do Património de 2001, por ser a única que trata da restituição. É de conhecimento que existem outras leis que tratem da questão do património cultural, assim como a Constituição da República Portuguesa, mas optou-se por no Artigo citado, enfatizar apenas a restituição.

No terceiro capítulo apresentou-se como a restituição de bens culturais vem sendo tratada em diferentes sítios. Inicialmente, foram estudados casos paradigmáticos de restituição ou repatriação ocorridos em países membros da Comunidade de Língua Portuguesa, em um segundo momento estudou-se casos de países não membros. Essa análise se deu para que pudesse ter ampla visão da aplicação da restituição por diferentes povos e governos. Os casos selecionados são relevantes para o cenário em que ocorreram e também possuem características que aprofundem o estudo e levem discussões sobre processos repositivos. Ressalta-se que a divisão entre os dois grupos foi feita para possibilitar análises em dois cenários distintos: o primeiro aproxima-se de Portugal, devido ao passado colonial, o que possibilita relacionar as duas realidades; e o segundo apresenta como o tema tem sido tratado ao redor do mundo.

No quarto e último capítulo da dissertação apresentou-se a análise dos dados coletados com as entrevistas de cinco gestores ligados ao património em Portugal, foram estudadas as suas visões e vivências nas instituições no que diz respeito à restituição. A análise foi dividida em dois grupos: no primeiro, foram discutidos aspetos relacionados com o conceito da restituição, analisando a relação da restituição com museus, as diferenças entre os termos estudados e a questão da restituição virtual; no segundo, procurou-se conhecer pontos da realidade e da vivência de cada instituição em relação ao tema.

O interesse para desenvolver esta pesquisa se deu no momento em que tive conhecimento sobre um pedido de retorno de artefactos, que faziam parte da exposição Memórias da Amazônia, pelos Tikuna, descendentes dos produtores dos artefactos para Portugal. A partir desse momento, surgiu a curiosidade de investigar como é a realidade desse tema no país e como Portugal lida com a restituição de bens culturais, especificamente bens que se enquadrem como artefacto arqueológico ou etnográfico<sup>1</sup>.

Além da curiosidade em relação ao tema, percebeu-se que comunidades indígenas no Brasil e demais países, como Angola iniciaram ações e processos de restituição de seus bens culturais retirados em

---

<sup>1</sup> Para definir tais categorias, utilizou-se a teoria de Patty Gerstenblith (2001, p. 197 e 198), que define três categorias de objetos a serem restituídos, sendo a primeira categoria, obras de arte, a segunda categoria objectos arqueológicos (definidos como objectos que mudaram de sua função original, ou seja, no passado eram utilitários e nos dias actuais apresentam função estética) e a terceira categoria são os objetos etnológicos (objetos de valor cultural ou religioso para uma comunidade indígena)

períodos de guerra ou de colonização. Mostrou-se o momento certo para analisar a maneira como um país que pode vir a ser alvo dessas ações trata a restituição.

No início da pesquisa percebeu-se a dificuldade em encontrar bibliografia sobre o tema no país. Na ausência de artigos neste campo, buscou-se por teses e dissertações sobre a restituição nas faculdades portuguesas, iniciou-se o levantamento de dissertações e teses sobre o assunto no repositório aberto da Universidade do Porto. Com a busca do termo “restituição”, encontraram-se 275 resultados, entretanto nenhum dos itens tinha como objeto a restituição de bens culturais. Pesquisou-se também, no banco de dados on-line da Universidade de Lisboa, pelo termo “restituição”. Houve 570 resultados, dos quais apenas uma dissertação de mestrado se aproximou do tema aqui debatido. Esse trabalho, cujo título é "Portugal e a questão dos bens culturais deslocados durante a II Guerra Mundial", foi desenvolvido por Iolanda Cristina Barreira Pereira, em maio de 2015.

Novamente percebeu-se a baixa produção académica sobre o tema, e foi necessário encontrar uma maneira de conhecer a realidade portuguesa da restituição. Decidiu-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com diretores de museu que possuíssem coleções arqueológicas ou etnográficas. Além dos diretores, foram selecionados outros gestores ou agentes do património para trazer reflexões, interpretações e aplicações do conceito de restituição patrimonial em suas vivências profissionais.

Para selecionar os profissionais entrevistados realizou-se um levantamento dos museus que possuam coleções arqueológicas ou etnográficas oriundas de outros sítios. Após esse primeiro contato, foram selecionados museus de carácter central e nacional<sup>2</sup>, pela posição abrangente e visibilidade dentro do país. Além dos museus, foram selecionados a Direção Geral do Património Cultural, o ICOM Europa e a Direção Regional de Cultura do Norte.

A partir dessa seleção, procurou-se contactar os diretores dessas instituições por *e-mail* e telefone. Foram selecionados os diretores, por compreender que, nessa função, têm acesso à realidade em causa, possibilitando uma ampla discussão sobre o assunto. Após completar a seleção, foi elaborado um roteiro para realizar as entrevistas, com base nas questões centrais da pesquisa.

Foram selecionadas cinco instituições, que aceitaram a realização de entrevista:

- Museu da Ciência da Universidade de Coimbra<sup>3</sup>, selecionado por sua vasta coleção oriunda de ex-colônias. A entrevista foi realizada com o seu diretor, Pedro Casaleiro;
- Museu Nacional de Arqueologia, por possuir coleções nacionais de diferentes locais do país e por conhecer coleções portuguesas que estejam no exterior e fossem passíveis de restituição. Inicialmente, a entrevista aconteceria com o diretor António Carvalho, mas, por questões levantadas

<sup>2</sup> Nesse sentido, são museus que possuem materiais que têm importância para a história do país, recolhidos em diferentes cidades.

<sup>3</sup> Em conjunto com o Museu Botânico, que possui o acervo do antigo Museu de História Natural da Universidade de Coimbra.



no momento da entrevista, o diretor indicou para a discussão Luís Raposo, presidente do ICOM Europa.

- Direção Regional da Cultura Norte, realizando-se a entrevista com o diretor António Ponte.
  - Museu Nacional de Etnologia, selecionado por possuir coleções etnográficas de diversos locais.
- Entrevistou-se o diretor Paulo Costa.

Após a realização das entrevistas, procurou-se enriquecer a visão apresentada na pesquisa ao entrevistar um profissional com ampla experiência de prática e de investigação. Nesse sentido, completaram-se as entrevistas com Sérgio Lira, investigador e museólogo reconhecido, envolvido em projetos nacionais e internacionais. Tal entrevista possibilitou uma posição diferente sobre a restituição no contexto desta pesquisa.<sup>4</sup>

Foi possível perceber que, além de terem formação no campo da arqueologia, museologia ou história todos os entrevistados atuam na área do património há mais de cinco anos. Com essas informações, sublinha-se que a dissertação partiu de agentes com proximidade nas realidades de estudo e vivência. Dada a seleção dos entrevistados, desenvolveu-se o protocolo da entrevista<sup>5</sup>.

Como proposto no protocolo, as entrevistas ocorreram nos museus ou instituições, nos gabinetes dos entrevistados, com exceção da entrevista de Sérgio Lira que foi realizada em um espaço da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Cumprindo os requisitos éticos, como referido em “Nota de Orientação para pesquisadores e avaliadores Ciências Sociais e Pesquisa de Humanidades”<sup>6</sup>, a ética é parte integral da pesquisa e apenas com ética a pesquisa pode avançar. A participação dos entrevistados foi voluntária. Todos os entrevistados assinaram o “Consentimento informado”, possibilitando o uso dos textos para análise neste trabalho<sup>7</sup>.

O guião inicial para a realização das entrevistas foi organizado com base nas questões centrais da pesquisa e basearam-se em três dos objetivos específicos: investigar interpretações dos conceitos de restituição patrimonial no contexto português; explorar a perspetiva de instituições culturais em Portugal sobre a restituição patrimonial; e identificar casos de restituição patrimonial em Portugal.

O guião serviu como base para o início das conversas, mas, ao longo da discussão sobre o assunto, novos temas surgiram ou se tornaram pouco relevantes no processo e, por essa razão, existem mudanças ao longo das entrevistas. Os temas foram propostos e os entrevistados tiveram liberdade para se posicionar e apresentar expor o posicionamento da instituição. As entrevistas foram gravadas em um aparelho digital e a pesquisadora realizou a transcrição para o estudo através das regras propostas por Dino Preti, no livro “O Discurso Oral Culto” (1999), que apresenta normas para a transcrição de entrevistas gravadas em língua portuguesa, abrangendo Portugal e Brasil<sup>8</sup>.

<sup>4</sup> Encontra-se disponível no Apêndice A o quadro com as principais informações sobre os entrevistados.

<sup>5</sup> O protocolo da entrevista encontra-se no Apêndice B.

<sup>6</sup> Documento recuperado de [https://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/fp7/89867/social-sciences-humanities\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/fp7/89867/social-sciences-humanities_en.pdf).

<sup>7</sup> Os termos de “Consentimento informado” assinados pelos participantes encontram-se no Apêndice D.

<sup>8</sup> O quadro com as normas encontra-se no Apêndice C e foi retirado da obra de Preti (1999, p.224).

Além da entrevista semiestruturada, foram selecionados outros três métodos para recolher os dados necessários para o cumprimento dos objetivos propostos. São eles, revisão bibliográfica para discussão dos conceitos, estudo de casos práticos e análise de documentos e cartas legais. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi selecionada a abordagem qualitativa, pois esta possibilita visualizar e analisar a realidade estudada.

Na pesquisa qualitativa, a entrevista é uma opção para coletar informações que possibilitam compreender como os sujeitos se colocam perante o objeto de estudo. José Manzini (1991, p. 154), por exemplo, propõe que a entrevista semiestruturada seja considerada um método focado em desenvolver assuntos sobre o qual foi elaborado um roteiro prévio com as principais questões que o pesquisador procura conhecer e que pode ser complementado por outras perguntas no momento da entrevista (Manzini, 2004, p. 1). Neste tipo de entrevista mantém-se liberdade para discutir o tema com o entrevistado e, assim, possibilitar que este se posicione e apresente o seu ponto de vista com o caráter de uma conversa de teor científico.

O planeamento do que será tratado ao longo da coleta de informações acontece “por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos” (Manzini, 2004, p. 2). O roteiro mostra-se como um instrumento que vai além da coleta de informações e serve para que o pesquisador se organize no processo de interação com o informante (Manzini, 2004, p. 2). Com a possibilidade de ampla discussão do tema presente nesse tipo de entrevista e utilizando o roteiro como uma base para a interação, no caso presente, o método possibilitou uma compreensão mais profunda e próxima da realidade da restituição em Portugal, uma vez que os entrevistados têm contato direto com o que está sendo tratado.

Sobre a elaboração das perguntas, Triviños (1987) separa quatro categorias: 1) perguntas denominadas consequências, como “o que pode significar para a comunidade urbana, na qual vive a grande quantidade de pessoas, quem não sabe ler nem escrever?”; 2) perguntas avaliativas, por exemplo, “como julga a resposta da vizinhança ao convite para participar da organização de uma cooperativa?”; 3) questões hipotéticas, como, “se você observasse que seus alunos brigam frequentemente entre si, qual seria seu comportamento como professor?”; 4) perguntas categorias, “se você observasse a respostas de seus vizinhos frente à possibilidade de organização de uma cooperativa, em quantos grupos nós poderíamos classificá-los?” (Triviños, 1987, p. 151). O autor conclui salientando que as categorias de perguntas não devem ser amarras para a pesquisa e sim uma maneira de abrir perspectivas e possibilitar análises e interpretações (Manzini, 2004, p. 3).

Após a realização das entrevistas, selecionou-se o método “Análise de Conteúdo” para a análise dos dados. A autora foi uma das primeiras a propor o método, mas nos últimos 50 anos as abordagens deste método foram se desenvolvendo a partir de outros teóricos (Moraes, 1999, p.2).

Roque Moraes compreende a análise de conteúdo como

uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas,

qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (Moraes, 1999, p. 2).

O método foi selecionado, pois, através das cinco etapas propostas, é possível que o investigador analise os dados disponíveis, procurando captar o sentido simbólico neles. Esse sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único (Moraes, 1999, p. 3). Nessa perspectiva, o método possibilita a análise de entrevistas, já que se consegue dar objetividade à fala, ao mesmo tempo em que se respeita a multiplicidade de significados e sentidos que esta possui.

A “análise de conteúdo” divide-se em cinco fases para a sua realização. Moraes (1999, p. 4) apresenta-as como sendo: “1- Preparação das informações; 2- Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3- Categorização ou classificação das unidades em categorias; 4- Descrição; 5- Interpretação”. Através dessas etapas realizou-se a análise das entrevistas e possibilitou retirar da fala de cada entrevistado informações importantes para a compreensão da restituição em Portugal.

O material adquirido colaborou para compreensão do tema em Portugal e enriqueceu a discussão sobre o assunto. O tema possui relevância em Portugal e no cenário internacional, mas percebe-se que é pouco discutido na bibliografia e em artigos acadêmicos, o que faz-se esperar que após concluída, a pesquisa sirva de estímulo para outros estudos que busquem aprofundar ainda mais o universo aqui analisado.

## **CAPÍTULO 1. CONCEITOS PARA A PESQUISA**

Neste capítulo inicial, são apresentados os principais conceitos, os quais serviram de suporte teórico para o desenvolvimento da pesquisa. A primeira discussão a ser apresentada refere-se ao enquadramento da teoria pós-colonial. A relevância cultural e histórica dada às antigas colônias, independentemente de suas metrópoles, nessa nova forma de pensamento, destaca a importância da desconstrução do paradigma colonial para que todos tenham a mesma voz. A partir desta abordagem, a cultura "periférica" assume caráter relevante e igualitário em relação à cultura "central", sendo assim, a restituição patrimonial passa a ser compreendida como parte de uma recuperação de bens perdidos, que fazem parte da história e construção identitária daquele povo.

Seguidamente, realiza-se uma breve análise do conceito de Património cultural. A evolução do conceito ao longo dos anos, iniciando no Período Moderno (século XIV- XVIII) até os dias atuais, através do estudo de autores como Carlos Alberto Ferreira, Helena Zanirato, Rodney Harrison, Laurajane Smith, Elsa Peralta e Marta Anico, entre outros. O estudo desse conceito evidenciará a importância do património perante a comunidade que o produziu e, conseqüentemente, validará a restituição patrimonial.

No último tópico do capítulo, a pesquisa adentra para a análise do conceito de "restituição patrimonial", suas principais características, as questões legais, quando pode ocorrer ou por que deve ocorrer, os principais agentes envolvidos, bem como outros pontos levantados sobre o tema central. Ainda no mesmo tópico, são separados e diferenciados os conceitos de "restituição", "repatriação" e, no caminho contrário, a "retenção", com as principais problemáticas que cada uma carrega, como legalidade, legitimidade e padrões éticos. Dessa forma, serão analisados diferentes pontos de vista a partir de autores e autoras, como Geoffrey Lewis, Analucia Thompson, Tristram Besterman, Katherine Carlton, Luiz Carlos Borges, Marília Braz Botelho, Irini Stamatoudi e Robert Peters.

### **1. O que é entendido por Pós-colonialismo?**

Geralmente, o conceito de pós-colonial é expresso em duas vertentes de análise: a primeira como tempo histórico, posterior aos processos de independência das antigas colônias, o que remete à ideia de superação do colonialismo, uma fase finalizada da história, trazendo a ideia de que estamos vivendo numa era pós-colonial (Pezzodipane, 2013, p. 88). A segunda vertente trata o pós-colonial como uma "contribuição teórica dos estudos literários e culturais, produzidos (...) a partir dos anos de 1980, que se consolidou como crítica ao colonialismo." (Pezzodipane, 2013, p. 88).

No estudo desenvolvido, optou-se por utilizar a segunda vertente como corrente de análise a ser seguida. Nela, o conceito pós-colonial é uma crítica ao colonialismo e permite que os antigos povos colonizados tenham voz e sejam ouvidos, desconstruindo o discurso colonial. Segundo Homi Bhabha, “precisamos do pós-colonialismo para nos mostrar a experiência completa da descolonização” (Pezzodipane, 2013, p. 89), com a teoria pós-colonial é possível compreender o processo de independência dos países e os resultados de anos sob domínio colonial, a partir do ponto de vista dos colonizados e não mais dos colonizadores.

Quando se trata da restituição patrimonial deve ser lembrado que uma das razões para que ela aconteça é a tomada de consciência de povos, que outrora eram dominados por outros países. A partir de sua independência passam a se ver como agentes de sua história, que procuram a construção de sua identidade. Essa mudança de paradigma só é possível quando o discurso colonial que os colocava como povos colonizados e submissos da metrópole, é desconstruído e questionado.

Utilizando a colonialidade<sup>9</sup> como parâmetro para análise das posições dos países na comunidade internacional, percebe-se que mesmo com a independência das colônias, existe grande desigualdade e irregularidade entre os países centrais e os periféricos<sup>10</sup>. Essa desigualdade se reflete na cultura, por exemplo quando a cultura do País Central se destaca como superior e a do País Periférico aparece como exótica, de caráter folclórico, esta perde parte de sua importância como uma das esferas da comunidade. A restituição de bens patrimoniais só vai ter sentido se for percebida a importância cultural da comunidade e do seu bem patrimonial, o que se torna possível a partir da visão crítica das relações de poder entre países e com a desconstrução do discurso colonial.

Ao tratar do pós-colonialismo, Stuart Hall (2011) enfatiza a necessidade de interpretar as relações de poder existentes na colonização e na independência, ao invés de tratá-la de maneira binária e simplista, dividindo-a em colonizador e colonizado, como uma simples situação de dominação. O autor trata a colonização como um processo complexo, que fez parte da sociedade e modificou as estruturas de ambos os envolvidos, vale ressaltar, como uma de suas características, a transformação definitiva de sua cultura, através da transculturação.

Na teoria pós-colonial abre-se espaço para que as narrativas imperiais sejam reescritas de forma descentralizada (Hall, 2011, p. 102), sendo a procura pela descentralização e pela possibilidade

---

<sup>9</sup> Conceito utilizado por Aníbal Quijano (2010) como dinâmica do poder, que hierarquiza diferentes sectores da humanidade, sendo "naturalizada historicamente para atender aos objetivos econômicos e políticos de um mundo em transformação, em que, indivíduos 'superiores' exploram, expropriam, negam e se prevalecem da condição, muitas vezes miserável, de seus 'inferiores'." (Pezzodipane, 2013, p. 94).

<sup>10</sup> Teoria adotada pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), apresenta a Europa como o espaço de países centrais e América, Ásia e África como o espaço dos países periféricos.

de dar voz às minorias e às nações, que eram tratadas como inferiores, é um dos principais aspetos desse paradigma. Assim como a colonização, a descolonização é um processo lento que deixa na sociedade as características do sistema colonial e perduram por longos anos, afetando o desenvolvimento da sociedade que sofreu a colonização.

Stuart Hall (2011) enxerga a colonização como um "processo inteiro de expansão, exploração, conquista, colonização e hegemonia imperial, que constituiu a face mais evidente da modernidade capitalista auropeia" (p. 106). Se a colonização foi um marco para a formação do mundo capitalista ocidental, não se espera que após a independência suas características sumam, elas estão interiorizadas na base das novas nações. Os efeitos do período de colonização foram internalizados pela própria sociedade e leva ao "surgimento de uma forma difusa de hegemonia colonial, que através de novos arranjos, oportunizados pelas crises "internas" dos Estados e sociedades pós-coloniais, vão resultar na continuidade dos processos de poder e dominação" (Maia, 2015, p. 30), continuidade que a teoria pós-colonial procura quebrar.

Ruth Frankenberg e Lata Mani, autoras citadas por Stuart Hall, dizem que a teoria pós-colonial é uma forma de analisar os encontros entre as sociedades colonizadoras e os Outros, porém de forma distinta em diferentes países (Hall, 2011, p. 103). Significa que a teoria pós-colonial se diferencia de local para local, nem todos tiveram a mesma experiência em uma mesma época, cada um enxerga o seu momento pós-colonial de sua maneira, e ressalta como a teoria em estudo é mutável, quando se trata de sua periodização e localidade.

Devido a essas diversas interpretações, o conceito de "pós-colonial" pode ser analisado em sua construção sintática. A impressão passada pelo prefixo "pós" é que o colonialismo é algo que ficou no passado, porém, como defendido por Stuart Hall e Ella Shohat, o mundo colonial não foi concluído, ele "sobrevive na política, cultura e economia, através de seus efeitos secundários" (Hall, 2011, p. 104). A configuração do domínio colonial se alterou, embora, ainda se faz presente na relação entre nações.

Outro ponto importante a se tratar é o lugar crítico que a teoria pós-colonial ocupa, "por ir além das narrativas nacionalistas anticoloniais que colocam a Europa como um objeto de crítica" (Maia, 2015, p. 29), a teoria traz a discussão sobre toda a rede que envolve colonizações, não apenas na procura por culpados ou oprimidos. A crítica se expande para "uma análise discursiva e historiográfica tocando na descentralização das múltiplas relações de poder, (por exemplo, entre homens e mulheres colonizados, ou entre camponeses colonizados e a burguesia)". (Shohat, 1992, p. 107). A autora mostra como o colonialismo se faz presente em diversas esferas da sociedade.

Com o avanço dos estudos sobre o pós-colonialismo, percebeu-se seu afastamento do discurso anticolonial e dualista, trazendo "à tona o tema da configuração das novas relações de poder nos países colonizados enfatizando a repetição na diferença e a regeneração do colonialismo através de outros meios" (Maia, 2015, p. 31). Ao transformar o pós-colonial em um discurso crítico que se embrenha pelas redes de poder e relações sociais presentes na sociedade colonial, passa-se a entender melhor como suas características foram internalizadas na sociedade contemporânea. Com essa compreensão, há uma procura por desconstruir discursos que inferiorizem e tirem importância de alguns países.

A restituição patrimonial relaciona-se com a teoria pós-colonial como uma maneira de reconhecimento que países os quais tiveram seus bens espoliados ou retirados de si, têm condições de tê-los de volta, como forma de recontar sua história há tanto ignorada ou inferiorizada. Como agentes históricos, os povos desses países ex-colônias têm voz para procurar uma maneira de fortalecer sua identidade e cultura, daí a importância dessa teoria descentralizadora para a questão patrimonial, mas ressalta-se que "o pós-colonial é um tempo de diferenças e desigualdades, por que o fim do colonialismo não representou o fim das desigualdades, elas continuam, apenas mudaram seus donos e padrões" (Maia, 2015, p. 32), continua-se, então, a procura pela quebra desse quadro colonial.

## **2. De que falamos quando o assunto é Património Cultural?**

Hoje em dia muito se ouve sobre património cultural, sua preservação, proteção, importância para o país ou até para o mundo, afinal existe a lista do "Património Cultural da Humanidade" criada pela Unesco. Mas o que é dito ou que se procura com essa preocupação sobre o tema? Qual a intenção de políticos e empresas que tanto evocam esses bens em seus discursos em prol da preservação de bens patrimoniais? Procurando permear uma boa resposta a essas perguntas e compreender a importância do património através do seu conceito, inicia-se aqui esta discussão. Algo complexo, importante para a sociedade, uma vez que, como será visto, é parte de sua identidade e cultura, além de que, só com essa compreensão do património, será possível perceber a importância de um acto de restituição e repatriação patrimonial.

As primeiras maneiras de conceituar património cultural na sociedade moderna foram desenvolvidas entre os séculos XV e XVIII e teve a primeira grande mudança durante a Revolução Francesa, como apresenta Beatriz Kuhl (2006). Nesse período, limitavam-se a explorar o património como monumentos do passado que retratam a história de um povo. Na França pós-revolucionária houve a primeira categorização do património, as obras foram divididas em três grandes categorias: remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos (Choay, 2006, p. 12),

que mostram a limitação do conceito. A partir do século XX, o conceito se desenvolveu e abrange diversos aspetos que traduzem não mais a história de um povo de forma isolada, mas uma história que foi construída em conjunto com identidades e culturas. Autores como Carlos Alberto Ferreira, Helena Zanirato, Rodney Harrison, Elsa Peralta e Marta Anico, entre outros, procuram definir património de forma completa, com variações nos paradigmas adotados de acordo com o momento da escrita.

Em 1993, Carlos Alberto Ferreira de Almeida definiu património como “o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para existência e afirmação das diferentes comunidades, desde a vicinal e paroquial (...) até a nacional e internacional. É neste duplo aspeto, isto é, o de 'património como valor de identidade e de memória' de uma comunidade e sobretudo o de património 'como qualidade de vida' que ele será cada vez mais falado e lhe será dada importância" (Almeida, 1993, p. 2). O autor se baseia no valor de identidade e de memória para atribuir ao “Bem” o seu carácter de património. Um bem que não mais tem “vida” dentro de sua comunidade, não pode ser património, pois não faz parte da identidade daqueles que estão a sua volta, se torna um monumento sem grande valor social.

Essa maneira de pensar é um dos pontos que levanta críticas aos museus etnográficos, afinal o artefacto ali exposto, nada mais é do que um objeto de exposição, ou seja, perdeu sua “vida”, seu carácter de ter alguma importância simbólica dentro da comunidade que o produziu. Além de, também, atingir a ideia de que para manter o património basta a excessiva proteção, se não for permitido que o bem faça parte da sociedade, tenha alguma utilidade ou participação das pessoas naquele espaço, ele não terá importância e consequentemente sua preservação vai se tornar parca e sem apoio dos que o rodeiam.

Ao colocar o bem patrimonial como um atrativo turístico ou como um espaço de visitação que tenha contacto direto com a comunidade, é necessário aceitar que ele correrá o risco de passar por deterioração ou parcial destruição, por isso é importante que a instituição responsável pelo património esteja constantemente procurando conservá-lo, sem que para isso precise afastar a comunidade de seu património.

Outra autora que traz importante contribuição para o conceito de património é Helena Zanirato (2009), em complemento ao autor anteriormente citado, Zanirato trabalha os diferentes elementos que podem compor o património, colocando como material ou imaterial, natural ou cultural. Um aspeto diferenciado tratado pela autora é a designação do carácter de um bem patrimonial, como tal é dado pelo grupo de indivíduos que reconhece sinais de sua identidade no mesmo, o bem só é um



património se o grupo específico atribuí-lo esse valor. Se não houver traços identitários no bem, ele perde sua importância social perante a comunidade. "Os elementos culturais são conformados pelas manifestações materiais e imateriais criadas pelos sujeitos que nos precederam. Neles se incluem objetos e estruturas dotados de valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social e que podem ser materiais ou imateriais. Conservá-lo é uma forma de garantir o testemunho e referencial, não apenas de seu valor arquitetónico e histórico, mas dos valores culturais, simbólicos, de sua representatividade técnica e social" (Zanirato, 2009, p. 1).

Aprofunda-se a necessidade de conservação do bem que vai além do valor histórico ou arquitetónico, e sim como a manutenção de um símbolo e referência para a comunidade que lhe atribuiu esse valor. Demarca-se, ainda, a forma que o património é tratado, isto é, como representante das raízes culturais da comunidade, desse ponto a importância de um bem para àqueles que o produziram mostrasse além do histórico. Novamente, observa-se um ponto contra os museus que tratam património de outros povos como algo colecionável, pois se ali exposto o bem, não passa de uma peça com atributos estéticos a ser vista, para seu povo é um artefacto que os conectava a sua raiz e cultura.

Rodney Harrison (2013) contribui para a definição de património, de maneira mais ampla que os autores anteriores, defendendo que o bem patrimonial pode ser sólido ou etéreo, coisas pequenas ou grandiosas, casas humildes ou grandes palácios, dependerá do que for definido ou possuir alguma conexão com a sociedade a sua volta. "O conceito de património não engloba apenas a relação de uma nação com a história, mas também se refere cada vez mais às formas em que uma ampla gama de outros círculos estão envolvidos na produção do passado no presente. (...) Assim, a herança pode ser vista para operar em uma variedade de diferentes escalas espaciais, temporais e institucionais" (Harrison, 2013, p. 5)<sup>11</sup>. O ponto em comum dentre os autores é a afirmação de que o património não pode estar conectado apenas com a história de um povo, não desmerecendo ou diminuindo esse aspeto, mas ele deve vir acompanhado de valores importantes para a comunidade que o circunda. O património é o resultado da união de círculos, como colocado por Harrison, conectando a história, a identidade, os valores sociais e o que a sociedade atual vê de importante em seu passado e planeja deixar para gerações futuras.

Para além de discussões académicas, mostradas com os autores anteriormente citados, o património também é tema abordado em outros espaços da sociedade, por exemplo na Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, agência especializada da ONU responsável pelos setores que compõem seu nome.

---

<sup>11</sup> Todas as traduções apresentadas ao longo da dissertação foram realizadas pela autora do texto.

A Unesco possui Cartas e Convenções sobre o património e traz a seguinte definição sobre património: "são considerados bens culturais os bens que, por razões religiosas ou profanas, são considerados por cada Estado como tendo importância arqueológica, pré-histórica, histórica, literária, artística ou científica e que pertencem às (onze) categorias (citadas posteriormente)" (Artigo 1 Convenção de 1970, da Unesco), dentre as categorias que podem ser encaixados os bens culturais existe grande diversidade, desde bens materiais monumentais, como sítios arqueológicos, ruínas, paisagens urbanas, entre outros. As categorias eram limitadas e excluía bens culturais imateriais, que a partir de 2003, passam a ser enquadrados como património pela própria instituição, com a criação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, a Unesco introduziu em sua lista oficial do que é património, danças locais, artesanato, eventos festivos, entre outros bens não materiais.

A necessidade de categorizar bens patrimoniais e listá-los para garantir a sua proteção, como feito na Unesco, é um hábito dos agentes do Património, desde o período da Revolução Francesa (Kuhl, 2006) tornou-se comum a listagem dos bens e locais que necessitam de proteção. É compreensível esse ato, uma vez que só se pode proteger o que é conhecido, são listados os bens que necessitam de proteção ou está em uma região de risco<sup>12</sup> para que possa existir o controle sobre sua conservação.

O aspeto negativo dessa forma de agir é a exclusão de outros bens patrimoniais, que por não serem listados por uma instituição podem se tornar alvos ou serem desconsiderados como tal, correndo o risco de serem perdidos. Considerando o alto número de bens patrimoniais que existem no mundo, é impossível que um só órgão de proteção possa listar todos, por esse motivo, a ação protecional deve ser feita em diferentes instâncias: internacional e nacional; local; municipal; pública e particular. Se tornando responsabilidade das autarquias, câmaras, instituições de cultura e ensino (museus, universidades) e dos membros das comunidades.

Além da listagem, a categorização dos bens entre Património Imaterial<sup>13</sup> e Património Material também foi adoptada pela Unesco, como forma de facilitar sua proteção, criando medidas diferentes para manutenção de cada uma das categorias. Assim como a listagem a categorização apresenta como ponto negativo. O facto de dividir o património em um dos quatro grupos (cultural, imaterial, natural ou documental)<sup>14</sup>, o diminui como bem de importância identitária, cultural, social e

<sup>12</sup> Segundo Artigo 11º da Convenção para a protecção do Património mundial, cultural e natural, local de risco é definido por locais em que o património está exposto aos conflitos armados, guerra, sismos e outras catástrofes naturais, além poluição, caça furtiva, urbanização exacerbada e desenvolvimento descontrolado do turismo.

<sup>13</sup> Património Imaterial sob definição da Unesco, presente na Convenção para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, artigo 2º, Parágrafo 1: são "práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural".

<sup>14</sup> Categorias utilizadas pela Unesco na categorização de bens patrimoniais em 2017, retirado de [Unesco.org](http://Unesco.org), em 02 de dezembro de 2017.

histórica.

O património deve ser visto como algo que possui as duas faces, tanto o material, quanto o imaterial, como colocado por Willian Eduardo Righini de Souza Giulia Crippa (2011), que representam de forma completa a união entre material e imaterial nos exemplos a partir de castelos, igrejas e obras de arte, que "são classificados como patrimónios e vistos como diferentes das demais construções a partir dos significados que adquiriram socialmente, ou seja, seu carácter intangível. Ao mesmo tempo, o património intangível está imerso em um universo material, que é utilizado como suporte e símbolo para a sua perpetuação" (Souza e Crippa, 2011, p. 247).

Expandem-se para um exemplo que se adequa ao ponto central do trabalho, para colecionadores ou museus que possuem objetos etnográficos que fazem parte do património cultural de um povo, esses objetos são apenas um património material, uma representação de um povo diferente, ignorando que para a comunidade que os construiu existe uma importância simbólica e ritualística nos artefactos.

A categorização enfraquece a forma de enxergar o património, se os colecionadores de arte enxergassem tais bens em sua totalidade de significados, dificilmente os teriam tratado apenas como itens de coleção, apresentando maior respeito por aqueles que a produziram. Ao analisar um bem patrimonial, não se pode limitá-lo a apenas uma dessas categorias, pois a importância simbólica que sua comunidade produtora o designa, faz dele um bem patrimonial e não apenas um objeto ou monumento histórico. Laurajane Smith (2006, p. 3) defende que o ideal seria considerar todo património como intangível, sem negar o aspeto material, mas entender que ele não é autoexplicativo e só se destaca dos demais materiais iguais ou semelhantes a partir dos sentidos que lhes são atribuídos nos seus usos sociais.

Embora novos paradigmas, como o adotado por Elsa Peralta, Marta Anico, Willian Souza, Giulia Crippa e Laurajane Smith, considerem o valor social como o mais importante para o ato de patrimonialização, existem outros valores no bem patrimonial que podem ser explorados e tendem a ser colocados como prioritários pelas autarquias, como o comercial e o político. Este último é representado pela ação de membros da classe política que designam importância a um determinado bem patrimonial para reforçar uma identidade desejada da comunidade ou reconstruir uma parte histórica específica que atenda a seus interesses.

Quanto ao valor comercial, desde o século XIX, acontece o espólio de bens patrimoniais móveis devido ao seu valor histórico, situação que continua a ocorrer em locais suscetíveis (como locais de guerra), e continuam sendo vendidos no mercado negro da arte por altos valores, assim como nos séculos anteriores. Porém, outra forma de explorar o carácter económico do património, sem lesar diretamente a sociedade<sup>15</sup> é através do turismo, uma maneira de enriquecer as comunidades e

---

<sup>15</sup> O alto fluxo de turistas já é considerado um problema em determinados locais, mas por não ser uma destruição direta e

também fazer com que sua história e identidade seja divulgada.

O Património cultural é uma mistura de diversos valores presentes numa comunidade, que nada significariam se não fosse a relação e o conjunto de atitudes que esse grupo cria com o bem patrimonial, mas deve ser reforçado que os valores lhes são atribuídos pela comunidade a sua volta e não intrínsecos ao objeto (Peralta; Anico, 2008), é um processo social e cultural, um ato de comunicação e de atribuição de significados (Smith, 2006, p. 1). Essa relação é caracterizada "por uma reverência e apego aos objetos, lugares e práticas selecionados que se pensa conectar ou exemplificar o passado de alguma forma" (Harrison, 2013, p. 14)<sup>16</sup>, o património é uma criação, sua designação como tal pode partir da sua comunidade, de órgãos internacionais ou instituições de cultura, vai depender dos interesses em volta deste bem.

Ressalta-se que em um primeiro contato com o tema da pesquisa, este trabalho limitar-se-ia à restituição de bens patrimoniais, porém, com o desenvolvimento dos estudos, estendeu-se a analisar a restituição de "bens culturais", graças às limitações conceituais de património. Para compreender a diferença entre os termos utilizados, evoca-se a definição dada por Flávio Carsalade (2016) para "bem cultural", o autor o define como uma

unidade de preservação do Património Cultural. O bem, como indivíduo, é a substância concreta da coisa dotada de significado patrimonial e que integra o rol do património coletivo, herança selecionada por um povo para o referenciar e constituir o conjunto que atravessa a temporalidade de suas gerações. (Carsalade, 2016, p. 1).

Dessa forma, o bem cultural é uma das unidades que compõem o património, e os bens patrimoniais estariam "por força de algum instrumento legal (...) protegidos" (Carsalade, 2016, p. 14). Sendo ambos os conceitos importante para o contexto cultural de suas comunidades, passou-se a utiliza-los sem distinção ao longo da discussão que se segue sobre a restituição.

### **3. Restituição, Retorno, Retenção e Repatriação: diferenças e similitudes**

Nos tópicos anteriores do trabalho foram brevemente apresentados os conceitos de pós-colonialismo e o património cultural. Com estes dois pontos, pode-se perceber a importância que o património cultural tem no contexto pós-colonial, afinal, se nesse momento as novas nações independentes procuram se firmar com sua identidade e história, o património cultural tem papel essencial nessa ação. Porém, é comum que, em contextos coloniais ou de guerras, parte desse património seja retirado de forma ilícita do seu local de origem. Por ilícito é dito que a retirada não seguiu as leis internas do país detentor dos bens. Nesse momento de afirmação identitária e valorização histórica, é de interesse dessas nações reaver seu bens culturais, assim, inicia-se a discussão sobre restituição ou repatriação<sup>17</sup> de bens patrimoniais.

---

intencional não entra na discussão do texto.

<sup>16</sup> Tradução da autora

<sup>17</sup> Termos com valor jurídico que representam esta devolução.

Os principais termos a serem utilizados para o estudo dessas devoluções são “Restituição” e “Repatriação”, este último representa o retorno à terra de origem, sendo um termo juridicamente próximo a restituição. Alguns autores utilizam, ainda, o termo “retorno”, por exemplo, Irini Stamatoudi e Robert Peters (2011). Stamatoudi define o termo como uma devolução do objeto, de forma simples a beneficiar ambos os lados. Para Peters (2011) que se foca na questão legal dos termos, o “retorno” se aplica a objetos que foram retirados de seus proprietários em períodos coloniais, o que o diferencia de “restituição”, que segundo o autor, seria utilizado em casos de objetos roubados ou espoliados entre nações soberanas. Todos são utilizados para definir uma ação de que o patrimônio cultural, de alguma forma, voltará a ter contato com sua nação ou povo de origem. Como apenas Restituição e Repatriação são juridicamente reconhecidos, terão ênfase no estudo de seus conceitos, enquanto “retorno” será visto de forma comparativa à “restituição”. Ao lado dos termos “devolutivos”, há a “Retenção”, que apresenta o outro lado da devolução dos bens culturais e será vista como o último conceito, parte desse sistema.

Como conclusão à leitura e estudo de casos práticos de restituição patrimonial percebe-se que um dos principais momentos de pedidos dessa natureza é após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), como apresenta Patty Gerstenblith, as guerras são momentos de grande saque de objetos culturais, "no passado, o saque de objetos culturais foi principalmente o resultado da guerra, surgiu outra ameaça nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial" (2001, p.201)<sup>18</sup>, com o fim do conflito do século XX, iniciaram-se pedidos de restituição por parte de membros de famílias que tiveram seus bens saqueados.

A Segunda Grande Guerra foi marcada pela perseguição dos nazis a judeus e outras minorias, nesse período muitos bens foram roubados pelo Estado. Com o fim da guerra, os herdeiros dos que tiveram seus bens roubados cobraram a restituição dos governos e museus, a fim de reaver o que pertencia à sua família. No contexto português, esse momento foi estudado por Iolanda Cristina Barreira Pereira e Inês Fialho Brandão, ambas pesquisaram o mercado da arte e colecionadores em Portugal durante e após a guerra, as leis portuguesas e decretos da década de 1950 que lidavam com a questão dos colecionadores e o comércio de arte nesse período. Se tratando de uma restituição a particulares e com teor voltado à posse de obras de arte, não será um tema abordado neste trabalho, que tem como objetivo focar na restituição de artefactos arqueológicos e etnológicos<sup>19</sup>.

Se tratando de ex-colônias, os artefactos arqueológicos ou etnológicos são os principais itens nos pedidos de restituição. No contexto desses países, o momento ápice da realização dos pedidos, sofre grande variação, pois essa questão se relaciona diretamente com os momentos de independência. Por exemplo, a Angola torna-se independente em 1975, inicia o processo de procura pelos bens

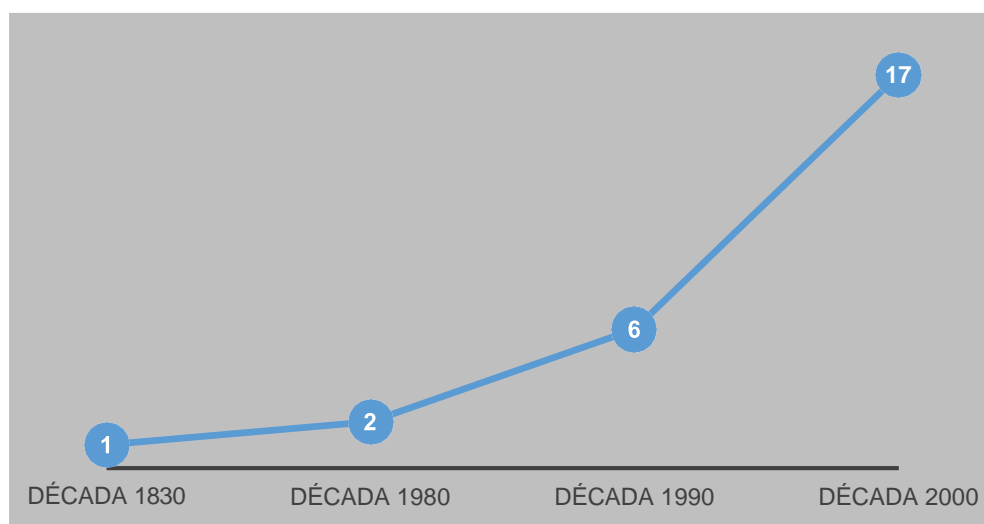
---

<sup>18</sup> Tradução da autora.

<sup>19</sup> Patty Gerstenblith (2001) define três categorias de objetos a serem restituídos, sendo a primeira categoria, obras de arte, a segunda categoria objetos arqueológicos (definidos como objetos que mudaram de sua função original, ou seja, no passado eram utilitários e nos dias atuais apresentam função estética). E a terceira categoria seriam os objetos etnológicos (objetos de valor cultural ou religioso para uma comunidade indígena não industrializada) (p. 197 e 198).

culturais nos anos 2000, a Gronelândia inicia a independência em 1908, têm seu primeiro pedido de repatriação aceito em 1982, ou seja, não há um momento que pode ser definido como o certo para o começo das repatriações. Após estudar casos práticos, foi possível perceber que na década de 1990 houve aumento considerável nas repatriações e nos anos 2000, o número de pedidos quase triplicou<sup>20</sup>. O gráfico a seguir foi montado tendo como base os exemplos estudados no próximo capítulo, a linha representa a quantidade de pedidos de repatriação ou restituição realizados nos períodos de 1835, e nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

Com a mudança para o paradigma pós-colonial nos anos de 1970 e 1980, já estudado no tópico 1 do Primeiro capítulo, surgiu uma nova vertente crítica em relação às posições eurocêtricas e a forma como as ex-colônias eram vistas e tratadas. O resultado dessas discussões, no campo político e acadêmico, teve reflexos na cultural, refletindo, principalmente, nos museus de etnologia ou etnografia, que passaram a ser vistos como um "repositório de objetos descontextualizados e fossilizados" (Thompson, 2013, p. 3). Levantou-se a questão de mudar a concepção de museu, que se tornou um espaço para "a interdisciplinaridade e o entendimento de património cultural e natural" (Thompson, 2013, p. 3).



Os objetos etnográficos passam a ser visto como representações de uma cultura e sociedade, são como um texto que devem ser lidos e interpretados dentro de um contexto e com significado. Dessa forma, perdem o caráter de enfeites estéticos de um povo exótico. Tal perspectiva foi desenvolvida pelo antropólogo Clifford Geertz, o qual afirma que fenômenos sociais precisam ser "lidos", não apenas pelos antropólogos, mas também pelos próprios membros da sociedade (Thompson, 2013).

Tornam-se mais frequentes os pedidos de restituição de bens patrimoniais, primeiro porque as ex-colônias começam a se perceber como nações e procuram recompor sua história e reforçar suas identidades e culturas, a nova posição dos museus também interfere, afinal, se agora os artefactos

<sup>20</sup> Passando de seis casos nos anos de 1990 para 17 nos anos 2000.

etnográficos são parte de uma sociedade a ser lida, eles devem ser colocados em seu contexto para que isso ocorra. É a partir da década de 1970 que surgem as Cartas das Nações Unidas, em que são tratados assuntos de restituição, pressionando para que os países que possuem objetos espoliados durante períodos de guerra ou de colonização devolva-os aos antigos proprietários.

Embora existam pedidos de restituição anteriores aos anos de 1970, eles se tornaram mais frequentes nos anos 2000, porém, muitos museus e instituições que possuíam esses bens não abriram mão de sua posse sob diversas justificativas, como a universalidade do museu, o direito à posse, uma vez que pode ter sido adquirido de forma legal no passado, a ausência de estrutura física de determinados povos para receber esses bens. Tristram Besterman (2014) chama a atenção para a atitude paradoxal dos museus e de seus diretores:

No debate em sobre os objetos contestados, o passado desempenha um papel muito mais poderoso nos motivos, atitudes e ações dos requerentes vivos do que alguns museus permitem ou entendem. A origem de entrada não limpa no registro de adesão pode se referir a uma ferida não cicatrizada na comunidade requerente hoje. Para uma profissão cujo negócio é entender o contexto, essa cegueira para a sensibilidade humana contemporânea é perturbadora e indefensável. Os museus que se recusam a obtê-lo não estão apenas se comportando de forma profissional, mas também são, por essa razão, intrinsecamente insustentáveis. (Besterman, 2014, p. 26)<sup>21</sup>.

Se o museu é agora um espaço para compreender as diversas culturas e contextos, a falta de sensibilidade com as comunidades contemporâneas diz contra esse, dito, novo paradigma. Os museus que possuem coleções etnográficas, ou os chamados universais seriam os espaços com capacidade para representar as diferentes culturas, mas acabam se mostrando os mais distantes das comunidades, muitos desses museus prefeririam ignorar as circunstâncias sob as quais os objetos foram adquiridos como uma distração irrelevante, ou vexatória (Besterman, 2014), “É hora dos museus universais saírem do ‘frio’ e juntar-se aos outros museus da comunidade e humanidade. Talvez eles já estejam prontos para fazer isso”. ( Besterman, 2014, p. 26)<sup>22</sup>.

Além da aproximação com a comunidade, é esperado que esses museus, ditos como universais e também os que possuem coleções etnográficas se preocupem com a restituição física dos bens patrimoniais. Para que ocorra é necessário um processo que envolve questões legais de cada Estado envolvido, a instituição e também a comunidade que pede o objeto cultural de volta. O agravante desses casos e que leva a embates é a questão da aquisição do objeto, muitas vezes, é ilegal ou feita sob condições suspeitas no passado, levantando o questionamento da legitimidade da posse. Por essa razão, muitos dos documentos atuais insistem para que os objetos possuam certificados e os museus ou instituições que o adquirem se preocupem que a aquisição tenha sido legal.

### 3.1. Restituição

<sup>21</sup> Tradução da autora

<sup>22</sup> Tradução da autora

A restituição patrimonial é a devolução de um objeto cultural retirado ilegalmente de seu lugar de origem, e que ao fazê-lo deixou uma lacuna para a cultura e história dos proprietários de tal bem. Quando a dita comunidade procura por um objeto "alienado de seu país de origem (especialmente durante períodos de colonização ou sob circunstâncias legalmente dúbias), a restituição significa que o objeto deve ser retornado ao proprietário que foi lesado ou (onde não há outra possibilidade) retornar um objeto idêntico ou equivalente<sup>23</sup>" (Stamatoudi, 2011, p. 16)<sup>24</sup>. Com a rápida definição de Irini Stamatoudi, a restituição aparenta ser uma simples ação de devolução. Porém, muito é discutido a seu respeito, pois é tratada a legitimidade do pedido, a relação de posse com o bem, a conservação do artefacto, entre outros aspectos que serão apresentados na discussão a seguir, que levantam as complicações existentes em um acto de restituição.

Ao iniciar-se um processo de restituição, a posse do bem cultural é a primeira dificuldade encontrada, afinal, alguma instituição ou particular é dono do bem, e a restituição significa sua perda. Na maior parte das Cartas e Convenções internacionais, como a Convenção da Unesco de 1954, Convenção da Unesco de 1970, Convenção do Unidroit de 1995 e legislações internas, o termo "restituição" tem forte ligação com "propriedade", mas na Lei da Propriedade Cultural moderna, a legitimidade vem à frente da dita, justiça ou da posse (Stamatoudi, 2011). A legitimidade é a discussão que retira a posse como principal ponto a ser considerado quando se trata de um bem que possua importância cultural. Porém, o termo é encarado como subjetivo, o que leva ao questionamento da validade de sua utilização, e sendo a única a favorecer a restituição, raramente é o suficiente para que ocorra a restituição.

Procurando complementar a discussão a respeito da legitimidade da restituição, sobre quem são os proprietários por direito, Robert Peters (2011) levanta a mudança no uso dos termos utilizados nas Cartas de Convenção da Unesco, para se dirigir ao bem cultural. Na Convenção de 1954, utiliza-se "propriedade cultural" para se referir aos bens, porém, como colocado por Peters, "propriedade" traz a noção de posse de um bem particular, sem associar o valor social do bem. Se for considerado apenas o valor material, o caráter imaterial que faz parte do patrimônio e legitima sua restituição se torna inferiorizado, "de um modo geral, os direitos de propriedade implicam a exclusão de outros interesses, que não estão ligados aos direitos de propriedade" (Peters, p. 66, 2011)<sup>25</sup>.

A partir da Convenção da Unesco de 1970<sup>26</sup>, o termo "Patrimônio Cultural" passa a ser utilizado com maior frequência, embora já tenha sido utilizado anteriormente, só é desenvolvido legalmente a partir desse documento. O uso de "Patrimônio Cultural", em detrimento de "Propriedade cultural", inclui maior variedade de bens considerados e "engloba considerações independentes dos

<sup>23</sup> Neste caso, seria uma "reparação", em que o objeto original é trocado por algo equivalente por não haver outra opção.

<sup>24</sup> Tradução da autora.

<sup>25</sup> Tradução da autora.

<sup>26</sup> Convenção Relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais.



direitos de propriedade, a saber, proteção, preservação, integridade e acesso público. Consequentemente, o conceito de "património" tornou-se emancipado do de "propriedade" (Peters, p. 67, 2011)<sup>27</sup>. A partir do momento que o património se liberta da noção de ser uma propriedade, a mera posse do bem deixa de ser o suficiente para impedir que um povo tenha acesso ao bem de que é herdeiro.

Mesmo com a nova abordagem do bem cultural como algo separado da propriedade, Piotr Bienkowski (2014) levanta o fato de que ainda existem barreiras para que o património retorne ao seu legítimo lugar, como a universalização do conhecimento, nesse contexto, incluem-se museus, universidades, entre outros. “A procura pelo conhecimento é o critério mais importante, sendo de benefício universal, transcendendo as fronteiras nacionais e culturais – isso pressupõe também que deve haver reserva e acesso irrestrito a objetos e sites para fins de conhecimento, educação e pesquisa, que são para o benefício de toda a humanidade. Isso significa que existe uma suposição geral, ou talvez um ponto de partida, de que o património cultural é propriedade do Estado-nação em vez de pertencer a grupos ou comunidades abaixo do nível do estado” (Piotr Bienkowski, 2014, p. 37)<sup>28</sup>, ou seja, dentro da lógica do conhecimento universal, é preferencial que o bem seja de acesso a um maior número de pessoas do que volte às suas origens. Novamente, a vertente imaterial do património é ignorada em prol de continuar como parte de um grande globo do conhecimento.

O autor afirma que as instituições de proteção do património ainda estão sobre a base do Iluminismo, consequentemente, a universalidade e o conhecimento são mais importantes do que os desejos de comunidades isoladas. Bienkowski exemplifica como essa base unilateral atrapalha um processo de restituição: se em um processo de restituição temos o “Lado A”, representante de um povo que produziu o bem patrimonial e o “Lado B”, atual proprietário do bem. O “A” deve provar sua legitimidade dentro de critérios propostos por “B”, ou seja, são as perspectivas e valores do lado oposto. Em "O Retorno de Tesouros Culturais" (2007), Jeanette Greenfield escreveu: "é claro que a propriedade cultural é mais importante para as pessoas que a criaram ou para quem foi criada ou cuja identidade e história particulares estão ligadas a ela. Isso não pode ser comparado com a influência escolástica ou mesmo inspiradora sobre aqueles que simplesmente adquirem tais objetos ou materiais." (Greenfield p. 411)<sup>29</sup>. Os dois autores se completam ao concluir que por mais que o bem patrimonial seja mais importante para àqueles que o produziram e pela visão dos autores, os legítimos proprietários, a questão da universalidade dos museus, que os colocam como protectores e disseminadores da cultura, que ainda é pregada, é um obstáculo para a restituição de bens patrimoniais.

Em meio às dificuldades da restituição, a leitura de Tristram Besterman (2014) leva a concluir que a restituição ocorre de diferentes maneiras, ou seja, não é preciso que ocorra a restituição física.

---

<sup>27</sup> Tradução da autora.

<sup>28</sup> Tradução da autora.

<sup>29</sup> Tradução da autora.

Segundo Besterman, a restituição pode ser vista como o processo de engajamento da comunidade com o museu, a instituição, por sua vez, deve considerar a equidade dos valores culturais. Ou seja, pode não ser necessário devolver aquele bem patrimonial, e sim deixá-lo exposto em um museu, assim como estariam demais artefactos de outras comunidades, porém, devem ser tratados com a mesma importância cultural que os demais e não apenas em um espaço para artefactos exóticos, e a comunidade deve fazer parte da montagem e contextualização dos objetos culturais.

Para Borges e Botelho (2010), a ida de um artefacto etnográfico para um museu apresenta, na maioria das vezes, um problema para as comunidades que o produziram, pois ali se torna um objeto estético, sem significado e sem contexto. A aproximação proposta por Besterman é uma opção para diminuir o estranhamento, mas a restituição, ou seja, a devolução física desses bens patrimoniais para suas origens seriam de um valor inegável para a cultura e história de comunidades.

### **3.1.1. Restituição *versus* Retorno**

Um conceito utilizado por Irini Stamatoudi e por Robert Peters, porém sem aprofundamento é o “Retorno”, o termo é aplicado em casos que “restituição” não seria aplicado devidamente. Peters (2011) defende que “restituição” deve ser utilizado quando se referir a objetos que foram pilhados ou roubados, enquanto “retorno” se refere a bens que foram levados durante períodos coloniais ou que foram ilegalmente exportado de um Estado para outro (Peters, 2011, p. 45). O autor ressalta as diferenças jurídicas entre os dois termos.

O termo “retorno” passou a ser muito utilizado nas negociações por ser considerada menos agressiva perante outro Estado. Peters (2011) explica que os negociantes evitavam o uso da terminologia “restituição”, por considerá-la carregada de significado negativo, remetente à disputas ou reivindicação. A opção pela palavra que se mostra menos litigiosa apresenta dois principais efeitos, o primeiro “permite às partes evitar a menção de quaisquer obrigações legais automaticamente associadas ao termo “restituição”. Em segundo lugar, permite que as partes conservem sua posição sobre a legalidade inicial da remoção sem serem acompanhadas em argumentos estéril muito cedo nas negociações.” (Peters, 2011, p. 47)<sup>30</sup>. Inicialmente, parece uma forma correta de conseguir a devolução do bem patrimonial, evitando litígios e contando com a cooperação de ambas as partes. Porém, o aspeto negativo é por conta da natureza não jurídica de “retorno”, ao contrário de “restituição”, que prejudica a segurança jurídica de ações de restituição e a implementação de um quadro consistente para tais práticas.

O uso das duas terminologias parece inofensivo para as ações de restituição patrimonial, porém, quando se trata da natureza jurídica deste ato, se torna perigoso utilizar as duas palavras como se possuíssem o mesmo significado. Tornando difícil a criação de um quadro legal para os casos e

---

<sup>30</sup> Tradução da autora

considerando que apenas a cooperação possibilitaria a devolução do bem, desencorajando tentativas de restituição contra Estados não colaborativos quanto ao assunto.

A “restituição” é discutida por diversos autores, e cada um deles traz uma contribuição para que o termo seja compreendido em sua totalidade e possa ser levantado em discussões sobre bens patrimoniais que não se encontram com seus proprietários originais. Inicialmente, Irini Stamatoudi, colocando a restituição como a volta do objeto cultural à sua origem e começa a discussão da legitimidade da propriedade do bem patrimonial. Tal discussão seguiu com Piotr Bienkowski e Janette Greenfield, que trouxeram a dificuldade que nações e principalmente povos indígenas têm de comprovar a legitimidade e conseguir ter seus bens restituídos. Robert Peters levanta a questão legal do termo e remarca que deve haver diferenciação entre as formas como são utilizados os termos “restituição” e “retorno”. Tristram Besterman traz a interação do museu com a comunidade produtora do património como uma forma de restituição, já que contextualizaria os bens culturais e os manteriam em exposição para o grande público. Borges e Botelho finalizam a discussão ao comentarem a importância da restituição como forma de trazer significado e contexto para o objeto, mas que a interação entre comunidade e museu se torna uma saída menos complicada para reaproximar o bem patrimonial de seus produtores.

### **3.2. Repatriação**

O conceito de "repatriação" se aproxima do de “restituição”, porém, pressupõe relação entre unidades políticas com certo grau de soberania que permita estabelecer tratados reconhecíveis pela comunidade internacional (Thompson: 2011, p. 12). Para Irini Stamatoudi (2011), a repatriação apresenta significado mais profundo do que o apresentado por Thompson (2011), para a autora a repatriação é um conceito pouco ligado à questão de propriedade, se conectando a princípios particulares de integridade territorial, origem e função para a comunidade de onde foi retirada.

A repatriação, na visão de Stamatoudi vai além de um simples retorno do objeto cultural à sua comunidade, é um retorno à sua origem, a partir de seu território. Nesse sentido, coloca-se o território à frente do proprietário, como já dito, a propriedade não é prioridade no caso de repatriação. Porém, na visão de Stamatoudi (2011), o termo é limitado por não se estender para "casos de retorno que se relacionam com as pessoas e sua conexão com a história, religião e identidade, como é o caso das comunidades indígenas e dos restos humanos”(Stamatoudi, 2011, p. 17). Esse viés de estudo é rebatido por outros autores, como Thompson (2011) e por membros de instituições museológicas, como os diretores do Museu Nacional da Dinamarca que ao repatriarem 35.000 artefactos à Gronelândia, utilizam o termo "repatriação", incluindo restos humanos presentes na coleção e sua

importância cultural. Neste caso, foi utilizado “repatriação” por ter sido feito um acordo entre duas nações soberanas, e o retorno ao território foi um dos aspectos marcantes.

Enquanto a “restituição” se preocuparia com os aspetos ligados à cultura e história, a “repatriação” favorece a volta do artefacto ao seu território de origem. Ao se guiar por esse pensamento, podemos citar o caso da tentativa de repatriação de um manto Tupinambá brasileiro que se encontra no Museu Nacional da Dinamarca, será posteriormente estudado, ao não conseguir comprovar que a comunidade que pedia a restituição do Manto era herdeira dos produtores do artefacto, os autores Luiz Carlos Borges e Marília Braz Botelho (2010) sugerem que o objeto seja, então, devolvido ao Brasil, como nação, por ser o território de origem do objeto. Outro caso que pode ser visto como repatriação a partir do pensamento de Stamatoudi é o de devolução de objetos iraquianos pela embaixada norte americana, os artefactos foram devolvidos ao país por ser parte do território.

O paradigma apresentado por Stamatoudi traz o conceito de repatriação de forma a desconsiderar a cultura como um dos fatores que favorecem o retorno de um bem cultural, tornando-o superficial, pois quando se pede a devolução de um objeto, raramente se baseia apenas na questão territorial, usemos como exemplo o caso da Casa Wharenui Mataatua de nativos da Nova Zelândia. Após passar anos em um museu da Inglaterra foi retornada ao seu povo, por mais que fosse importante estar de volta ao território, o mais importante para os nativos que a receberam era ter de volta a “casa ancestral”, por onde teriam contato com sua cultura antiga. Conclui-se que mesmo a repatriação tem sua faceta conectada ao cultural e não apenas ao território de origem.

A análise de Thompson (2011) não coloca a territorialidade como principal aspeto, e sim a relação entre duas unidades políticas soberanas, além disso, a autora apresenta a possibilidade da “repatriação virtual”. Katherine Carlton (2010) discute, em sua tese sobre a repatriação virtual de bens culturais de nativos americanos, a repatriação através da internet. A autora considera “repatriação” como “algo que será retornado”, mas que no caso da repatriação virtual, não há nada sendo realmente devolvido à sua origem, esse é um problema com o termo, mas como Carlton (2010) coloca, “pode ser incorreto colocar um rótulo no fenómeno como repatriação, é verdade que houve um tipo de transferência acontecendo no espaço virtual, que de outra maneira não seria possível” (Carlton, 2010, p. 11)<sup>31</sup>. Seguindo essa linha, a autora coloca que a repatriação virtual é mais do que a repatriação de um objeto, está ocorrendo a repatriação do conhecimento, esse método é utilizado por museus que procuram uma relação colaborativa com comunidades nativas para ter mais informações sobre artefactos e facilitar o acesso às coleções.

A vantagem apresentada por Carlton (2010), para este tipo de repatriação, é a possibilidade de manter o objeto com visibilidade para diversas pessoas e culturas e possibilitar que os nativos que

---

<sup>31</sup> Tradução da autora.

conhecem o artefacto comentem nas imagens, feitas em 3D no site, com informações que aumentem o conhecimento de quem visita o ambiente *online*. Nessa situação, as pessoas da comunidade entram como colaboradores da coleção, contextualizando o artefacto, embora muitas pessoas prefiram o contato físico com objeto e serem os proprietários reais, o projeto de colaboração virtual permite, segundo a autora, que os membros se tornem colaboradores, ajudando a forma com que os objetos serão vistos pelos visitantes. Sendo assim, perde-se um dos principais problemas de objetos etnográficos em museus ocidentais, que seria a falta de contextualização.

Ao mesmo tempo que existe essa visão otimista da repatriação virtual, por outro lado existe a visão trazida por Thompson (2011) e Anastassopoulos (2009), unindo os pensamentos, pode-se dizer que a versão digital do objeto nunca surtirá o mesmo efeito de tê-lo fisicamente de volta ao seu povo de origem. Mas é uma solução viável, para "falta de espaço físico, os cuidados com a preservação e com a documentação e o desejo de aumentar o acesso às coleções são questões importantes para que museus presenciais lancem mão do recurso digital" (Thompson, 2011, p.12), problemas comuns em comunidades que apresentem menos tecnologia ou estão mais distantes dos grandes centros urbanos.

### 3.3. Retenção

Oposto aos conceitos já estudados e também parte do processo de restituição, existe a "Retenção". Termo presente em Cartas internacionais, como na Declaração Sobre a Importância e o Valor dos Museus Universais de 2002 e também na discussão de Robert Peters (2011), mas pouco ou não lembrada pelos demais autores e Cartas estudados.

O termo não se enquadra nos termos legais, e é usado para "descrever uma determinada posição ou atitude geral que visa manter coleções atualizadas em museus" (Peters, 2011, p. 52), além de se referir à restrição de exportação de bens que se encontram em museus. "Retenção" se tornou um termo de conotação negativa, pois, como explicado por Peters (2011), significa um Estado que desconsidera o pedido de outrem, legítimo proprietário, e mantém o bem cultural em seu território. A justificativa dada para a "retenção" é a proteção do património cultural, indiretamente se refere "à incapacidade de certos Estados requerentes, povos indígenas ou grupos étnicos e religiosos para garantir a preservação, acesso, estudo e pesquisa de objetos culturais, especialmente quando eles se recusam a permitir que mesmo material cultural duplicado seja levado para o exterior" (Peters, 2011, p. 53)<sup>32</sup>.

Nos casos que serão estudados no tópico a seguir, existem dois exemplos de retenção. O primeiro diz respeito ao Manto Tupinambá que se encontra no Museu Nacional Dinamarquês e o segundo é o caso das Esculturas de Mármore que se encontram no Museu Britânico. No primeiro exemplo, a questão da retenção ocorre por ser considerado um artefacto delicado e que não poderia ser mantido pelos nativos que pedem sua repatriação. No segundo, é questionada a legitimidade do

---

<sup>32</sup> Tradução da autora.

pedido grego, uma vez que, segundo os britânicos, as esculturas foram legalmente compradas.

A “retenção” aparece como um obstáculo a ser vencido pelos Estados ou povos que pedem a restituição, aqueles que mantêm o bem retido baseiam-se no paradigma de que o bem patrimonial deve ser protegido, independentemente dos seus demais significados, impossibilitando que a restituição ocorra. Positivamente, Geoffrey Lewis (2004) afirma que o discurso da “retenção” é adotado por instituições que presas ao passado e ao conceito iluminista do conhecimento, procuram manter coleções, independente de como foi adquirida e de sua legitimidade e não querem devolvê-las, mesmo sob os códigos de ética do ICOM e os artigos da Convenção de 1970, dando a entender que é uma ideia que aos poucos está se extinguindo, havendo abertura para uma nova forma de enxergar o património e também o espaço dos museus.

### **3.4. Conclusão**

Ao longo destes capítulos foram estudados os conceitos centrais e necessários para o desenvolvimento da pesquisa, que servirão como base teórica para compreender a aplicação da restituição e da repatriação cultural. Inicia-se pelo contexto do pós-colonialismo, o momento da pós-independência das ex-colónias, quando passa a existir o desenvolvimento de uma literatura crítica à posição colonial de determinados países. Além disso, as antigas colónias passam a ser ouvidos como países culturalmente e historicamente relevantes.

No segundo ponto, estudou-se o conceito de património cultural, a evolução da forma como a sociedade enxerga o património e a forma como essa evolução levou a uma ampliação no sentido de bens protegidos. Com o desenvolvimento do conceito o património se aproximou da sociedade, e se tornou uma forma de desenvolvimento económico, com pontos positivos e negativos em relação a essa função.

O património cultural é uma representação de algum aspeto identitário, histórico ou cultural de uma determinada comunidade. Ao contrário do que defendiam seus primeiros conceitos, que consideravam a importância do património intrínseca ao bem cultural, o carácter representativo só existe porque esse valor foi-lhe atribuído.

O último tópico abordou os termos utilizados para o estudo da devolução de bens ao seu local de origem, sendo eles “restituição”, “repatriação”, “retorno” e, na situação de alguma instituição que se nega a devolver o bem, é usado o termo “retenção”. Procurou-se mostrar, principalmente, suas diferenças, pois, inicialmente e sob olhar desatento, parecem possuir o mesmo significado, o que se mostra errôneo após a leitura do material. A validade jurídica de restituição e repatriação as diferenciam de retorno, a presença de nações soberanas e tratados internacionalmente reconhecidos demarcam a repatriação.

## CAPÍTULO 2. CONTORNOS LEGISLATIVOS

A restituição e a repatriação se mostraram como ações que fortalecem questões identitárias, culturais e, em alguns casos, até político. Tendo essa importância e estando relacionada com nações e entre nações, é necessário que existam leis ou normas a serem seguidas para que nesta relação, entre povos e instituições, exista possibilidade de bens culturais retornarem ao seu local de origem e completar museus e histórias de seus povos. Os responsáveis por criar tais leis são organismos internacionais que se conectam com as leis internas dos países, dentre os que serão estudados estão a Unesco, Icom e Unidroit.

Este capítulo conta com o estudo das principais Cartas e Convenções internacionais que de forma direta ou indireta normalizam a restituição patrimonial. São estudados cinco documentos, sendo eles Convenção da Unesco de 1970: Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais; Código de ética do ICOM; Convenção do Unidroit: sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados; e finalizando a parte internacional, a Declaração de Mataatua, que diz sobre autodeterminação de povos indígenas.

O direito interno português foi sucintamente analisado, baseando na Lei 107/2001: Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural e nas principais organizações nacionais responsáveis pelo cuidado com o património. A ênfase no estudo da lei se dá ao Artigo 69, tal qual é o único diretamente ligado à restituição, todavia, outros são vistos como forma de enriquecer a visão do que é património segundo a lei.

### **4. As Leis internacionais, Cartas e Convenções que regem a Restituição Patrimonial**

A maioria dos casos de restituição estudados foram feitos através de acordos, tratados ou convênios. Porém, existem casos em que apenas acordos não solucionam o problema, para essas situações foram criadas diretrizes, formas de agir perante bens patrimoniais espoliados por órgãos internacionais. UNESCO, Unidroit e ICOM são os exemplos aqui estudados de organizações que protegem o património através de mediação entre países; convenções e regras éticas de como agir em determinadas situações. A partir desse ponto, será estudada a aplicação dessas regras e de outros documentos que lidem com restituição ou propriedade patrimonial.

#### **4.1.As Convenções da Unesco**

Em novembro de 1945, foi convocada em Londres a Conferência das Nações Unidas para a criação de uma organização educacional e cultural, deu-se a partir daí a criação da Unesco<sup>33</sup>. Durante a conferência estavam presentes 44 delegações que "decidiram criar uma organização que iria encarnar uma verdadeira cultura da paz. A seu ver, a nova organização deverá estabelecer a "solidariedade intelectual e moral da humanidade" e, ao fazê-lo, evitar uma nova guerra mundial."

---

<sup>33</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(Unesco: <http://www.Unesco.org/new/en/Unesco/about-us/who-we-are/history/>). A Unesco é uma das agências das nações Unidas, sediada em Paris que, dentre suas atividades, procura "salvaguardar o património cultural o estímulo da criação e a criatividade e a preservação das entidades culturais e tradições orais, assim como a promoção dos livros e a leitura" (Unesco: <http://www.Unesco.org/new/en/Unesco/about-us/who-we-are/history/>). Atualmente, a Unesco conta com 195 países membros e nove membros associados.

As principais Cartas/ Convenções da Unesco que dizem sobre o património em risco, roubado ou espoliado são as Conferências de 1954 e a Conferência de 1970, pelo foco dado à restituição, a última Carta será estudada, enquanto a de 1954 enfoca no património em territórios de guerra. Além das duas Cartas citadas, ainda existem documentos que têm apoio da Unesco ou pertencem a órgãos ligados à instituição, como ICOM e Unidroit.

#### **4.1.1 A Convenção Internacional da Unesco de 1970: Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais**

Em maio de 2009, na 34ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, os 190 países membros retificaram seu apoio a Convenção Internacional de 1970, Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais. No contexto em que ocorre essa retificação é o mesmo em que diversos países, outrora colônias, pedem restituição de bens de seus antepassados que foram espoliados em diferentes épocas, mas principalmente durante períodos coloniais.

É importante citar a Convenção de 1954 como um dos primeiros documentos que procurou a proteção patrimonial, é a Convenção para Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, que tinha como finalidade a proteção do património cultural, após uma análise de todas as perdas durante a Segunda Grande Guerra (Nunes, Rosiane da Silva, 2011). Sendo que a Convenção de 1954 procurava proteger o bem no território de Guerra, ela não será estudada, a partir da Convenção de 1970 são criadas diretrizes para que as nações busquem o retorno de bens patrimoniais que foram retirados durante guerras ou durante o período colonialista, sendo este último mais comum.

Em 1970, foi assinada a nova Convenção da UNESCO, que tinha como objetivo “alargar a proteção dos bens culturais devido à preocupação do tráfico ilícito, criou a Convenção sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação e Exportação Ilícitas e Transferência de Propriedade de Bens Culturais.” (Convenção Internacional de 1970, Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais.) São assinadas medidas destinadas a proibir e impedir a importação, exportação ou transferência ilícitas de bens culturais.

Quando assinada a Convenção de 1970 da Unesco, Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais, muitos



curadores e colecionadores de arte viram-na como uma restrição efetiva ao livre mercado “Para esses profissionais dedicados a colecionar as melhores "obras-primas" do mundo, a Convenção de 1970 foi percebida – na época – como um obstáculo no caminho de seus planos de aquisição não regulamentados.” (Anastassopoulos, George W., 2009, p. 241)<sup>34</sup> Atualmente, com a aplicação da Convenção da Unesco de 1970<sup>35</sup>, esta atitude já não é tão visível como antes, sendo poucos casos que se recusam uma restituição por motivo de o artefacto estar melhor guardado e divulgado no museu (Anastassopoulos, George W., 2009). Porém, os curadores e colecionadores tradicionalistas, determinados a não devolver obras de arte ao seu local de origem, tornaram-se defensores da repatriação digital, uma forma de dar acesso às nações saqueadas aos seus bens patrimoniais através de sites *online*, essa forma de repatriação é defendida por alguns pensadores do campo do património como Katherine Carlton. Mas como colocado pelo Dr. George W. Anastassopoulos, embaixador e delegado permanente da Grécia na UNESCO, “o acesso virtual à propriedade cultural não pode suplantiar o aproveitamento do bem originalmente em seu autêntico lugar” (George W. Anastassopoulos, 2009, p. 248)<sup>36</sup>.

No preâmbulo da Convenção de 1970 é dito "que os bens culturais são um dos elementos fundamentais da civilização e da cultura dos povos e que só adquirem o seu verdadeiro valor quando se conhece com maior precisão a sua origem, a sua história e o seu meio tradicional” (Convenção Internacional de 1970, Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais); afirmando, então, a importância de manter os bens culturais próximos à sua comunidade de origem, como um marco de reforçar a identidade e a história de um povo, com seu significado contextualizado e não recontextualizado como um objeto figurativo.

A responsabilidade dos Estados signatários, para com o património, é apresentada pela Convenção da Unesco (1970), “É indispensável que todo o Estado tenha cada vez mais consciência das obrigações morais inerentes ao respeito pelo seu património cultural e pelo de todas as nações”; como visto no exemplo prático do Canadá, o governo foi o responsável por agir na restituição de artefacto do Líbano e Bulgária; na restituição por parte da Alemanha, ao perceber que os materiais eram de origem ilícita, foi rapidamente confiscado e aberto um tribunal para averiguar a situação para devolver o material.

Além do Estado, os espaços de memória e cultura também são responsáveis em manter suas coleções apenas com objetos que tenham sido ali colocados de forma moral e ética de acordo com o ICOM e com os valores universais, ou seja, mantenham suas coleções sem objetos que tenham sido resultados de saques, como pode ser visto no trecho do próprio documento (1970): “Os museus, as

<sup>34</sup> Tradução da autora.

<sup>35</sup> Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais

<sup>36</sup> Tradução da autora.

bibliotecas e os arquivos, assim como as instituições culturais, devem zelar por que a constituição das suas colecções se baseie nos princípios morais universalmente reconhecidos.” (Preâmbulo da Convenção da Unesco de 1970: Medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais).

“A importação, a exportação e a transferência ilícitas<sup>37</sup> da propriedade dos bens culturais dificultam a compreensão mútua das nações que a UNESCO tem o dever de promover, entre outras formas, recomendando aos Estados interessados as convenções internacionais para este efeito; para ser eficaz, a proteção do património cultural deve organizar-se tanto no plano nacional como internacional o que exige uma estreita colaboração entre os Estados” (Preâmbulo da Convenção da Unesco de 1970: Medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais). Entendendo que a transferência de forma ilícita de bens culturais pode levar a situações litigiosas entre as nações, a UNESCO coloca como é importante que todos os países-membros compreendam que respeitar os bens alheios manterá as boas relações entre eles. As regras devem ser abrangentes e iguais para todos e por isso a criação de uma lei internacional.

Alguns dos artigos da Convenção de 1970 dizem respeito a restituição de bens patrimoniais e em relação à posição dos agentes do património quando necessário uma ação de devolução. Existem três principais artigos que contemplam a questão da restituição. O parágrafo II do Artigo 7º diz que o Estado signatário deve:

ii) Tomar medidas apropriadas para confiscar e restituir, a pedido do Estado de origem Parte na Convenção, todo o bem roubado e importado após a entrada em vigor da presente Convenção nos dois Estados interessados, com a condição de o Estado requerente abonar uma indemnização equitativa à pessoa que o adquiriu de boa fé ou que seja possuidora legal desse bem. Os pedidos de confiscação e restituição devem ser dirigidos ao Estado requerente por via diplomática. O Estado requerente deverá possibilitar, à sua custa, todos os meios de prova necessários para justificar a sua petição de confiscação e restituição. Os Estados Partes não deverão impor direitos alfandegários ou outros encargos sobre os bens culturais restituídos de acordo com o presente artigo. Todas as despesas correspondentes à restituição do ou dos bens culturais em questão ficarão a cargo do Estado requerente.

Embora o artigo mostre uma preocupação com a restituição e confirme que devem haver medidas apropriadas para que o bem seja retornado ao seu dono, também dá ênfase que a ação deve ocorrer por parte do governo e por estar com colecionadores particulares ou museus, isso se torna uma barreira, significaria que o Estado deveria interferir em colecções particulares. Como já estudado nos exemplos do tópico anterior, é extremamente comum, especialmente para ex-colónias, que a restituição ocorra por parte de instituições particulares para outra que estivesse ligada ao povo

---

<sup>37</sup> Segundo o Artigo 3 da convenção da Unesco de 1970: “São ilícitas a importação, a exportação e a transferência de propriedade dos bens culturais que se efetuem infringindo as disposições adotadas pelos Estados partes em virtude da presente Convenção.”

requerente. As leis internas e a maneira de agir do governo local pode vir a dificultar que instituições ajam de acordo com o que foi proposto pelas Convenções.

Utilizando a lei de Portugal como um exemplo que pode dificultar uma restituição, no parágrafo 2 do Artigo 55º, Título II da Lei 107 de setembro de 2001, é colocado que bens móveis são parte do património cultural mesmo “não sendo de origem ou de autoria portuguesa, desde que se encontrem em território nacional”, enquanto no parágrafo 6 do Artigo 69º é dito que a “ação de restituição não procederá quando o bem cultural reclamado constitua elemento do património cultural português” (parágrafo 6 do Artigo 69º da Lei 107, de setembro de 2001). Logo, se o bem móvel for de origem não portuguesa, mas possuir importância para o Estado português no âmbito da cultura, não será passível de restituição, o que pode dificultar em pedidos que venham de países ex-colónias, cujos bens patrimoniais móveis podem estar em território português há tempo suficiente para ser considerado de importância para o país que o detém.

Mesmo compreendendo que o país pode dificultar uma restituição, ele é soberano e ainda o principal aliado da Unesco para fazer valer as Cartas e Convenções da instituição, no Artigo 13º da Convenção de 1970<sup>38</sup>, as medidas a serem apontadas forçam o Estado a agir pelos meios adequados e impedir transporte de bens culturais que facilitem importação ou exportação ilícitas; garantir a colaboração para efetuar a restituição “o mais rapidamente possível, a quem de direito, dos bens culturais exportados ilicitamente: (Artigo 13º, Convenção de 1970: Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais, alínea b). Além de garantir colaboração na restituição, deve admitir uma ação reivindicativa, se aparecerem os legítimos proprietários de bens culturais perdidos ou roubados.

A alínea “d” do Artigo 13º coloca que mesmo com a soberania de cada Estado, ele deve reconhecer “o direito imprescritível de cada Estado Parte na presente Convenção de classificar e declarar inalienáveis determinados bens culturais que, por esse facto, não devem ser exportados e a facilitar a sua recuperação pelo Estado interessado no caso de terem sido exportados” (Artigo 13º, Convenção de 1970: Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais, alínea d). É, também, responsável por fazer valer os direitos dos demais signatários em reconhecimento e pedido de restituição de bens culturais. No Artigo 13º da Convenção da Unesco, de 1970, procura-se ter apoio dos países signatários para que não sejam criadas situações legais internas que impossibilitem a restituição e providenciariam para que as leis em vigor iriam possibilitar a validação da Carta.

Para não limitar a restituição às ações que necessitem da Unesco como mediadora, o Artigo 15º da Convenção da Unesco, de 1970, diz que: “Nenhuma disposição da presente Convenção impede que os Estados Partes concluam, entre si, acordos particulares ou prossigam a aplicação de acordos

---

<sup>38</sup> Convenção da Unesco de 1970: Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais

já concluídos, relacionados com a restituição dos bens culturais saídos do seu território de origem por qualquer razão, antes de haver entrado em vigor a presente Convenção para os Estados interessados.” Com este último artigo, a Convenção garante que qualquer processo de restituição, que já estivesse em andamento, poderia ser mantido e que se houvessem acordos particulares entre os Estados, eles poderiam continuar acontecendo, a Convenção não limitaria, dando principal importância para a restituição patrimonial.

As Cartas produzidas pela Unesco tiveram importância para casos práticos de restituição patrimonial, que ocorreram nos últimos anos, além de trazer regras que facilitam a proteção do patrimônio e dá embasamento para governos que queiram restituição de seus bens. Mas também se mostrou ineficiente em relação a determinadas situações mais complexas, como o exemplo das esculturas gregas na Inglaterra, que por não poder obrigar um governo a agir de determinada forma se limita a mediação. As possíveis sanções que podem ser aplicadas no caso de descumprir alguma das proposições são limitadas a, como mostrado no Artigo 8 da mesma, a sanções penais ou administrativas a pessoas responsáveis por roubar bem patrimonial ou retirar do país sem o devido certificado, proibições previstas nos artigos 6.o, alínea b), e 7.o, alínea b).

Não há uma corte internacional, encabeçada pela Unesco, que possibilite sanções à nação por questões culturais, o que dá poder para que cada Estado seja responsável pela punição interna de pessoas que se envolvam no roubo de patrimônio. Há uma lacuna sobre como a comunidade internacional deve agir, uma vez que um governo se recusa a devolver um bem cultural espoliado no passado, a Corte Internacional é uma opção dependendo das circunstâncias do pedido de restituição, porém, como no exemplo grego, isso não será possível devido a demora do pedido e a possibilidade de os bens terem sido comprados no passado. Uma corte que teria como função propriamente a cultura, ou seja, uma corte internacional sob responsabilidade da Unesco levaria em conta outras questões, como princípios éticos e a importância do bem patrimonial durante um julgamento. Sendo assim, a atuação da Unesco só é possível quando os dois Estados envolvidos estão dispostos a negociar, quando ocorre litígio, as Cartas se tornam mera sugestão de atuação.

## **4.2. O International Council of Museums- ICOM: A Questão de Ética dentro em Museus**

ICOM é o Conselho Internacional de Museus (*International Council of Museums*), é uma organização responsável por elaborar políticas para museus. Criado em 1946, possui relações formais com a Unesco, é uma organização não governamental, membro do Conselho Econômico e Social da ONU. Sua sede é junto à UNESCO em Paris, possui mais de 27.000 membros de 150 países, 114 Comitês Nacionais e 30 Comitês Internacionais.<sup>39</sup>

Em novembro de 1986, na 15ª Assembléia Geral do ICOM, realizada na Argentina, foi adotado o Código de Ética do ICOM, modificado na 20ª Assembléia Geral em Barcelona (Espanha)

<sup>39</sup> Apresentação do ICOM em: [http://www.Icom.org.br/?page\\_id=4](http://www.Icom.org.br/?page_id=4)

em julho de 2001 sob o título Código de Ética do ICOM para os museus é revisado pela 21ª Assembleia Geral, realizada em Seul, Coreia do Sul, em outubro de 2004. “O caráter geral do documento continua imutável, pois ele preconiza a prestação de serviço à sociedade, à coletividade, ao público e aos seus diferentes segmentos, assim como o profissionalismo dos que atuam nos museus.” (Introdução do Código de Ética do ICOM para os Museus). No código de ética, são estabelecidas normas para a prática profissional e atuação dos museus e de seu pessoal, o documento se divide em oito capítulos e aborda diversas questões relacionadas aos museus, desde sua missão, questões jurídicas, relação com a comunidade, entre outros pontos. Para a pesquisa, serão analisados os capítulos II e VI do Código referentes à montagem do acervo e a relação dos museus com as comunidades provedoras de objetos.

Ao iniciar a análise pelo capítulo II, são apresentadas as normas sobre o acervo dos museus, abordando sua montagem, a ética nesse ato, sua preservação e importância para a comunidade. Na missão do capítulo II, o ICOM coloca o acervo museológico como “um importante patrimônio público, ocupam uma posição particular ao olhar da lei e se valem da proteção do direito internacional.” (Missão do capítulo II do Código de Ética, do ICOM). Após apresentar a visão da instituição sobre essa questão, é colocada a missão do museu em relação ao seu acervo: “adquirir, preservar e valorizar seus acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico (...) À esta missão de interesse público é inerente a noção de gestão racional, que abrange as ideias da propriedade legítima, de permanência, de documentação, de acessibilidade e alienação responsável.” (Missão do capítulo II do Código de Ética, do ICOM).

A forma como o acervo é adquirido é um dos principais pontos de preocupação do documento, como foco nessa questão, procura-se impedir importações ilícitas e existência de bens culturais que tenham sido ilicitamente retirados de seus proprietários. Para o ICOM, a procedência do objeto deve ser reconhecida e legítima. Apenas em casos de exceção é permitido que um objeto seja adquirido fora das políticas de aquisição do museu (não especificadas), para que seja liberado o acto da aquisição deve-se considerar “a importância do objeto ou do espécime para o patrimônio cultural ou natural, assim como o interesse de outros museus em colecionar tais acervos.” (Parágrafo 2.9 do Capítulo II do Código de Ética, do ICOM). Mesmo nos casos de exceção, objetos sem título de propriedade válido não devem ser adquiridos. Através dessas medidas, o ICOM procura diminuir a aquisição de objetos que sejam resultado de espólio, roubo ou escavações ilegais, ou seja, que tenham sido adquiridos de forma ilegítima.

O capítulo II foca na Aquisição de Coleções, marcado pela recorrente necessidade do documento em ressaltar a questão ética. Para que possa garantir o caráter correto do museu, um documento publicado contendo a política de aquisição de bens e coleções estará disponível pela instituição, esse documento esclarecerá, também, sobre a situação de objetos presentes no acervo, mesmo que não estejam catalogados ou expostos. Os objetos adquiridos, independentemente da política interna do museu, devem possuir título de propriedade, sem essa comprovação, não podem ser comprados, emprestados ou doados ao museu, este último se esforçará para conhecer a origem do

objeto e garantir que não tenha sido adquirido de forma ilegítima. Se não existir comprovação da legalidade da compra, é responsabilidade da instituição estabelecer uma diligência “para estabelecer o histórico completo do objeto desde sua descoberta ou criação.” (Parágrafo 2.3 do Código de Ética, do ICOM).

Os materiais culturais sensíveis, que possuam objetos sagrados ou restos mortais humanos só devem ser adquiridos se for possível conservá-los em segurança e de forma respeitosa, considerando as crenças e interesses do grupo do qual foi retirado. A questão de possuir bens culturais sensíveis a alguma comunidade é abordada no parágrafo 2.5 e chama atenção para uma situação que depois será aprofundada no capítulo 6, a relação do museu com a comunidade provedora. Mostra a preocupação do ICOM, em respeitar esses grupos mesmo durante a montagem do acervo, sem ainda citar exposições.

No capítulo VI do Código de ética, do ICOM, os museus são convocados a agir em cooperação com as comunidades de onde provém seus acervos, nesse tópico, o ICOM reconhece a importância da relação entre a comunidade e a instituição cultural. Ressalta-se a necessidade do respeito por parte dos responsáveis pelos museus, sobre o bem cultural, “seu caráter pode extrapolar os objetos e podem envolver referências à identidade nacional, regional, local, étnica, religiosa ou política.

Consequentemente, é importante que a política do museu considere esta questão” (Introdução capítulo VI do Código de Ética para Museus, do ICOM). O museu é mais do que a exposição de objetos, ele possui referências a questões identitárias, culturais, subjetivas para algum povo, que não deve ser ignorado e sim incluídos e respeitados na montagem de exposições e manutenção do acervo.

Em relação à restituição ou devolução de bens culturais, o Código de Ética diz que os museus devem estar preparados para discutir essa questão, e “esta ação deve ser feita de maneira imparcial, baseada em critérios científicos, profissionais ou humanitários e sob a legislação local, nacional. Se houver pedido de restituição, o museu deve possibilitar que isto aconteça, mas primeiro deve ser legalmente autorizado pelo Estado.” (Parágrafo 6.2, Capítulo VI do Código de Ética, do ICOM). Para definir quais os objetos são passíveis de passarem por restituição patrimonial, é colocado no parágrafo 6.3 que são bens “que tenha sido exportado ou transferido violando os princípios estabelecidos nas convenções internacionais e nacionais” (Parágrafo 6.3, Capítulo 6 do Código de Ética do ICOM). Se o museu tiver conhecimento de algum artefacto da sua coleção nessa situação, deve possibilitar a restituição imediatamente, após autorização legal.

Procurando evitar situações litigiosas ou desrespeitosas com comunidades-fonte, nos parágrafos 6.5 e 6.7 do Capítulo VI, é trazido que se houver utilização de material pertencente a uma comunidade contemporânea é necessário que seja de comum acordo, não se pode retirar o artefacto sem conhecimento da comunidade. E para utilização desses materiais em acervo o respeito pela dignidade humana e pelas tradições e culturas da comunidade de origem é crucial. Além dessas comunidades, no parágrafo 6.4 também são consideradas as comunidades/países que estejam passando por ocupações políticas ou militares, “os museus devem

se abster de comprar ou adquirir bens culturais de um território ocupado e respeitar rigorosamente as leis e convenções que dispõem sobre a importação, exportação e transferência de bens culturais ou naturais” (Parágrafo 6.4, Capítulo VI do Código de Ética, do ICOM).

O Código de Ética do ICOM para Museus trata de diversos aspetos em relação a como os museus devem agir sobre seu acervo, pessoal, comunidade em que se encontra, entre outros, é um texto bem rico sobre a ética em lidar com objetos que têm alguma representação para pessoas de uma comunidade ou uma nação. Focamos nos dois capítulos que lidam com a aquisição e relação com a comunidade. A partir de uma aquisição legítima se evita, posteriormente, uma restituição, e garante-se objetos que não sejam roubados. E a relação com a comunidade, a volta do museu traz para a instituição a importância que vai além de ser um depositário de peças e artefactos antigos.

### **4.3. A Convenção de 1995 do UNIDROIT : Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados**

O Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) é uma organização intergovernamental independente, com sede em Roma, cujo objetivo consiste em estudar os meios de harmonizar e de coordenar o direito privado entre os Estados e de preparar, gradualmente, a adoção por estes de uma legislação de direito privado uniforme (História do Unidroit, retirado de: <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-civil-comercial/Unidroit.html>). Atualmente, são 63 Estados membros do UNIDROIT<sup>40</sup>. Desde a sua constituição, o Unidroit elaborou cerca de 70 estudos e projectos nos principais ramos do direito, abordando temas como a venda e matérias conexas, o crédito, os transportes, a responsabilidade Civil, o direito processual e o turismo. (História do Unidroit: <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-civil-comercial/Unidroit.html>).

Em 1995, os países membros foram convocados pelo governo italiano para realizar uma Conferência Diplomática destinada à aprovação do projecto de Convenção do Unidroit sobre o Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados. Segundo Irini Stamatoudi (2011), essa convenção serviu como um complemento à Conferência de 1970, da Unesco. O propósito da Convenção do Unidroit se diferencia da Unesco, pois procura estabelecer “um conjunto de regras mínimas comuns, de natureza jurídica, destinadas a regular a restituição e o retorno de bens culturais entre os Estados Contratantes, com a finalidade de incentivar, no interesse geral, a preservação e a proteção do património cultural” (Preâmbulo da Convenção do Unidroit). Como colocado por Stamatoudi (2011), em sua essência, a Convenção procura harmonizar várias leis nacionais no problema da aquisição “de confiança” (Tradução, p. 68). Para que não possa haver brechas utilizadas por países que possuem objetos ilicitamente, que tenham sido adquiridos em data

<sup>40</sup> São países membros: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, Chipre, Colômbia, Croácia, Cuba, Dinamarca, Egito, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos da América, Estónia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Irão, Iraque, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Jugoslávia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, México, Nicarágua, Nigéria, Noruega, Paquistão, Paraguai, Países-Baixos, Polónia, Portugal, República da Coreia, República Checa, Roménia, Reino Unido, Rússia, São Marino, Santa Sé, Sérvia, Senegal, Suécia, Suíça, Tunísia, Turquia, Uruguai e Venezuela

anterior à Convenção, é apresentado no preâmbulo “a aprovação da presente Convenção para o futuro não significa, de forma alguma, a aprovação ou legitimação de qualquer tráfico ilícito que tenha ocorrido anteriormente à sua entrada em vigor”.

Existe limite de tempo apresentado no capítulo II, do Artigo 3º, para que o pedido de restituição seja válido, sendo três anos após a descoberta de onde está o objeto ou 50 anos após o roubo, no caso de bens patrimoniais em coleções públicas ou monumentos, apenas este último prazo conta<sup>41</sup>. Pode ser estabelecido um prazo de 75 anos para prescrever o pedido, se for requerido pelo país contratante. O artigo traz segurança para os dois Estados envolvidos, para que o processo não se arraste por demasiado tempo e possibilite que ambos tenham posição.

Uma das justificativas para a criação do documento na apresentação da Convenção é o empenho do Unidroit, em contribuir de maneira “eficaz para a luta contra o tráfico ilícito de bens culturais, estabelecendo um conjunto de regras mínimas comuns de natureza jurídica destinadas a regular a restituição e o retorno de bens culturais entre os Estados Contratantes, com a finalidade de incentivar, no interesse geral, a preservação e a protecção do património cultural” (Apresentação da Convenção do Unidroit sobre o Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, 1995).

Enquanto a Unesco procura combater o tráfico ilícito de obras de arte e bens patrimoniais dando ao Estado formas de agir a partir de procedimentos administrativos. A Convenção do Unidroit, de 1995, fornece acesso direto a corte de um país pelo proprietário de um bem cultural roubado ou ilegalmente exportado (Stamatoudi, 2011, p. 70), segundo o Artigo 8º, parágrafo 2, “as Partes podem convencionar submeter o litígio quer a um tribunal ou outra autoridade competente, quer à arbitragem”. Seguidamente, no parágrafo 3, as medidas provisórias ou cautelares a serem aplicadas podem ser as presentes no direito do “Estado Contratante onde se encontra o bem cultural, ainda que o pedido de restituição ou de retorno seja deduzido perante um tribunal ou outra autoridade competente de outro Estado Contratante (Convenção para Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, 1995, Artigo 8º, capítulo 3). Ressalta-se que foram poucos os países que assinaram essa Convenção, uma quantidade menor do que a que retificou a Convenção de 1970 da Unesco, tornando seu alcance pequeno, se comparado com outros acordos internacionais.

A Convenção para Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados é aplicada apenas aos pedidos de restituição de carácter internacional e do retorno de bens culturais retirados do território de um Estado Contratante. Desde que este tenha ocorrido a partir de violação do direito interno que regulamenta a respetiva exportação (adiante designados “bens

---

<sup>41</sup> No parágrafo 4 do Artigo 3º é definido que o tempo para determinados bens culturais é diferenciado: “Todavia, a acção de restituição respeitante a um bem cultural que seja parte integrante de um monumento ou sítio arqueológico devidamente identificados, ou que pertença a uma coleção pública, está apenas subordinada ao prazo de prescrição de três anos a contar do momento em que o autor teve conhecimento do lugar onde se encontra o bem cultural e da identidade do possuidor



culturais ilicitamente exportados”).

A Convenção, porém, não é aplicável a roubos internos de objetos culturais, apenas os de caráter internacional, “roubos domésticos”, como colocado por Stamatoudi (2011), não estão sob jurisdição da Convenção. Se o bem cultural for furtado, mas for mantido dentro do território da própria nação, não haverá ação por parte do Unidroit, porém, se o objeto for pego sendo ilegalmente exportado passa a ser abrangido pela Convenção de 1995 e é material protegido.

A definição dos bens protegidos é presente no Artigo 2º e são eles: “bens que, por motivos religiosos ou profanos, possuem importante valor arqueológico, pré-histórico, histórico, literário, artístico ou científico e que integram uma das categorias enumeradas em anexo à presente Convenção.” (Convenção do Unidroit: Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, 1995, Artigo 2º). Nos anexos do documento, a definição de bem cultural se mostra mais ampla, incluindo objetos etnográficos, coleções de minerais e animais e objetos indígenas. A partir da maior abrangência desse conceito, é mostrado o aumento de categorias aceitas como patrimônio cultural e uma expansão em relação ao papel social e histórico de diferentes culturas. Essa diferenciação não se faz presente nas Convenções da Unesco que tratam do patrimônio, consequentemente, pode ser vista como um avanço para inclusão da cultura indígena em documentos que tratam do patrimônio cultural.

No Capítulo II, é tratado como deve ocorrer a restituição dos bens e como proceder perante objetos ilicitamente exportados. No Artigo 3º, são apresentadas as primeiras diretrizes para a restituição dos bens patrimoniais, no parágrafo 1, é dito: “O possuidor de um bem cultural roubado deve restituí-lo” (Convenção para Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, 1995, Artigo 3º, parágrafo 1), seguindo as formas já citadas de ir ao tribunal e respeitando o direito interno do Estado Contratante.

É entendido como bem roubado “qualquer bem cultural obtido através de escavações ilícitas ou, tratando-se de escavações lícitas, ilicitamente retido, desde que assim o determine o direito do Estado onde as referidas escavações tiveram lugar” (Convenção para Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, 1995, Artigo 3º, parágrafo 2). Bens culturais que tenham sido retidos sem autorização do governo do país de origem do objeto é visto como artefacto roubado, sendo passível de restituição.

Quando ocorre a restituição de um bem cultural deve ser lembrado que este se encontrava sob posse de alguém ou alguma instituição, sendo assim, quando o pedido de restituição é aceito, é direito do antigo proprietário receber uma indenização por parte do Estado Parte requerente. Essa questão é colocada no Artigo 4º, da Convenção de 1995, do Unidroit. Além da indenização, também é função do requerente pagar o transporte do objeto entre as nações, o bem cultural será isento de taxas alfandegárias.

Se a indemnização não for de interesse do Estado requerente, com base no Artigo 6º, ele pode manter a propriedade do objeto com o possuidor ou “transferir a propriedade do bem, a título oneroso ou gratuito, para uma pessoa por si designada que resida no Estado requerente e que preste as garantias julgadas necessárias” (Convenção para Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, 1995, Artigo 6º, parágrafo 3, alínea b). No mesmo Artigo, e ainda com foco sobre o possuidor, serão investigadas as circunstâncias da aquisição do bem material, “nomeadamente o título a que as partes nela intervieram, o preço, a consulta (...) de registos, normalmente acessíveis, relativos aos bens culturais roubados, ou de quaisquer outras informações e documentos (...)” (Convenção para Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, 1995, Artigo 6º, parágrafo 4). O possuidor não tem direito a se beneficiar de estatuto mais favorável, por ser proprietário, do que o de alguém que tenha adquirido o bem por herança. O parágrafo 5 coloca em questão a legitimidade da posse do proprietário do bem, ao afirmar que não pode se beneficiar mais do que um herdeiro, mostra que a pessoa não é a real dona do objeto por tê-lo comprado.

No Capítulo III da Convenção, da Unidroit, são apresentadas as formas práticas de agir quando é iniciado o processo de restituição patrimonial ilicitamente exportados. No Artigo 5º, parágrafo 1, é abordado a autoridade responsável por resolver o litígio, sendo esta um tribunal de um Estado Contratante invocado pelo outro Estado Contratante. Seguidamente, no parágrafo 2 é definindo o que é um objeto ilicitamente exportado:

Considera-se objeto de exportação ilícita o bem cultural que, tendo sido temporariamente exportado do território do Estado requerente, nomeadamente para fins de exposição, investigação ou restauração, mediante autorização emitida nos termos do direito interno que, destinando-se a assegurar a protecção do património cultural, regulamenta tal exportação, não foi devolvido em conformidade com aquela autorização. (Convenção para Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, 1995, Capítulo III, Artigo 5º, parágrafo 2).

A partir da situação apresentada na citação acima, o tribunal demarcado no parágrafo 1 deve ordenar o retorno do bem cultural, se o Estado requerente comprovar que essa exportação lesa, significativamente, interesses ligados ao objeto, podendo ser, a conservação material do bem; integridade de um bem complexo; preservação da informação relativa ao bem ou sua utilização do bem, por alguma comunidade autóctone ou tribal, segundo seus ritos ou que o referido bem reveste uma importância cultural significativa para esse Estado (Convenção para Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, 1995, Capítulo III, Artigo 5º, parágrafo 3).

A Convenção para Retorno Internacional de Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados foi escrita na tentativa de mediar os litígios entre Estados em relação à restituição patrimonial, ao longo do estudo de seus Artigos, é perceptível a procura pelo equilíbrio, sem favorecimento aos Estados Contratantes que se encontrem no conflito, como a garantia da indemnização à quem perdeu a posse de um bem cultural, mas a certeza de que um tribunal, do país

do possuidor, garantirá o retorno do objeto à sua origem.

Nesse documento, a ênfase se dá à restituição patrimonial e serve como complemento para as diretrizes apresentadas na Convenção de 1970, da Unesco: Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais. Infelizmente, o baixo número de países assinantes da Convenção, a torna como um documento de baixa aplicação no cenário internacional.

#### **4.4. Declaração de *Mataatua***

Diferente dos demais documentos apresentados, a Declaração de Mataatua foi elaborada por povos indígenas da Nova Zelândia para que houvesse reconhecimento desses povos como proprietários de seus bens culturais. A elaboração do documento ocorreu durante a “Primeira Conferência Internacional sobre os direitos de propriedade intelectual e cultural dos povos indígenas”, realizada na região de *Aotearoa – Whakatane* – Nova Zelândia, entre os dias 12 e 18 de julho de 1993.

A Conferência ocorreu durante seis dias e considerou o leque de questões significativas, como por exemplo: o valor do conhecimento indígena, biodiversidade e biotecnologia, artes, gerência de meio ambiente, música, língua e outras formas culturais de medicina e espiritualidade (<http://www.ngatiawa.iwi.nz/cms/view/mataatua-declaration.aspx>). Nesse evento, reuniram-se 150 delegações de 14 países, entre eles: Japão, Austrália, Fiji, Panamá, Peru, Suriname, Filipinas e Estados Unidos, o objetivo do encontro foi discutir e procurar resoluções sobre os “direitos de propriedade intelectual e cultural dos povos nativos (Introdução da Declaração de Mataatua). O documento é dividido em três partes, na primeira são apresentadas recomendações aos povos indígenas, a segunda à comunidade internacional e na terceira à ONU.

No preâmbulo da Declaração, é colocada a importância que os Povos Indígenas devem ter e deixar de ser vistos como povos sem capacidade de proteger seus próprios bens patrimoniais, para que possam reconhecer a importância da sua cultura, que assim como tantas outras apresenta enriquecimento e importância para a comunidade internacional. Apenas a partir do momento em que indígenas são reconhecidos como povos capazes, terão voz para lutar por aquilo que lhes pertence. “Declara-se que os Povos Indígenas do mundo têm o direito à autodeterminação e ao exercer esse direito devem ser reconhecidos como os proprietários exclusivos de suas propriedades culturais e intelectual. É conhecido que os Povos Indígenas têm, em comum, experiências ligadas à exploração de suas propriedades culturais e intelectuais. Afirma-se que o conhecimento dos povos indígenas do mundo são um benefício para toda a humanidade. Reconhecer que os Povos Indígenas são capazes de administrar, eles mesmos, seus conhecimentos tradicionais, mas de boa vontade podem oferecê-los à humanidade, fornece um direito fundamental de definir e controlar seus conhecimentos, esse é um direito que deve ser protegido pela comunidade internacional. Dessa maneira, os primeiros beneficiários dos conhecimentos devem ser os descendentes dos índios. Declara-se que qualquer

forma de discriminação e exploração dos povos, de seu a conhecimento ou cultura, devem cessar. (Prêambulo da Declaração de *Mataatua*).

Na Declaração, é deixado claro que os povos indígenas são proprietários de seus bens patrimoniais e conhecimento, mas como já visto nos casos práticos apresentados, não é simples dizer quem é o proprietário de um bem que, por ter muitos anos, não se sabe como foi adquirido. Por essa razão, a Declaração de *Mataatua* ajudaria os povos nativos à reaver seus bens espoliados, mas encontraria dificuldade ao se tratar da questão de propriedade.

Nas recomendações aos povos indígenas, é dado ênfase à importância da comunidade criar maneiras de proteger e reconhecer seus bens culturais, frisando que apenas a Declaração é insuficiente para cumprir seu objetivo de preservar os conhecimentos e outros bens. Dentre as formas de proteção, é apresentado a promoção de estudos e de educação sobre a própria cultura e história; o desenvolvimento de um código de ética para àqueles, de fora da comunidade, que desejam gravar (visual, áudio ou escrita) seus costumes.

Dentro da comunidade, é proposta a criação de um corpo apropriado para criação de uma legislação que proteja com respeito as antiguidades, inclusive monitorando a venda e distribuição de material que pertença à povos indígenas, no domínio público, além de incentivar que outros povos protejam seu patrimônio e procurar dentro da lei do país em que se encontram, novas formas de fazer valer os novos direitos. Finalizando essa primeira parte da declaração, procura-se uma rede internacional com povos indígenas para espalhar o que é colocado na Declaração, em prol da proteção patrimonial e direitos sobre esse patrimônio.

A respeito das duas outras partes da Declaração, é colocado sobre reconhecer e respeitar o que já foi dito no preâmbulo e nas Recomendações aos Povos Indígenas. Sobre os objetos culturais é dito:

2.13. Museus e outras instituições devem providenciar, para o país e povos indígenas interessados, um inventário com qualquer objeto indígena sob sua posse.

2.14. Objetos culturais indígenas presente em museus ou outras instituições devem ser oferecidos de volta aos seus proprietários tradicionais. (Segundo ponto sobre As Recomendações à Comunidade Internacional da Declaração de *Mataatua*).

A Declaração se mostra radical sobre a devolução de qualquer objeto de procedência indígena para seus proprietários tradicionais. Porém, essas questões rendem processos longos que ao discutir propriedade e preservação dos bens patrimoniais, terminam por não ter resultado favorável aos nativos. Embora, não trate diretamente da restituição, a nova maneira de enxergar os povos nativos como sujeitos históricos e sociais, pelos próprios povos e pela comunidade internacional, possibilita colocá-los como proprietários e protetores de seus próprios conhecimentos e bens culturais. Sendo assim, legitima os pedidos de restituição desses povos, que durante muito tempo eram tratados apenas como personagens à margem da história, possuidores de artefactos exóticos, cuja proteção deveria ocorrer por conta dos povos ocidentais. Como forma de finalizar o estudo sobre as Convenções

Internacionais, foi construído um quadro<sup>42</sup> que traz um resumo de cada documento sob os pontos: objetivo; definição de património; forma como se relaciona com a restituição ou com a repatriação e a quem

## **5. A Restituição Patrimonial em Portugal: que legislação é responsável por essa questão?**

Após contemplar a restituição patrimonial e os cuidados éticos que passam a existir nas legislações e Cartas Internacional, neste tópico, procura-se abordar a legislação portuguesa. Analisar como a restituição é tratada, a conceituação de património cultural segundo a lei, finaliza-se a análise com a questão da exportação e do comércio. Além das leis, os serviços estatais responsáveis pela proteção do património em Portugal serão sucintamente estudados.

### **5.1. Serviços estatais portugueses para a proteção do Património Cultural**

Inicia-se o estudo conhecendo os organismos governamentais que protegem o património e fazem valer a lei que lhe diz respeito. Aplicar a legislação e promover a preservação patrimonial, em Portugal, é uma das funções do Ministério da Cultura, que possui organismos centrais e regionais para cumprir o que propõe em relação aos bens culturais, ou seja, proteção, conservação, inventariação, entre outras ações. Os primeiros desses organismos a se destacar é a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), serviço central da administração direta do Estado, responsável pela gestão do património cultural em Portugal continental. “A equipa diversificada abrange os domínios técnicos e científicos do cuidado com o património, sediados em Lisboa, com serviços que se expandem pelo estudo, investigação, divulgação e conservação do património material e imaterial” (Informações retiradas da apresentação do serviço em seu website: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/quem-somos/enquadramento-legal/>).

O plano de ação da Direção Geral do Património possui três eixos principais, o primeiro deles é “o conhecimento, o inventário, a salvaguarda, a conservação, a valorização, a divulgação do património cultural arquitetónico, arqueológico, móvel e imaterial, e a execução da política museológica nacional”. Esse primeiro eixo traz as principais características utilizadas por serviços de proteção ao património cultural nas legislações e formulações de códigos de conduta sobre tais bens. A inventariação como primeiro passo para o desenvolvimento de políticas de proteção e conservação patrimonial é encontrada em outros documentos que dizem respeito ao património, como por exemplo, a Convenção da Unesco de 1954 e 1970. Esse ponto inicial traz as ações bases para a conservação do património, com os principais passos para que este se torne possível.

O segundo eixo diz sobre a gestão do património, sendo o serviço responsável por gerir os “mais importantes museus nacionais portugueses e dos monumentos classificados Património Mundial pela UNESCO”, destacando a função do Estado em se responsabilizar pela administração

<sup>42</sup> Quadro disponível no Apêndice D.

de seus bens ou dos espaços apropriados para manutenção do património. O último eixo apresentado pela Direção Geral do Património é “articulação permanente com outras entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais, nos domínios normativos e da fiscalização, da investigação científica, da ação educativa e formativa e da administração do território”. Com o engajamento de outras instituições de diferentes níveis de actuação, a proteção do património se torna uma tarefa de todos em conjunto, o que possibilita ação, mesmo se um dos sectores passar por algum problema.

Partindo do organismo central para os locais, existem as direções regionais de cultura do Norte, do Centro, do Alentejo e do Algarve. São serviços periféricos da administração direta do Estado e dirigida por um diretor regional, a gestão do património cultural da região e o acompanhamento das artes são as principais funções desenvolvidas pelas regionais. (<http://culturanorte.gov.pt/pt/drcn/organizacao/>).

Na apresentação do *website* da Direção Regional de Cultura do Norte, o então diretor António Ponte apresenta o propósito do serviço regional em que opera

desenvolve a sua atividade visando salvaguardar, preservar, restaurar e comunicar - aos diferentes tipos de público - os valores da cultura material e imaterial existentes na região. Um trabalho desenvolvido em articulação com os diferentes agentes do território, tais como as instituições da administração central existentes na região, as autarquias locais, as instituições eclesiais, as instituições de ensino, as associações, entre outros. (Diretor Regional de Cultura do Norte, António Ponte, <http://culturanorte.gov.pt/pt/drcn/apresentacao/>).

Destaca-se, além da função de preservação, restauração e divulgação, a importância do envolvimento de outras instituições que não as governamentais no processo de proteção, o apoio de outras instituições vai além do prático e se expande para o apoio financeiro da proteção patrimonial. Para o organismo manter suas atividades, existe orçamento governamental destinado a eles, mas com as limitações existentes nessa maneira de financiamento, foi adotado “o regime do mecenato cultural como uma alternativa à escassez de recursos. O apoio de empresas ou particulares (...) traduz-se na construção de uma parceria com elevada visibilidade, uma associação ao prestígio que decorre da enorme valia patrimonial dos Monumentos geridos por esta entidade (...)” (<http://culturanorte.gov.pt/pt/drcn/os-nossos-mecenas/#sthash.JXX6gTsV.dpuf>). O apoio monetário por parte de instituições particulares apresenta aspetos positivos e negativos, os positivos são claros para a sociedade e para o património, já que uma instituição com grande poder aquisitivo pode manter o bem patrimonial conservado, investindo em sua proteção e também um atrativo para turistas ou comunidade através de investimento em publicidade. Além de que o Estado possui orçamento limitado, enquanto as empresas podem ter o lucro crescente e garantir investimento constante se mantiverem as atividades financeiras positivas.

Porém, o aspeto negativo dessa relação é a escolha de bens que tenham possibilidade de ter retorno monetário para a instituição em detrimento de bens que possuam maior importância local ou para alguma parcela menor da comunidade. Serão selecionados espaços, bens grandiosos com possibilidade turística, enquanto o valor cultural será deixado como sem importância e assim

dependerá da ajuda do Estado ou apenas da comunidade que o circunda. O apoio comunitário não deve ser visto como menos importante, mas sua capacidade financeira na conservação será menor do que a possibilitada por uma grande empresa ou instituição. Concluindo, apenas uma pequena parte será valorizada pelos mecenas, enquanto outra corre o risco de sumir por não apresentar vantagem monetária.

## **5.2. Legislação portuguesa sobre Restituição Patrimonial: A Lei número 107 de 8 de setembro de 2001**

Adentra-se, neste tópico, o estudo da Lei 107/2001<sup>43</sup>, a Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural. Foram selecionados artigos dessa lei, que tratam do património cultural e da restituição patrimonial dentro de Portugal.

No Artigo 2º é conceituado o que é Património Cultural, definindo a abrangência de proteção da Lei, já que é a partir desse conceito que será visto o que é considerado bem passível de se enquadrar como património. Dividido em oito parágrafos, a lei define como património “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização” (Parágrafo 1, Artigo 2º, Lei 107/2001). A conceituação é relativamente ampla e abrange a Língua Portuguesa e suas variedades regionais; seu ensino, valorização e difusão (Parágrafo 7, Artigo 2º, Lei 107/2001), bens de valor histórico, documental, artístico, industrial, entre outros, “que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade” (Parágrafo 3, Artigo 2º, Lei 107/2001) e também bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas (Parágrafo 4, Artigo 2º, Lei 107/2001).

Além de considerar os bens ligados à identidade, cultura e história, também fazem parte da definição bens que sejam considerados património através de convenções internacionais (Parágrafo 5, Artigo 2º, Lei 107/2001). Neste parágrafo, é tratado de um património definido por instituição e não mais por parte do governo português, sendo importante por garantir a proteção dos chamados Patrimónios da Humanidade, definidos pela Unesco. O contexto em que os conjuntos de bens patrimoniais fazem parte, estão incluídos na proteção e cultura tradicional popular, que ocupe posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas (Parágrafo 6 e 8, Artigo 2º, Lei 107/2001).

Dentre os artigos da Lei, o único que diz respeito à Restituição Patrimonial é o Artigo 69º, o assunto é tratado em sete parágrafos e diz respeito aos bens aptos ou inaptos à restituição, com quais países podem ocorrer transações de bens culturais, quem pode iniciar um processo de restituição, dentre outras questões.

Nos Parágrafos 1 e 2, é dito que se uma pessoa dentro do território português possui um bem

---

<sup>43</sup> Recuperado de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>.

cultural pertencente ao património cultural de outro Estado, ilegalmente adquirido ou roubado, ele não mais é considerado o detentor do bem e possibilita a devolução ao legítimo possuidor. Para que possa ocorrer a transação, devem existir as condições de reciprocidade entre os dois países, e são válidos dentro do direito comunitário e internacional que vincular o Estado Português.

erante essa situação, a ordem interna portuguesa permite que as ações de restituição corram em tribunais judiciais. O início do processo é ação exclusiva do Estado de onde o bem saiu, sendo ele da União Europeia ou esteja em condições de reciprocidade com Portugal (Parágrafo 4, Artigo 69º, Lei 107 de setembro de 2001). Durante o processo, serão discutidos os temas apresentados no parágrafo 5. Inicialmente, a natureza do objeto que está em processo de restituição, os pontos abordados são, se o bem em questão é realmente um património cultural para o país que o pede; se a saída foi ilícita dentro das leis e da ordem do local de origem. Posteriormente, muda-se o foco para o detentor que passa pela possibilidade de perder seu bem, a aquisição ter ocorrido de boa fé e sem conhecimento da natureza ilícita do objeto possibilita que o detentor receba indenização do Estado<sup>44</sup>. Aspectos do conflito que sejam abordados no direito interno ou internacional podem ser considerados nesse tribunal.

No caso do bem patrimonial ser elemento do património cultural português, não haverá restituição (Parágrafo 6, Artigo 69º, Lei 107/2001). Considerado património cultural como “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização” (Parágrafo 1, Artigo 2º, Lei 107/2001). Por possuir ampla conceituação do que é património na lei, esse parágrafo se torna problemático, podendo levantar situações dúbias que dificulte a restituição de determinados bens. Ao mesmo tempo que serve como proteção aos bens portugueses, garantindo sua estabilidade no país.

Embora a Constituição da República Portuguesa e a Lei 107 de setembro de 2001 (Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural) abordem de maneira ampla a classificação e a salvaguarda dos bens patrimoniais, a questão da restituição é apresentada apenas no Artigo 69. Na teoria legal, a legislação contempla os principais aspectos da restituição, os materiais que podem ser restituídos, a forma como deve acontecer a restituição (abertura do processo, ação no tribunal), e como os detentores devem agir perante a situação (indenização, compra do objeto). Porém, falta a legislação ser atualizada com questões pertinentes às instituições do Estado e a posição dos museus em pedidos de repatriação ou de restituição.

<sup>44</sup> No texto da Lei 107/2001, na alínea D, do parágrafo 5 do Artigo 69º não é explicitado o responsável por pagar a indenização. Sendo Portugal um país signatário da Convenção de 1995 da Unidroit (cuja questão é abordada no Artigo 4º), conclui-se que o País requerente é o responsável pela indenização



## **CAPÍTULO 3: APLICAÇÕES DA RESTITUIÇÃO, QUESTÕES PRÁTICAS**

No capítulo anterior, a discussão apresentada se prendeu às questões teóricas e à legislação, tendo os conceitos devidamente discutidos, a pesquisa adianta-se para a aplicação da restituição e de seus conceitos. Afinal, é necessário conhecer como funciona uma restituição ou repatriação, nos exemplos a seguir é possível perceber a diferença dentre os dois termos de forma prática.

Para entender como ocorre um ato de restituição patrimonial foram levantados diferentes casos relevantes no cenário internacional de restituição ou repatriação de determinados bens. Iniciando por exemplos ocorridos em ex-colônias portuguesas, especificamente Brasil e Angola, com tentativas de repatriação de bens que se encontravam com museus ou colecionadores ao redor do mundo. Foram escolhidos de forma separada dos demais exemplos por representarem maior proximidade com o objeto de estudo que é Portugal.

No tópico seguinte, o trabalho se abre para exemplos de restituição em diversos contextos e cenários, expandindo o campo da pesquisa e compreendendo como foram as ações que levaram à restituição nesses locais. Por possuir cenário mais amplo, os casos são mais diversos e apresentam particularidades que fazem parte do assunto, por exemplo, a negativa em resposta a um pedido, ou a grande demora em realizar o que já havia sido acordado entre duas nações e como marcante da importância da legislação internacional, exemplos que aconteceram sob jurisdição das Convenções da Unesco.

### **6. Casos Paradigmáticos de Restituição e Repatriação Patrimonial**

Após analisar os conceitos de repatriação, retorno, retenção e restituição, apresentam-se alguns casos práticos que se enquadram em restituição e repatriação. Alguns dos exemplos não se concretizaram e os artefactos não foram devolvidos ao seu local de origem. Esses casos serão estudados a fim de abordar as dificuldades enfrentadas em tal situação, aspetos que impedem o retorno de um bem e de maneira sucinta perceber as colocações e discursos das instituições que negam uma restituição.

Após estudo e procura por exemplos de devolução de bens culturais, foram selecionados casos paradigmáticos que tiveram relevância e visibilidades no territórios onde ocorreram. No primeiro quadro apresentado, estão os exemplos que dizem respeito aos membros da comunidade de países de Língua Portuguesa. Foi escolhido realizar a separação dentre tal comunidade e demais países devido à proximidade do primeiro grupo com o foco do estudo, Portugal.

#### **6.1. Exemplos em Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa**

Dentre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foram encontrados casos de restituição no Brasil e em Angola, foram realizadas pesquisas referentes a Moçambique e Cabo Verde, mas até o momento em que se apresenta esta pesquisa, não foram

encontrados exemplos relativos ao assunto.

Após pesquisa bibliográfica e contacto com alguns museus responsáveis por artefactos etnográficos, o Brasil se mostrou o país com maior número de pedidos de restituição ou repatriação por parte de suas comunidades indígenas. Um dos possíveis motivos para esse facto é a procura por fortalecer a identidade desses povos, segundo Thompson (2013, p.10), os pedidos de restituição de índios brasileiros servem como ação de resistência. São pedidos de culturas pontuais, ou seja, não representam um pedido nacional, mas sim de povos espaçados que se conscientizam com a importância de manter viva sua cultura e de seu papel como sujeitos históricos e sociais, isto é, procuram os artefactos que os representem e não mais estão sob sua posse.

Angola, por sua vez, tornou-se independente na década de 1970, uma independência recente que foi seguida por um cenário de instabilidade, a qual gerou uma guerra civil de 1975 até 2002. Dentro desse período turbulento para o país, dificultou-se a preocupação com a construção identitária ou enriquecimento cultural, consequentemente, tarda o início do processo de procura pelo património cultural espoliado. Ao contrário do Brasil, os exemplos encontrados representam um pedido nacional ou para o Museu Nacional do Dundo, representando a nação angolana. Apresenta-se um quadro com as informações resumidas dos casos escolhidos no Apêndice E.

#### **6.1.1. O Museu de Culturas Dom Bosco e Museu de Etnologia de Viena**

No ano de 2008, o Museu de Culturas Dom Bosco entrou em contato com o Museu de Etnologia de Viena, procurando a restituição de artefactos indígenas, especialmente da etnia Bororo, repetindo a experiência que teve com o italiano Museu Missionário Etnológico Colle Don Bosco, em 1999. Sobre a coleção presente no Museu de Etnologia de Viena, ela foi resultado de uma coleta no final do século XIX, e já na Áustria tinha uso restrito e foi pouco divulgada e comunicada nos últimos 175 anos, que seguiram à Grande Exposição, da qual a coleção fez parte. (Thompson, 2013, p. 8). Para procurar a restituição do material foi realizado um convênio entre os dois museus, que “(...)foi destinado a desenvolver uma parceria entre os dois estabelecimentos, a qual envolvia o levantamento de informações sobre o material etnográfico de indígenas brasileiros que se encontra em museus europeus.” (Thompson, 2013, p. 7). Inicialmente, o IPHAN fez parte da mediação entre as duas instituições, o que daria o caráter de intervenção estatal por parte do Brasil, porém após a promoção da reunião entre os diretores dos museus, o convênio acabou sendo concretizado, sem qualquer outra intervenção do IPHAN, apenas entre as instituições.

O Museu Dom Bosco o chamou de "Projeto de Repatriação Virtual", já que diversas peças de diferentes etnias brasileiras, com foco na etnia Bororo seriam disponibilizadas em um banco de dados *online* que permitiria o acesso de pesquisadores e principalmente dos índios Bororo "que poderão se utilizar deste artifício tecnológico em seu benefício, sobretudo para o resgate cultural de diversos aspectos artísticos e comportamentais perdidos pela presença e interferência do homem branco em seu cotidiano" (Museu de Culturas Dom Bosco, 2011)". Um ano após firmar o acordo, a troca de

diretoria no museu da Austria impossibilitou a continuação do projeto, não houve mais contato pelas partes, o que resultou no fim da tentativa de repatriação desses objetos.

### 6.1.2. O Museu Emílio Goeldi e Museu Nacional de Etnologia de Leiden



A festa do Caium evidencia a cultura do povo Ka'apor (Foto: Acervo do MPEG)

Figura 1: Exposição da Festa Cauim no Museu Goeldi. Disponível em [www.museu-goeldi.br/portal/content/o-museu-goeldi-e-suas-paisagens-culturais](http://www.museu-goeldi.br/portal/content/o-museu-goeldi-e-suas-paisagens-culturais)

Em meados de 1650, durante as Invasões Holandesas no Brasil, Maurício de Nassau, o então governante de Olinda na capitania de Pernambuco, foi chamado de volta à Holanda, e levou consigo diversos artefactos etnográficos de nativos brasileiros da região que governou. De volta à Europa organizou exposições e exibia sempre que possível as peças, até que foram para o Museu Nacional de Etnologia de Leiden, onde se encontram até os dias atuais.

Na década de 2010 (ação se prolongou até meados de 2013), a pesquisadora Mariana

Françoza desenvolveu em conjunto com o Museu Emílio Goeldi e representantes do povo Ka'apor um projeto que visava identificar e classificar cerca de 240 objetos do acervo do museu holandês com as coleções de Nassau. Não houve um pedido direto de repatriação ou mesmo de restituição do patrimônio, o que ocorreu foi a reaproximação dos produtores do patrimônio com seus artefactos, gerando uma exposição no Museu Emílio Goeldi sobre a festa do Cauim, típica dos Ka'apor, com objetos emprestados da coleção. A ação foi relevante para os Ka'apor mesmo sem retorno de seus bens patrimoniais, pois a exposição serviu como um reforço da identidade da comunidade, que passava por ameaças de madeireiras às suas terras. Os artefactos, porém, retornaram à Holanda com o final da exposição.

### 6.1.3. O Museu das Culturas Dom Bosco e Museu Missionário Etnológico Colle Don Bosco

Já citado, o Museu das Culturas Dom Bosco esteve envolvido em outra ação de restituição patrimonial, mas desta vez com o Museu Missionário Etnológico Colle Don Bosco, localizado na Itália, a ação aconteceu no ano de 1999. Foi uma restituição que não envolveu contato direto dos nativos com os artefactos, foram enviadas fotografias de cerca de 600 objetos etnográficos dos Bororo, que estão no acervo do Museu, para a comunidade Bororo de Meruri. A partir das fotografias foram realizados estudos e trabalhos escolares com os alunos da escola da comunidade e, posteriormente, foram confeccionados artefactos inspirados nas fotografias que formaram a coleção do Centro de Cultura Padre Rodolfo Lunkenbein, fundado em 2001, dentro da comunidade. Em ocasiões de festas ou rituais, os materiais confeccionados são retirados de exposição e utilizados como parte do rito.



Figura 2: Cocar Bororo disponível na Coleção Virtual do Museu Missionário Etnológico Colle Don Bosco

Para os Bororo, a confecção dos artefactos ritualísticos foi o suficiente para colocá-los em contato com a face intangível do património. Embora os objetos originais se mantivessem na Itália, suas réplicas serviram para manter vivo o aspeto cultural. Infelizmente, para



Figura 3:: Artefacto para rito fúnebre Bororo, feito de pele de onça. disponível na Colecção Virtual do Museu Missionário Etnológico Colle Don Bosco

a pesquisa aqui desenvolvida, não houve possibilidade de entrar em contato com a comunidade Bororo, para saber a visão parcial deles a respeito da não repatriação física dos artefactos.

#### 6.1.4. O Museu de São Paulo e os Krahó

O exemplo dado a seguir é peculiar por não se tratar da relação entre diferentes nações e sim entre um museu e um povo de uma mesma localidade, Brasil. Os autores Luiz Carlos Borges e Marília Braz Botelho (2010) apresentam a procura dos nativos por seu bens patrimoniais como um direito deles como uma evolução na forma como essas comunidades passam a se enxergar, "como sujeitos sociais e históricos", e passam a se ver como capazes de reclamar a "posse de bens que integram seu património cultural." Essa luta também perpassa pela questão da

identidade cultural "desses grupos cujos valores simbólicos e históricos atuam no imaginário e na memória coletiva dos índios. Os objetos produzidos por essas sociedades desempenham, muitas vezes, um importante papel ritual, responsável pela reprodução e manutenção identitária desses grupos." (Borges e Botelho, 2010, p. 9). A questão do motivo da procura pela restituição só foi levantada neste exemplo por ser o primeiro caso da própria comunidade agindo sem o intermédio de uma instituição e será importante para refletir sobre o exemplo.

Os Krahó foram considerados uma etnia fadada ao desaparecimento na década de 1980, porém, numa procura por manter a cultura viva através do fortalecimento da identidade, "afirmação da indianidade desse povo, de suas tradições e de seus valores míticos e socioculturais." (Borges e Botelho, 2010, p. 10). Sendo assim, líderes Krahó entraram em contato com o Museu Paulista solicitando a devolução de um machado em formato de meia-lua, um objeto ritualístico e de alto poder simbólico. Aconteceram diversas disputas judiciais até que o objeto fosse devolvido para a comunidade-fonte, onde ocorreu um ritual para a reintrodução do machado na comunidade. Era comum aos Krahó reutilizarem objetos encontrados na localidade, modificando algum detalhe para ser utilizado no cotidiano, esse machado, por sua vez, foi colocado como artefacto simbólico e representante da identidade dos

membros do povo Krahó (Borges e Botelho, 2010). Abaixo, tem-se a imagem do machado de meia-lua que foi repatriado aos Krahó durante a cerimónia de devolução do artefacto.



*Figura 4: Cerimónia em que o Reitor da USP devolve a machadinha que se encontrava no Museu Paulista. Foto : Alfredo Rizzuti, 1986. Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kraho/442>*

#### **6.1.5.O Museu Nacional da Dinamarca e os Tupinambás**

O último exemplo citado em relação ao Brasil é a tentativa de repatriação de um manto Tupinambá que se encontra no Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhague. Já citada a situação de Maurício de Nassau e o Brasil, realçar-se-á apenas que ele foi o responsável pela doação do objeto à Dinamarca e que não há registros de como Nassau conseguiu o manto, ainda no Brasil. É possível que tenha sido uma doação de Tupinambás de Catete, mas não há confirmação (Borges e Botelho, 2010). Sobre o manto, é um objeto ritualístico, confeccionado de maneira complexa, usando algodão e penas de aves, como pode ser visto na figura a seguir:



*Figura 5: Manto ritualístico Tupinambás. Imagem retirada do artigo de Borges e Botelho (2010) .*

No ano 2000, ocorreu a mostra “Redescobrimento: Brasil 500 Anos e mais, na cidade de São Paulo”, e contou com objetos emprestados de museus para expor. Nesta ocasião, membros do povo Tupinambá da Bahia tiveram contato com o objeto e reconhecendo-o como parte de sua cultura, reivindicaram a devolução do objeto para a comunidade, ou seja, sua repatriação. Para os Tupinambá, o manto possuía força para afastar os inimigos e para manter vivo o povo Tupinambá historicamente e espiritualmente, "para os Tupinambá, a perda desse manto teve, como consequência, o enfraquecimento desses índios." (Borges e Botelho, p. 15, 2010) Pela visão do campo místico, essa é a necessidade de ter de volta o manto, que não pode ser ignorada no campo do património, já que a carga patrimonial virá da importância que o objeto tem para quem o produziu, logo, o místico faz parte da realidade Tupinambá.

Os representantes da comunidade indígena entraram em contato com governantes e dirigentes do Museu Nacional da Dinamarca para tentar ter o manto de volta. Foram levantadas algumas questões perante o pedido, a primeira é a respeito da manutenção e conservação do objeto, por ser um artefacto frágil, precisaria de um espaço próprio e de cuidados especiais, foi dito pelos representantes dinamarqueses, que a comunidade não teria essas condições. Segundo Thompson (2010), os índios poderiam não ter condições de infra-estrutura para preservar de forma segura e adequada um objeto tão precioso e frágil de sua cultura na perspectiva dos europeus e no momento do pedido de restituição. “Mas, seguramente, há vários museus públicos no Brasil dedicados à etnografia e que estariam aptos a se responsabilizar por esse raro objeto etnográfico” (p. 16).

Outra questão levantada, por este exemplo, é da legitimidade da posse do artefacto, por um lado é um produto da cultura tupinambá, que se encontra desaparecendo e representa parte da identidade mística desse povo. Por outro lado, é um objeto que integrava a coleção particular de Maurício de Nassau, no século XVI, não se sabe como Nassau pegou o artefacto, mas legalmente



pertencia a ele, que poderia doar para quem escolhesse, "sabe-se, também, que ele teria doado o manto como um monumento/documento, pelo seu inestimável valor simbólico e histórico, e igualmente estético para ser exibido e preservado." (Thompson, 2010, p.17). Por esta razão, o artefacto é legalmente do museu da Dinamarca, é uma situação complexa, pois é uma representação de uma parte da cultura brasileira, mas pertence a outro país, por ter sido um presente do antigo proprietário, que viveu no século XVII.

A discussão acerca do património cultural apresenta essa complexidade, possui duas faces a serem levadas em conta, a legal, perante a lei do Estado e de órgãos internacionais, e da cultura, oficialmente, representa a cultura e parte da identidade de um povo. Sendo que apenas o carácter ético aparece como base para a restituição à comunidade-fonte, a possibilidade de esse património retornar a sua origem é muito baixa. O Museu Nacional da Dinamarca tem sido o guardião do manto a 300 anos, os índios descendentes dos Tupinambá se espalharam por diferentes grupos, o que leva ao questionamento de quem é o verdadeiro herdeiro do manto, voltamos à questão já levantada sobre a legitimidade.

Sendo o objeto, "um objeto de memória que nos rememora uma parte da história do Brasil, legado de um povo cuja importância etnográfica e histórica é inegável" (Thompson, 2010, p. 17), e perante a carta da Convenção da Unesco de 1970, documento que a Dinamarca é signatária desde 1979, é colocado que "os bens culturais são um dos elementos fundamentais da civilização e da cultura dos povos e que só adquirem o seu verdadeiro valor quando se conhece com maior precisão a sua origem, a sua história e o seu meio tradicional" (Convenção Internacional de 1970, Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais); reafirmando a importância de manter os bens culturais próximos à sua comunidade de origem, uma vez que lá terá seu real significado e não será visto apenas como um objeto de exposição de algum passado exótico. Logo, seria plausível que o manto fosse repatriado ao governo brasileiro, devido a importância do bem patrimonial para a nação, mas não existe qualquer acordo entre o museu e o governo brasileiro. O manto Tupinambá continua na Dinamarca e não há previsão ou acordo para que retorne ao Brasil.

#### **6.1.6. O Museu de História Natural de Coimbra e Museu Maguta**

Finalizando os casos práticos relativos ao Brasil, há o exemplo não concretizado da exposição pertencente à Universidade de Coimbra. Coletada por Alexandre Ferreira Rodrigues no século XIX durante as Viagens Filosóficas, os artefactos coletados foram divididos entre a Universidade de Coimbra e a Academia de Ciências de Lisboa, onde passaram um tempo exposta e depois se tornaram



parte da Reserva de coleções etnográficas da Universidade, tendo apenas alguns itens expostos no Museu de História Natural.

No ano de 1992, iniciou-se uma exposição comemorando os 200 das Viagens Filosóficas e essas coleções foram expostas em Coimbra, Lisboa, Figueira da Foz e, em 1997, foi levada para ser exposta em Manaus, Brasil. Durante a exposição, os Tikuna ao verem os itens expostos, reconheceram como artefactos de seus ancestrais, os Jurupixuna e pediram que a coleção não retornasse à Portugal e fosse para o Museu Maguta, da comunidade Tikuna, que mostra a cultura, história e identidade do povo. Habitando a mesma região que os Jurupixuna e sendo da mesma matriz linguística, os Tikuna são considerados os descendentes dos extintos Jurupixuna, logo, os herdeiros de seus artefactos culturais. Porém, o pedido foi negado, não houve qualquer acordo ou convênio entre a Universidade e as entidades civis ou liderança nativa, a coleção retornou com a exposição para Coimbra e, até os dias atuais, não houve qualquer acordo para aproximar os Tikuna da coleção.



Figura 6: Máscara Jurupixuna. Peça do acervo da Universidade de Coimbra, disponível no acervo virtual [https://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/museu/colecoes](https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/museu/colecoes;);

#### **6.1.7. O Instituto Nacional do Património Cultural e a Direcção Nacional dos Museus de Angola e outros países**

Os dois exemplos relativos à Angola apresentam um carácter diferente entre si, um deles foi iniciativa de uma instituição particular e o outro ocorreu por ação do próprio governo angolano. Em 2011, a, então, ministra da cultura Rosa Cruz e Silva, em conjunto com a Unesco e com o Instituto Nacional do Património Cultural e a Direcção Nacional dos Museus de Angola estavam envolvidos em um projeto que tem como objetivo recuperar bens patrimoniais que foram roubados de Angola, durante o período colonial ou no período pós-colonialista. Foram sondados objetos em seis países, Brasil, Portugal, Bélgica, França, Canadá e Estados

Unidos da América, o material encontrado no Canadá foi disponibilizado de forma *online*, após o contato com o museu em que se encontrava, o Museu Royal Ontario. Em relação aos objetos que estão no Brasil, são 3.500 peças levadas por um antigo funcionário do Museu Nacional de Antropologia em 1974/75, que levou também o inventário do Museu Regional do Dundo, atualmente,

o material se encontra em posse dos seus filhos. Por ser um projeto atual e ainda em desenvolvimento, não há mais informação a respeito dos objetos nos outros países ou sobre a restituição dos que já se tem conhecimento.

#### **6.1.8 A Fundação *Sindika Dokolo* e Colecionadores particulares**

O segundo caso ocorrido em Angola, trata de um empresário, presidente da Fundação *Sindika Dokolo* que comprou duas máscaras *Tchokwe*, roubadas durante a guerra civil angolana, que estavam com colecionadores particulares na Europa, uma na Bélgica e outra na França. Os valores e os nomes dos colecionadores não foram divulgados, mas as máscaras foram devolvidas ao Museu Dundo, como parte do património cultural de Angola.

### **6.2. Casos paradigmáticos fora da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

Após apresentar exemplos de restituição patrimonial e repatriação em países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, serão apresentados casos práticos envolvendo outros países, como Nova Zelândia, Dinamarca, Gronelândia, Canadá, entre outros que possam ilustrar casos em diferentes situações e regiões.

No quadro disponível no Apêndice F foram apresentados diversos casos de restituição patrimonial de diferentes locais, uma marcante diferença entre os exemplos do primeiro quadro e os agora citados é a restituição física dos bens culturais.

#### **6.2.1. Grécia e Inglaterra**

Um dos exemplos mais emblemáticos, tem sido discutido desde o final do século XIX, é o caso da Grécia e o pedido de repatriação de suas estátuas de mármore retiradas do Partenon pela Inglaterra. Com a entrada de uma junta militar no governo da Grécia, dificultando a situação política do país, silenciou-se a discussão sobre as esculturas até 1974, quando a democracia foi retomada e o assunto voltou a ser colocado em pauta. O governo grego pediu suporte à Unesco na década de 1980, mas a Inglaterra insistiu que não há motivos para a devolução, uma vez que as esculturas foram legalmente compradas em 1816, por um lorde britânico, e representam grande importância para a história mundial e não apenas para a Grécia. Por essa razão, seria legítimo estarem em um museu “universal”.

Em 1982, o governo grego entrou com pedido para que a Unesco interferisse para que houvesse a restituição. A Grécia teve apoio de 55 países membros da Unesco, todos concordando que as peças eram parte de uma construção de grande importância para os gregos, sua identidade e história, mas a Inglaterra se manteve firme ao afirmar que o governo britânico não poderia interferir em propriedade de uma instituição particular e que elas deveriam ficar no Museu Britânico como

parte de um património mundial, seguindo o conceito de que Museus são instituições universais e defendiam que “todas as artes e ciências têm uma conexão entre si” (Lewis, 2004, p. 3)<sup>45</sup>. Em 2015, após o Reino Unido e o Museu Britânico recusarem as propostas da mediação feita pela Unesco para a restituição, o caso continua em andamento (The Case of the Return of the Parthenon Sculptures, documento do The Guardian) e sem uma solução.

### **6.2.2. Exemplos envolvendo a Convenção da Unesco de 1970: Relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais**

Os últimos oito exemplos apresentados no quadro foram selecionados com a intenção de mostrar a atuação da Unesco como mediadora e o suporte proporcionado pela Convenção da Unesco, de 1970, sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação e Exportação Ilícitas e Transferência de Propriedade de Bens Culturais como base para as ações de restituição. São os casos mostrados pela Unesco em sua página da internet (<http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illicit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/>), para explicitar a importância e o cumprimento de suas diretrizes. Dentre os exemplos citados, existem cinco que dizem respeito à intercetação de objetos roubados, como o caso envolvendo Alemanha e Egito, Alemanha e Turquia, em ambos foi decidido, por uma corte nacional, a devolução dos bens culturais. A corte nacional também foi usada quanto às descobertas dos bens patrimoniais do Chipre, e decidiu a favor da devolução.

O mercado ilegal de arte e de bens culturais tem sido um dos principais motivos para que bens patrimoniais se encontrem fora de seus locais de origem. A situação de guerra em países do Oriente Médio tem aumentado o risco de espólios com finalidade da venda dos objetos para colecionadores. Um dos exemplo que bem retrata essa questão é a restituição dos Estados Unidos ao Iraque, fruto de um roubo de peças, que foram encontradas e devolvidas.

### **6.2.3. Etiópia e Itália**

O pedido de repatriação entre Etiópia e Itália rendeu anos de acordos diplomáticos, entre os países, para que a situação do bem patrimonial fosse resolvida. O caso da repatriação do Obelisco de Axum da Itália para a Etiópia.

De 1935 a 1936, ocorreu a Guerra Ítalo-etíope, que culminou em um período de dominação italiana na região (1936-1941), durante a guerra, Benito Mussolini<sup>46</sup> ordenou o desmonte do Obelisco de Axum e o transportou para a Itália. Houve pedidos da Etiópia para a repatriação do Obelisco desde então, e apenas em 1947, quando a Itália assinou o Tratado de Paris (1947) se iniciou o processo

<sup>45</sup> Tradução da autora

<sup>46</sup> Político fascista italiano, entre os anos de 1922 e 1943

oficial da repatriação. No Artigo 37, do acordo de paz da Itália<sup>47</sup>, foi definido que "dentro de dezoito meses da assinatura do Acordo, a Itália deveria restituir todos os trabalhos de arte, objetos religiosos, arquivos e objetos de valor histórico pertencentes à Etiópia e removidos pela Itália a partir de Outubro de 1935" (Artigo 37, Acordo de paz da Itália, Tratado de Paris, 1947). Seguindo esses termos, o Obelisco, como património cultural, deveria ser devolvido. Mesmo com a assinatura, a Etiópia cobrou do outro país, pelos 18 meses, o cumprimento do acordo, sem resultados positivos. Em 1968, o

parlamento da Addis Ababa aprovou uma resolução que exigia a volta do Obelisco de Axum, novamente sem resultados por parte da Itália.

Em março de 1997, sob nova tentativa, os dois governos concordaram que a repatriação deveria ocorrer e, com base no tratado de 1947, concluiu-se o processo. Em outubro de 2005, o Obelisco foi devolvido ao seu lugar de origem na cidade etíope de Axum.

#### 6.2.4. Nova Zelândia

Nos anos de 1996 e 1997, aconteceram duas restituições patrimoniais na Nova Zelândia, um país marcado pela quantidade de grupos nativos que durante a colonização perderam muitos bens e, atualmente, estão envolvidos em processos de restituição e são um dos povos responsáveis pela Declaração de Mataatua.



Figura 7: Obelisco de Axum, em Axum na Etiópia. Imagem retirada de arquivo online em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Obelisco\\_de\\_Axum](https://pt.wikipedia.org/wiki/Obelisco_de_Axum).

<sup>47</sup> Capítulo do Acordo de Paris (1947) referente à Itália

#### 6.2.4.1. Inglaterra e Ngāti Awa

Em 1996, o povo *Ngāti Awa* recebeu de volta a *Wharenui Mataatua*, o afastamento de seu povo de origem foi longo e se iniciou com a viagem do artefacto por exposições internacionais e acabou sendo arquivada em um museu britânico, de onde foi retomada após negociações.

O ocorrido em 1996 foi relativo a *Wharenui Mataatua* (traduzindo o termo, seria como “Casa de Encontro”), uma casa do povo *Ngāti Awa*, simbólica por representar que ali os membros da comunidade estão “sentados no coração da cultura, vista como uma casa ancestral” (citação retirada de: <https://wanderlusters.com/mataatua-wharenui-the-house-that-came-home/>). Construída/esculpida por volta da década de 1870, *Mataatua Wharenui* é um marco da identidade e património do povo *Ngāti Awa*, durante o período de colonização britânica na região.

Por volta de 1879/1880, o governo neo-zelandês comprou *Wharenui Mataatua* para levá-la à Exposição Internacional em Sidney (Austrália), depois foi transferida para outra exposição, em Melbourne e terminou sendo apresentada em Londres em 1881, de onde foi levada para ser guardada no arquivo do Museu de Victoria & Albert. Em 1925, o governo da Nova Zelândia negociou a volta da *Wharenui Mataatua* para o país, e 70 anos depois da negociação, o objeto foi devolvido ao povo *Ngāti Awa* (McCarthy, 2014). A *Wharenui Mataatua* é hoje em dia um ponto turístico de quem visita a região, abaixo tem-se uma fotografia retirada de um sítio da internet, criado pela comunidade para a divulgação do monumento

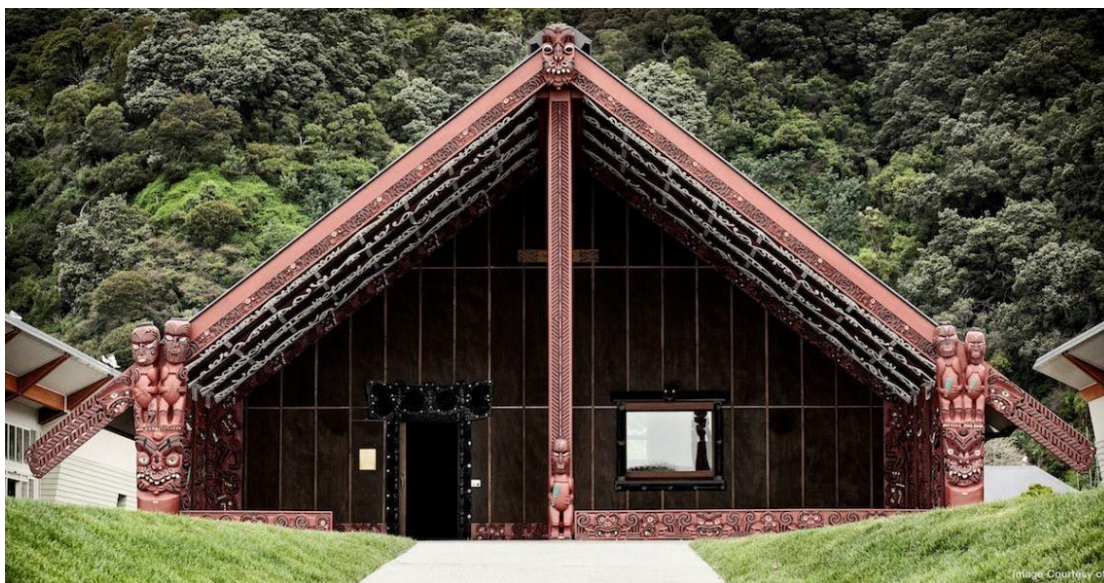


Figura 8: Fotografia de Wharenui Mataatua nos dias atuais. Retirada de <http://www.mataatua.com/home/mataatua-house-came-home>. Visita em: 01/11/2017.

#### 6.2.4.2. Povo Te Arawa e Museu de Auckland

O segundo exemplo, oriundo da Nova Zelândia, é o primeiro caso aqui apresentado em que após a restituição do bem patrimonial, um antigo Portal, *Pukaki de Ohinemutu*, em Rotorua (Nova

Zelândia), fora devolvido ao museu onde estava anteriormente. Em 1997, esse antigo portal foi restituído ao povo *Te Arawa* pelo Museu de Auckland, em meio a um grande festejo celebrando o ocorrido.

Nesse caso, a restituição colocou em risco o bem patrimonial, o portal foi instalado no Escritório do Concelho do Distrito como um marco de que aquele espaço era de autoridades nativas. Entretanto, mais tarde percebeu-se que uma das estacas de madeira que formavam o objeto estava se deteriorando. Com a exposição ao tempo e a falta de cuidados específicos, o Pukaki acabou sendo devolvido ao Museu Rotorua, onde as condições permitiam o cuidado com o artefacto.

O fato supracitado é um dos problemas apresentados por quem é contra a restituição, inclusive foi apresentado no caso do manto dos Tupinambá, entre Brasil e Dinamarca. A ausência de um local específico e de pessoas que possam cuidar de artefactos antigos e frágeis é um grande risco para o património. Mas mesmo com esse risco, segundo os diretores de museus entrevistados por Conal McCarthy (2014), é preferível que o património seja restituído às suas origens. O que pode ser decidido, a partir deste risco, é um convênio entre o pedinte da restituição e a instituição responsável pelo ato, disponibilizando pessoas para ajudar com os cuidados ou promovendo aproximação entre o povo e o bem patrimonial, sem retirá-lo do espaço que lhe promove segurança. Outra opção para que ocorra esse retorno é entregar o bem para museus que estejam mais próximos do povo que o produziu.

#### **6.2.5. Museu de Antropologia da University of British Columbia (Vancouver, Canadá) e os Musqueam**

O exemplo interno do Canadá é interessante por apresentar uma abordagem de restituição diferenciada e das demais apresentadas nos outros tópicos, neste caso, os Musqueam foram convidados pelo Museu de Antropologia da Universidade da Colúmbia Britânica para participar na montagem de exposições com os artefactos pertencentes àquele povo.

A abordagem dada à montagem da exposição coloca o indígena como o “Outro significativo (...) posição estrutural compartilhada por todos aqueles povos que contestam histórias nacionais e coloniais” (Roca, 2015, p. 22). Existe a preservação e fortalecimento da identidade do povo Musqueam, porém sem o “colonial como referência, questão colonial é parte do cenário, mas já não é o centro, agora ocupado pela afirmação da identidade” (Roca, 2015, p. 20).

O Museu se encontra em um território dos Musqueam e por possuir artefactos desse povo, nessa situação, houve acordos entre ambos os lados que firmaram a parceria e tornou-se parte da política do Museu permitir que os membros do grupo avaliassem as exposições que são montadas e dizem respeito ao seu povo. Infelizmente, essa relação só foi estabelecida com os Musqueam, outros indígenas continuam sendo representados de forma simplista pelo mesmo museu. Em seu *website*



está disponibilizado para o público um documento<sup>48</sup> em prol da “repatriação”<sup>49</sup> de objetos sagrados para as “*First Nations*”<sup>50</sup>, nele, o Museu se responsabiliza por agir no acto da devolução antes de ser feito o pedido. Além de disponibilizar ajuda no caso dos pedidos de restituição por parte dos indígenas, como parte de apoio ao programa de repatriação de bens, “*Indigenous Perspectives on Repatriation: Moving Forward Together*”, iniciado em março de 2017.

#### **6.2.6. Museu Nacional da Dinamarca e Museu Nunatta Katersugaasivia Allagaateqarfialu (Museu e arquivo nacional da Gronelândia)**

Este exemplo retrata como a repatriação ocorreu entre dois países que possuíam laço colonial e, através de acordo entre os envolvidos, conseguiu que houvesse a repatriação de grande parte dos bens culturais, e os que se mantiveram na Dinamarca foi sob conhecimento e aprovação da Gronelândia.

Entre os anos de 1982 e 2001, Dinamarca e Gronelândia desenvolveram um processo de cooperação entre museus que resultou no retorno de aproximadamente 35.000 artefactos etnográficos e arqueológicos do Museu Nacional da Dinamarca, para o Nunatta Katersugaasivia Allagaateqarfialu, o Museu e arquivo nacional da Gronelândia.

Durante o período de dominação dinamarquesa sobre a Gronelândia (1721-1953), era comum que “funcionários dinamarqueses, exploradores árticos e missionários realizaram atividades de coleta consideráveis e, conseqüentemente, grandes quantidades de artefactos etnográficos e arqueológicos, bem como restos humanos” (Gabriel, p. 31, 2009)<sup>51</sup>, tornaram-se parte do acervo de museus dinamarqueses.

Ao longo do processo de independência, que se inicia em 1908, a Gronelândia passa a pedir repatriação de seus bens culturais. Segundo Gabriel (2009, p. 31), as novas gerações gronelandesas só poderiam conhecer seu passado se visitassem a Dinamarca, onde se encontravam diversos objetos<sup>52</sup> de sua cultura. “Os gronelandeses não têm outra história do que a encontrada nos túmulos, e é de vital importância adquirir conhecimento sobre os hábitos dos antepassados; que a população pode ter a oportunidade de ver as armas e ferramentas que foram usadas” (Tradução Gabriel, 2009, p. 31), o processo de independência levou à formação de instituições museológicas e de uma consciência histórica, unindo os dois aspectos, vem o primeiro pedido de repatriação em 1913, negado pela Dinamarca.

<sup>48</sup> Documento disponível em: <https://www.royalbcmuseum.bc.ca/return-cultural-objects>.

<sup>49</sup> Ao longo do projeto aqui apresentado, foi escolhido utilizar o termo restituição no lugar de repatriação de acordo com os conceitos discutidos no Item 3 do capítulo 1. Porém, Repatriação (Repatriation) foi o termo utilizado pelo diretor do museu durante sua fala transcrita no documento e mantida no texto aqui apresentado.

<sup>50</sup> Termo utilizado no Canadá para se referir aos povos indígenas presentes na região.

<sup>51</sup> Tradução da autora.

<sup>52</sup> Segundo Gabriel (2009), a Dinamarca possuía uma das maiores coleções Árticas do mundo (p. 31)

Ainda na década de 1950, houve outra tentativa de repatriação que foi novamente negada, até que na "década de 1970, as demandas de autodeterminação e independência se intensificaram na Gronelândia" (Gabriel, 2009, p. 32), aumentando a demanda pela repatriação. Apenas em 1982, a Dinamarca aceitou o pedido e iniciaram o acordo de colaboração entre os dois países e seus museus nacionais, o processo de repatriação foi nomeado Utimut, que significa "retorno".

a cooperação do museu dinamarquês e groenlandês foi formalizada com a nomeação de um comitê para monitorar e liderar o processo de repatriamento. Este comitê consistiu em três membros designados pela regra da casa da Gronelândia e três pelo Ministério da Cultura dinamarquês, dos quais seis possuíam museu profissional em vez de contextos políticos. (Tradução Gabriel, 2009, p. 33).

A criação de um comitê com destaque cultural e não político, possibilitou que as coleções fossem divididas de forma equilibrada e de acordo com sua importância arqueológica e cultural. A questão do equilíbrio foi colocada por Gabriel (2009), autora do artigo que analisa o caso de forma completa, porém, sob visão dinamarquesa.

### **6.3. Conclusão**

Dentre os exemplos apresentados, existem casos que se enquadram como restituição e outros como repatriação. Embora a diferença na terminologia aponte para variações que os diferenciem na prática, o ponto em comum entre todos os casos é a importância que os atos de devolução, ou a tentativa, possuem para as comunidades que recebem ou pedem seus bens culturais de volta.

Nos exemplos vistos, a maioria procurava ter de volta seus bens patrimoniais como forma de fortalecer a identidade cultural da nação (como no caso de Angola, Gronelândia) ou de comunidades dentro de países (os casos referentes ao Brasil, à Nova Zelândia e ao Canadá). Para outros, como os exemplos do Obelisco de Axum, as esculturas do Pártenon e os casos citados pela Unesco (referentes à Alemanha, Canadá, Líbano, entre outros) é o retorno de um bem patrimonial com significado histórico e cultural para seu país de origem.

No quadro disponível no Apêndice D foram diferenciados os termos Retorno, Restituição e Repatriação, de acordo com os estudos realizados no capítulo anterior e, posteriormente, foram enquadrados os exemplos estudados ao longo dos últimos tópicos, nos termos que os representam, de acordo com suas características.



## **CAPÍTULO 4. APLICAÇÃO DA RESTITUIÇÃO DE BENS CULTURAIS EM PORTUGAL**

Após a análise de um amplo contexto da realidade da restituição de bens culturais, discutiu-se o momento em que se torna uma discussão presente no meio académico, as diversas formas de se utilizar seu conceito e termos próximos, também utilizados neste campo. Posteriormente a dissertação procurou apresentar os casos práticos que ocorreram em diferentes países, selecionou-se os casos que apresentassem características diferenciais e que tiveram destaque no momento em que foi realizado. Finalizou-se com a aplicação legal da restituição, foi dada ênfase à legislação internacional de carácter mundial e à legislação portuguesa, realizou-se um paralelo entre as duas realidades.

Já neste capítulo, com o conhecimento adquirido nos capítulos anteriores, aplicou-se o universo anteriormente discutido na realidade das instituições portuguesas. Através de entrevistas semiestruturadas com profissionais ligados ao património em Portugal colheu-se informações valiosas para a realidade da restituição de bens culturais.

As vertentes e discussões do conceito apresentam a primeira parte do capítulo, procurou-se aprofundar na maneira como cada entrevistado enxerga a restituição e suas características em suas funções. Na segunda parte apresentou-se a prática da relação com a restituição, a existência ou ausência de restituição e principais razões para essa realidade.

Para realizar a análise das entrevistas foi selecionado o método Análise de Conteúdo, como já apresentado na introdução. Esta metodologia se divide em cinco etapas, como propõe Moraes (1999, p. 4), que as apresenta como: “Preparação das informações; Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; Categorização ou classificação das unidades em categorias; Descrição e Interpretação”. A aplicação do método iniciou-se com a criação de uma matriz com as questões centrais do trabalho como categorias a serem abordadas nas entrevistas, tais questões foram retiradas da leitura do material sobre o tema. São as categorias “Conceito de Restituição” e “Realidade da restituição em Portugal”, na primeira categoria se enquadram as questões: O que é restituição patrimonial? Existem diferentes formas de restituição de bens patrimoniais? Quais as diferenças entre restituição e repatriamento? Na segunda categoria, enquadram-se questões de ordem prática, são elas: Existem casos de restituição patrimonial em Portugal? Como é compreendida a noção de restituição por instituições-chave responsáveis pela gestão do património, em Portugal? A partir destas perguntas como categorias foram realizadas as entrevistas.

Após as transcrições, o material foi lido e dentro de cada categoria buscou-se selecionar os assuntos recorrentes nas falas dos entrevistados para se tornarem as unidades de conteúdo do estudo. Feita esta seleção, como será visto a seguir, e iniciou-se a análise dessas unidades, que foram totalizadas como seis, são elas: A restituição e o museu: a restituição coloca em risco a existência dos museus? Diferentes termos, mesmo significado? A restituição virtual; Exemplos de restituição em Portugal; A ausência de coleções reclamadas e O estudo da restituição patrimonial. Dentro das

unidades selecionadas apresentou-se os trechos das entrevistas que as representavam, em seguida interpretou-se as falas escolhidas dentro do tema e do contexto estudados.

## 7. Conceito

### 7.1. A Restituição e o Museu: a restituição coloca em risco a existência dos museus?

Os entrevistados demonstraram ter preocupação com a situação dos museus, num contexto de aumento de restituições, pois o referido tema apresentou-se como um assunto recorrente em suas falas. A restituição é uma questão que apresenta dificuldades, pois se conecta a assuntos sensíveis como a posse de um artefacto, legalidade de sua recolha, legitimidade do detentor do objeto, entre outros assuntos que levantam discussões profundas. Como essas dificuldades ligadas ao tema se fazem presentes nos setores particular e público, é cobrado dos Estados soberanos uma posição e uma ação perante a restituição. Foram então desenvolvidas legislações no cenário internacional e também dentro de cada país, colocando a discussão sob embasamento legal e sob jurisdição de órgãos como Unesco e ICOM.

Mesmo com o aparato legal e teórico, que levam à uma discussão entre quem realiza o pedido e o detentor do artefacto, o medo de uma restituição sem cautelas é muito presente nos entrevistados. Segundo eles, tal circunstância pode colocar em causa a situação dos museus actuais, como é possível perceber nas falas abaixo citadas:

(...) o que que vai acontecer ao British Museum? O que vai acontecer ao Metropolitan? O que que vai acontecer ao Louvre se nós entrarmos em uma política de restituição absoluta? Quer dizer, se restitui, o museu desaparece, será que há condições para... colocar as peças nos pontos de origem? Não sei, portanto, acho que são questões muito sensíveis, tem sempre que ser analisadas. Claro que à luz do direito internacional, à luz do direito das pessoas terem acesso ao seu património, mas tendo muito em consideração as questões de segurança de capacidades de segurança, técnicas absolutas. (A. Ponte, comunicação pessoal. Fevereiro, 2018).

Na fala de António Ponte, percebe-se a preocupação com o que pode acontecer aos museus denominados “universais”<sup>53</sup>, no caso da restituição intensa, o entrevistado também se mostra

---

<sup>53</sup> <sup>54</sup> O conceito de Museu Universal é amplo e objeto de discussão pelos estudiosos da museologia, de maneira concisa, busca-se mostrar a maneira como esse conceito é tratado pelo ICOM e aproximá-lo de como os entrevistados enxergam essa categoria de museu. Segundo a Declaração da Importância e Valor dos Museus Universais (2002), o museu universal é um espaço de admiração universal por civilizações antigas e embora nos dias atuais exista grande importância em analisar o contexto dos objetos, no momento de suas recolhas no passado a percepção era diferente, como podemos ver no trecho a seguir, traduzido da Declaração (2002):

Ao longo do tempo, os objetos adquiridos - seja por compra, presente ou partage - tornaram-se parte dos museus que cuidaram eles, e por extensão parte da herança das nações que abrigá-los. Hoje somos especialmente sensíveis ao assunto de contexto original da obra, mas não devemos perder de vista o fato que os museus também fornecem um contexto válido e valioso para objetos que há muito foram deslocados de sua fonte original. A admiração universal por civilizações antigas não seria tão profundamente estabelecida hoje não fosse pela influência exercida pelos artefactos dessas culturas, amplamente disponíveis para um público nos principais museus.

Em nenhum momento o texto se posiciona perante a visão das comunidades sobre esses contextos em que tiveram seus bens retirados. Quando cita a repatriação diz que tal ato seria um desfavor às comunidades do mundo, pois estaria servindo a apenas um povo e tirando a possibilidade de outros conhecerem artefactos antigos (trecho presente no último parágrafo

preocupado com a capacidade técnica dos museus que pedem a restituição para manterem os artefactos conservados. A manutenção e preservação do artefacto faz parte dos argumentos utilizados pelos museus quando deles são pedidos retorno de objetos, como colocado por Anastassopoulos (2009). Porém, como apresentado pelo mesmo autor no documento da Unesco da Conferência de Atenas (2009, p. 6), essa argumentação passou a ser menos utilizado depois da Convenção da Unesco de 1970, tal questão será discutida ainda neste tópico.

George Abungu (2004) escreveu um artigo em que critica a Declaração da Importância e Valor dos Museus Universais e, nesse texto, apresentou o medo dos diretores de museus de perderem todas suas coleções e como “(...) a Declaração responde ao medo de muitos diretores de museus de que ficariam com museus vazios ou com quase nenhuma coleção que valha a pena comentar. Isto parece-me ser um medo desnecessário.” (Abungu, 2004, p. 5). Assim como os entrevistados, os diretores de grandes museus possuem o mesmo receio em relação à restituição, a proposta apresentada por Abungu (2014, p. 5) procura o diálogo entre museus e comunidades afetadas com o intuito de estabelecer soluções amigáveis, podendo a comunidade aceitar a propriedade atual do bem, e o museu pode ser provido com um empréstimo permanente. No entanto, os museus não devem fugir dessa discussão, como possibilita a Declaração dos Museus Universais.

Seguindo a preocupação com o conceito dos museus nacionais e universais, o entrevistado Luís Raposo chama a atenção para a restituição realizada sem o embasamento correto:

Se os museus fossem optar de forma cega e automática por restituir tudo aquilo que não foi encontrado nos respetivos territórios, era o próprio conceito de museu que acabava. Por definição, museu é um lugar de descontextualização das coleções (...) É uma matéria em que devemos, na minha opinião, ser muito, muito cautelosos, por razões de natureza prática, outras de natureza conceptuais ou teórica. Termos práticos, porque muitos dos museus do mundo são constituídos, por vezes em grande maioria, (...) por coleções que vêm de antigos impérios coloniais, de antigas circunstâncias, portanto, de recolha legal ou ilegal. Em circunstâncias que a história foi registrando ao longo dos séculos e que deram origem aos museus actuais. (L. Raposo, comunicação pessoal, 7 de fevereiro, 2018).

Nesse trecho da entrevista, é apresentada a questão da descontextualização da coleção como algo comum do museu, mas que vai ao encontro dos estudos realizados sobre património, como apresentado por Thompson (2013, p. 3), a visão do museu como um “repositório de objetos

---

da Declaração da Importância e Valor dos Museus Universais). Kaplan (2016), em seu artigo *The Case against the Universal Museum*, defende que os museus enxergam esses objetos como obras de arte estáticas e desconsideram que para outros povos, eles têm importância cultural, superior à importância puramente artística atribuída. Kaplan (2016) concorda com Abungu (2004) que os museus universais possuem uma ideologia própria e forte dentro de seu contexto, e que não há benefícios às comunidades periféricas, como observado pelos autores. Abungu (2004, p.5) faz uma reflexão sobre a forma como os museus universais se colocam como portadores da história universal: “Declaração está tentando criar a ideia de que suas coleções são mantidas em confiança para toda a humanidade, então por que eles ainda se chamam por seus nomes originais? Por que não ‘Museu Universal na Grã-Bretanha’ em vez de ‘Museu Britânico’?” (Tradução). A posição dos entrevistados se aproximou da presente na Declaração dos Museus Universais, de que o espaço do museu é para o conhecimento de todos e que qualquer pessoa de diferentes locais pode ir conhecer artefactos e coleções. Porém, percebe-se a mesma pouca preocupação com as comunidades que foram afectadas pela recolha dos objetos

descontextualizados e fossilizados” surgiu no contexto pós-colonial e levou os museus a se enxergarem de nova forma. Besterman (2014, p.26) coloca que os museus se tornaram espaço de compreensão de diversas culturas e contextos. Logo, tratar os museus contemporâneos como espaço de descontextualização de coleções vai ao encontro das novas propostas do conceito de museu. Ainda na fala de Raposo é apresentada a questão do olhar curioso do outro sobre o passado de uma determinada comunidade:

Não temos nós o direito, contemporâneos e quer ao nível da relação entre antigas colónias e metrópoles coloniais, quer na relação interna dos países, não temos nós o direito de como contemporâneos, reapropriarmos das coleções do passado e dar sobre elas, reinventá-las de algum modo? E, portanto, do ponto de vista ético, ontológico, filosófico, nós podemos ter o direito de como pessoas do presente dizer que essas coisas do passado que estamos a guardar por muito que nós digamos e dizemos sempre, que é por respeito, que é por amor pelos antepassados é, sobretudo, para conforto nosso, do presente. E, portanto, pode nos ser lícito reinventar a peça, e uma peça de museu é sempre reinventada. É uma ingenuidade muito grande, uma infantilidade pensar que as peças são tal e qual aquilo que eram no passado, por exemplo na arqueologia. (L. Raposo, comunicação pessoal, 7 de fevereiro, 2018).

A curiosidade e a procura por conhecer a cultura e o passado de outro povo é algo comum e, pode ser demarcado na história desde o momento de criação dos Gabinetes de Curiosidades, mas dentro dos novos paradigmas da sociedade, a autoafirmação dos povos em conjunto com a procura por artefactos de sua cultura, é necessário que os museus enxerguem a situação de uma nova maneira. Por exemplo, realizando acordos que possam aproximar as comunidades desses bens, em vez de colocar a vontade de apenas um dos lados a frente dos demais, “trata-se de entender essas peças não como obras de arte estáticas para estudo, mas como peças vivas de importância para grupos indígenas que têm direito a elas”. (Kaplan, 2016, 6 parágrafo)<sup>56</sup>.

Assim, como Luís Raposo e António Ponte, o entrevistado Sérgio Lira também se mostrou preocupado com a questão da efetuação de uma restituição sem a real discussão necessária em volta do tema:

Agora repare, se nós de repente pensarmos em devolver aos territórios de origem todas as peças arqueológicas, todas as peças artísticas, todas as peças genericamente do museu, todas as peças ou todos os fundos arquivísticos, que foram transferidos de um sítio para outro em função das reorganizações culturais dentro do mesmo país e aplicarmos cegamente os critérios de restituição de bem cultural em função da territorialidade do bem, era o fim do mundo, era completamente o fim do mundo, não havia coleção que se mantivesse, não havia arquivo que se estabilizasse, não haveria nenhuma possibilidade de fazer isso sem uma convulsão brutal dentro da Institucionalização dos bens culturais. E, portanto, é preciso, julgo eu, se me permite a opinião, é só uma opinião, é preciso ter muita prudência com a aplicação desses critérios, entre fronteiras, entre países, Estados diferentes, assim como é preciso ter muita prudência na aplicação desses critérios, esquecendo a questão das fronteiras e pensando apenas a questão dos territórios ou dos povos ou das identidades culturais. (S. Lira, comunicação pessoal, 29 de março, 2018).

As posições apresentadas mostram uma preocupação plausível, porém, se a restituição ou a

repatriação forem discutidas dentro de seus aparatos teóricos diminui e, praticamente, anula a possibilidade de ocorrer uma situação de colocar em causa a existência dos museus. Como já visto ao longo do estudo apresentado, a restituição ocorre dentro de parâmetros legais e é sempre acompanhada de uma profunda discussão. A diferença mais perceptível aos museus é o fortalecimento dos museus comunitários e a necessidade de adequação dos museus nacionais para dialogar com essa nova realidade, como foi estudado no exemplo do Museu Nacional da Dinamarca. Em diálogo com o Museu e Arquivo Nacional da Gronelândia, realizou-se a restituição de parte da coleção que possuía de artefactos de povos da Gronelândia, mas manteve em seu acervo uma certa quantidade de objetos, para que mantivesse coleções sobre a nação vizinha e um registro do período colonial. Com esse exemplo, percebe-se que não é necessário que a restituição ocorra de forma a deixar o museu vazio de artefactos etnológicos, mas divide-se com a comunidade fonte a posse de seus artefactos.

Porém, existe a possibilidade de um museu regional se abrir em diversas outras unidades para que as coleções que possui tenham uma contextualização, a qual seja de acordo com sua realidade. No tópico 4.1.4, do segundo capítulo, foi apresentado o exemplo de um artefacto indígena brasileiro, uma machadinha em formato de meia lua, que se encontrava no Museu da Universidade de São Paulo e levantou uma longa discussão a respeito de artefactos indígenas em museus nacionais, no mesmo ano, o Museu Paulista optou por desmembrar suas coleções e abrir novos núcleos com temas específicos, o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e o Museu de Zoologia (MZ).

Essa discussão leva à reflexão sobre a definição de museu, segundo o ICOM, “museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite” (Definição: museu, ICOM Portugal, 2015). A partir dessa definição proposta pelo ICOM, o conceito de museu não seria colocado em causa por restituições, pelo contrário, fortaleceria a questão de ser uma instituição ao serviço da comunidade, uma vez que fortaleceria os museus comunitários e locais. Porém, levanta novo ponto de análise sobre os museus nacionais, abrindo a necessidade de diálogo entre as instituições, para que ambos se mantivessem no novo cenário e na nova relação entre local e nacional. Sobre o ponto do Museu Nacional, o entrevistado António Ponte coloca que:

Esta questão da restituição levanta-nos uma outra questão também muito relevante, é...o que acontece então, aos museus nacionais? O que vai acontecer aos museus nacionais, aos museus regionais se esta política de restituição fossem uma realidade inquestionável, provavelmente, o Museu Nacional de Arqueologia, provavelmente, o Museu Nacional da...Arte Antiga, o Museu Dom Diogo de Sousa, o Museu Abade de Baçal, o Museu do Traje, o Museu do Azulejo...ficavam desprovidos de coleções, são museus símbolos, de alguma forma museus símbolo que deixavam de ter coleções, porque entrávamos numa onda de restituição absoluta das coleções. Por isso, eu acho que esta questão tem que ser sempre muito equacionada caso a caso, portanto, como eu lhe disse, através de uma análise rigorosa das condições técnicas, logísticas e de recursos humanos das entidades que se propõem a receber, dos sítios e depois também do alcance do valor simbólico que essas peças têm para a própria história da nação. (...) como essas peças saíram dos locais, em que contexto saíram e se...e de que forma nós poderemos propiciar às pessoas um contacto com elas, mas sem que isso destrua

uma unidade que, entretanto, foi criada, tendo em conta uma história com o país, ou a história de uma civilização, não é? E que pressupôs a determinada altura a deslocação de peças de um sítio para outro. (A. Ponte. comunicação pessoal, 12 de fevereiro, 2018).

Novamente, é perceptível a preocupação com a manutenção dos museus nacionais, e a necessidade de ter cautela ao realizar casos de restituição. Quando se fala em museu nacional existem duas principais abordagens para esse conceito, segundo definição apresentada pela Eunamus é considerado um Museu Nacional, um museu que “conforme definido pelo acordo de financiamento, ato do parlamento ou decreto governamental” (Eunamus. What is a National Museum. 2012, pag. 7). Porém, percebendo a restrição levantada por essa definição, a Eunamus adotou uma visão mais liberal, e passou-se a entender “museu nacional” como “instituições, coleções e representações que reivindicam, articulam e representam valores nacionais, mitos e realidades dominantes. Os museus nacionais são negociações institucionalizadas de valores nacionais que formam uma base para a identidade nacional e os alicerces culturais para a operação do estado.” (Eunamus. What is a National Museum. 2012, p. 7). Embora não tenha sido discutido com os entrevistados qual o conceito por eles abordado, é possível inferir que em suas falas, o “museu nacional” se aproxima da segunda visão da Eunamus, ou seja, uma instituição que, através de suas peças, traça a identidade nacional de um determinado país.

Para além dessa preocupação, António Ponte levanta a questão da historicidade das peças e dos contextos em que foram retiradas, trazendo mais um aspeto interessante a ser discutido. O contexto histórico da retirada das peças não é um fator presente na legislação portuguesa ou internacional, apenas é considerada a proteção de bens culturais retirados anteriormente à assinatura da Convenção do Unidroit, de 1995, em seu preâmbulo. Apenas na Declaração de Mataatua, é feita referência aos materiais retirados de territórios indígenas em períodos de colonização. De maneira ampla, é definido como bem retirado ilicitamente nas Convenções e Cartas internacionais, artefactos traficados ou espoliados.

Quando se trata de artefactos retirados em períodos de legalidade dúbia, não há discussão por parte das legislações, mas para a discussão do conceito é um aspeto levado em consideração, como pode-se perceber nos textos de Robert Peters (2011) e Luiz Carlos Borges e Marília Braz Botelho (2010). Peters (2011) trata diretamente da abordagem legal do tema e, ao diferenciar conceitos como “retorno” e “restituição”, coloca a questão da legalidade da recolha como necessária para compreender a diferença dos termos. Borges e Botelho (2010) discutem a legitimidade de um pedido de restituição se baseando no período histórico em que um objeto foi recolhido. Os autores apresentam o caso de uma machadinha indígena que se encontrava no Museu de São Paulo<sup>54</sup>, nele observam que o artefacto foi retirado em um momento de submissão a outro povo e, por isso, a legalidade é dúbia e deve ser discutida, embora, para a época em que ocorreu, fosse uma ação dentro da lei.

<sup>54</sup> Caso apresentado no segundo capítulo, tópico 4.1.4

No cenário dos gestores entrevistados, não houve dúvida em afirmar que se a retirada ocorreu de forma ilícita à luz do direito de sua época, deve ocorrer a restituição certamente, e quando é apresentada a legalidade dúbia do contexto, a discussão se torna mais complexa. No trecho abaixo, é possível inferir que preservação do património cultural é de maior relevância do que o contexto de recolha do artefacto em meio a uma discussão de restituição:

Mas acho que temos que equacionar sempre...com muito cuidado a capacidade das entidades que se propõem a receber conjuntos patrimoniais, que estão de alguma forma salvaguardados, que estão conservados, que estão estudados, cuja salvaguarda, e cujo a conservação e cujo estudo se deveu também e os processos de recolha. Em muitos casos, foi graças a essa...a essas campanhas que ainda hoje nós conseguimos ter salvaguardado grandes conjuntos patrimoniais de valor universal, de valor...que são essenciais para a história da humanidade, não é? Ou mesmo se coloca a nível nacional, com um conjunto de peças que estão hoje a guarda dos museus nacionais, dos museus regionais e cuja salvaguarda, cujo estudo, cuja valorização, se prende muito com a capacidade técnica que esses museus têm ou tiveram àquela altura de promover a sua salvaguarda de escolherem, de analisarem, tratarem e estudarem, não é? Porque importa analisar muito, com muita precisão qual é a capacidade técnica, qual é a capacidade logística das instituições que hoje começam a reclamar a restituição de bens, será que nós podemos indiscriminadamente começar a restituir bens? Do ponto de vista internacional ou do ponto de vista nacional, eu tenho dúvidas, tenho dúvidas não quer dizer que o enquadramento local, muitas vezes, não seja importante, mas também temos que perceber qual é a capacidade que essas...que essas...que esses locais, esses museus, que essas instituições têm? Se têm as condições técnicas, se têm as condições humanas, se tem equipas que consigam salvaguardar, investigar ao nível dos locais onde essas coleções estão neste momento. (A. Ponte. comunicação pessoal, 12 de fevereiro, 2018).

A preocupação técnica mostrou um dos pontos determinantes para garantir uma restituição na visão de quem trabalha no sector da gestão do património. George Anastassopoulos (2009, p. 6) apresenta no documento da Unesco que a técnica e os cuidados com artefactos numa restituição era uma preocupação dos grandes museus. Entretanto, em 2015, com a Recomendação relativa à Proteção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu papel na Sociedade o ICOM e a Unesco passaram a desenvolver projetos de capacitação profissional para lidar com a conservação do património e apoiar a proteção e manutenção de museus para conservar o património local. Houve um importante passo para os países procurarem formas de proteger seu património e, dentro de Portugal, mais precisamente na região norte, “as equipas dos museus da Direção Regional da Cultura visitam os espaços e tentam perceber qual é a dimensão do espaço, portanto, do ponto de vista técnico como capacidade logística e tentam aferir, também, qual é a equipa que cada local tem para aferida da capacidade e da possibilidade desta restituição” (A. Ponte, comunicação pessoal, 12 de fevereiro de 2018). A procura das instituições ou organizações pelo desenvolvimento de equipas, que colaborem com a capacidade técnica de um local específico, mostra a procura dos detentores dos artefactos para possibilitar que as comunidades fonte se aproximem dos objetos, sem que estes estejam em risco. Essas equipas possibilitam exposições temporárias e também restituições.

Além do aspeto técnico, anteriormente tratado, existem outros questionamentos levantados

por Paulo Costa sobre a restituição:

Acho que tem que se ter muito cuidado e não cair, não se pode cair nesses facilitismos, quer dizer ‘o que se faz com as peças do século XIX?’ Mas a minha pergunta é: ‘mas tem que se fazer alguma coisa?’, aliás acho que isso tem que ser perguntas...eu aqui vou lhe dizer, agora não estou a falar nem como antropólogo, nem como diretor do museu, nem como alguém que teve as responsabilidades que eu tive nessa área, estou a falar a título de cidadão. Acho que quando se fala, quando alguém tem essa conceção de restituição, de que por princípio o que está num país deve permanecer nesse país, tem que se fazer perguntas, ‘por que?’, ‘Em que casos isso se aplica ou se aplica a todos os casos?’ ‘e até quando...qual é o ponto no passado que se pode regressar’. Vou explicar, por exemplo, no início do século XIX, é de conhecimento público e de todos os livros de história, Portugal foi ocupado pelas tropas de Napoleão, o exército de Napoleão, não é? As Guerras Napoleônicas. E houve pilhagens e houve coleções inteiras, inclusivamente coleções reais, houve palácios, igrejas, casas particulares que foram despojadas e esses bens estão todos em França. Por essa posição nós deveríamos, talvez, acionar um pedido de restituição de todos esses bens provenientes de Portugal, que estão em França. Portanto, temos que pensar nas implicações disso, pra já, pensar se isso é possível e se é legítimo, porque a certa altura isso pode dar origem a uma cascada de pedidos de restituição, que põe-se em causa tudo. Claramente, o que está em causa, que se deveria, que podemos circunscrever, não podemos acionar as coisas tão remotamente, parece-me, é a...quando está em causa o tráfico ilícito e nas balizas que a legislação nos permite pensar.(P. Costa. comunicação pessoal, 7 de março, 2018).

Na visão do entrevistado, a restituição se torna plausível de acontecer uma vez que o espólio ou retirada ilegal ocorreu após a criação da lei. Mantém-se a discussão dentro de um limite do século XX e XXI, sendo assim, não são abrangidos espólios de guerra ou situações durante períodos coloniais. Porém, como apresentado por Sérgio Lira, a maior parte dos processos restitutivos se dão em relação a esses períodos históricos<sup>55</sup>:

(...) as ideias que presidem a restituição de bens culturais conforme se é entendido neste momento, para além de casos extraordinários ou casos excepcionais, a questão vai cair, muitas vezes, ou com uma grande intensidade, vai cair...no resultado dos processos coloniais, dito de outra forma, não é muito comum ter uma disputa entre Luxemburgo e a França para a devolução de bens culturais, mas é relativamente fácil compreender que um país africano, que se formou no grande movimento de independências do século XX venha reclamar propriedades de bens culturais que, entretanto, foram transportados pelo antigo colonizador. (S. Lira. comunicação pessoal, 29 de março, 2018).

A partir das entrevistas, foi possível perceber que, para esses gestores e profissionais selecionados, existe considerável preocupação que a restituição ocorra sem a cautela necessária prevista pela lei e discutidas nas teorias estudadas e, ao ocorrer essa situação, colocar em causa a existência dos museus universais e nacionais, detentores de artefactos de diversos locais do mundo e mesmo de dentro do próprio país que podem ser passíveis de restituição.

De acordo com os estudos já realizados ao longo deste trabalho, foram conhecidos casos de

<sup>55</sup> Tais afirmações se dão em relação aos bens que tenham carácter arqueológico ou etnológico, bens definidos como obras de arte não serão abordados nesta pesquisa, como explicado na introdução e primeiro capítulo.



restituição em diferentes circunstâncias e locais do mundo, que ocorreram sem afetar profundamente o detentor, uma vez que os museus continuaram com artefactos e coleções significativas em seus acervos, renunciando apenas os objetos que foram pedidos por possuírem significados simbólicos para quem realizou o pedido de restituição. Exemplos dessa realidade são os casos já citados no segundo capítulo relativos ao Museu Nacional da Dinamarca com a coleção da Gronelândia ou do Museu Britânico com o povo Ngāti Awa. Em ambos, os artefactos retornaram ao local de origem, mas no primeiro exemplo foi mantida uma parte da coleção e no segundo, o artefacto se encontrava guardado e sem utilização no museu, dessa maneira, foi de grande enriquecimento para o povo que o recebeu de volta, sem grandes conflitos. Outra forma de pensar a restituição, sem o risco de afetar de forma tão complexa os grandes museus, é a restituição não física, que será estudada ainda neste capítulo. Nessa solução, a comunidade fonte se aproxima do material, sem a perda física do artefacto para os museus detentores.

## **7.2. Diferentes termos, o mesmo significado?**

As diferentes terminologias utilizadas quando se trata da devolução de bens patrimoniais é um dos objetos centrais no desenvolvimento da pesquisa. Na bibliografia referente ao assunto, essa questão mostrou-se abrangente, com variações pautadas por validade legal do termo (Peters, 2011; Stamatoudi, 2011), utilização na lei ou em acordos internacionais (Peters, 2011), nas partes envolvidas na realização da ação de devolução (Stamatoudi, 2011; Thompson, 2013), ser uma ação física ou de aproximação da comunidade sem que o artefacto seja deslocado (Carlton, 2010; Mariana França, 2010), dentre outros pontos apresentados detalhadamente no primeiro capítulo.

A análise da diferenciação dos termos engloba diferentes campos de estudo, por exemplo museologia, foram recolhidas informações dos estudos de Marília Xavier Cury (entrevista. Março, 2018) e Irini Stamatoudi (2011), entre outros autores, estudo do património, representado por Analucia Thompson (2013), Luiz Carlos Borges e Marília Braz Botelho (2010) e direito, com o pesquisador Roberts Peters. Nos dois primeiros campos, são enfatizadas as características da restituição que tenham relação com a face humanizada do ato, é levado em consideração a importância cultural dada ao objeto na devolução, os valores sociais atribuídos a ele, o destaque que terá no fortalecimento da identidade local. No campo das leis, é considerada foco a utilização das expressões em documentos legais e sua validade jurídica.

Após o estudo das diferentes terminologias no campo teórico, procurou-se compreender a utilização desse aspeto na realidade das instituições portuguesas selecionadas, objetivando saber se, nas ações práticas de restituição, há alguma diferenciação na forma de utilizar cada expressão.

Para o entrevistado, António Ponte, a questão dos diferentes termos se direciona para a utilização dentro das questões legais e no trecho abaixo, afirma que:

Esse tema é recorrentemente colocado à discussão de quem é responsável pela gestão de bens culturais. Porque de facto, hoje ou nos dias que correm, a questão da restituição dos bens culturais coloca-se tanto a nível nacional, como se coloca a nível

internacional.(A. Ponte, comunicação pessoal, 12 de fevereiro, 2018).

Porém, mesmo tendo o tema da restituição como discussão recorrente, apresentou a análise das terminologias de forma separada do fenómeno de retorno das peças ao seu destino,

Eu nunca me debrucei, absolutamente sobre a terminologia porque provavelmente retorno, restituição ou repatriamento tem muito a ver com conceitos legais, com conceitos dos direitos do homem, muito mais complexos, nós estamos aqui com um fenómeno que é restituir ou fazer as peças voltarem ao seu local de origem. Usando cada um desses termos, nós estamos, certamente, a pressupor um modelo diferente da retirada das peças desses sítios. (A. Ponte, comunicação pessoal. 12 de fevereiro, 2018).

A posição de António Ponte mostrou que as diferenças terminológicas são mais percebidas em questões legais do que na prática. Foi possível perceber posição parecida com Pedro Casaleiro, que embora deixe claro, em sua fala, a existência da diferença entre os termos e, numa visão generalizada do assunto, está de acordo com a realidade presente em discussões não aprofundadas sobre as expressões relativas à devolução dos bens patrimoniais,

Eu vejo, de uma forma muito direta, restituição, acho que é um termo mais genérico, quando falamos de repatriação, estamos a pensar numa pátria, pátria é um país, não é? Portanto, eu diria repatriação quando estamos a pensar em nações, agora isso torna-se complexo num sítio onde há colonização e onde há as *first nations*. É muito complicado, eu diria que repatriação à partida, tinha essa conotação com a pátria, com o país, restituição seria uma designação completamente transversal a tudo. Mas é melhor aprofundar mais isto porque não é muito simples, não é muito directo. (P. Casaleiro, comunicação pessoal, 8 de fevereiro, 2018).

Paulo Costa foi o último entrevistado a abordar o assunto da diferenciação dos termos, cuja visão se baseou pela vertente legal e conceitual, sendo a única conceção que procurou enxergar o termo “restituição” em outros contextos,

O conceito de restituição é uma palavra polissémica. Com a palavra restituição pode se querer dizer muitas coisas e muitas coisas diferentes, em muitas disciplinas diferentes, em muitas áreas do património diferentes, algumas das quais apontam aqui, não é? E portanto, sobretudo eu julgo que não faz sentido estar a dizer-lhe aqui qual a definição de restituição ou de repatriamento, por exemplo, porque no caso português, a legislação se fala apenas da restituição. A repatriação tem a ver com restos humanos, mas isso não faz parte da legislação do património cultural, tem a ver com a questão de... pessoas que morrem no estrangeiro e tem que ser repatriadas para Portugal. Nem é uma questão que entra o conceito de repatriação na legislação nacional, se utiliza...só se utiliza o conceito de restituição. Os conceitos variam muito consoante ao contexto cultural específico que estamos a falar, por exemplo, no contexto francófono, França, Suíça, restituição é utilizada para os bens, artefactos produzidos pelo homem e o repatriamento de facto mais para restos humanos. Em Inglaterra, por aquilo que eu tenho lido de alguma bibliografia sobre restituição, produzida no contexto inglês, utiliza-se restituição e repatriamento, mas não com o sentido que utilizam os franceses, por exemplo. E no caso da América do Norte, utiliza-se mais *repatriation* como “bolo comum” para tudo restituição de restos humanos, restituição de bens culturais, de (índole) religiosa, sagrada ou não. O conceito tem que ser

muito definido, tem que ser fundamental para entender o que a palavra quer dizer em cada contexto e não vale a pena estar-lhe aqui a fazer uma definição de cada termo, porque ela está definida já ... nas últimas duas décadas basicamente, está estabilizada, portanto, não vejo que possa dar contributo (P. Costa, comunicação pessoal, 7 de março, 2018).

Paulo Costa manteve suas reflexões dentro do conceito da restituição na realidade da lei portuguesa, a qual se limita a tratar da restituição como o conceito a ser explorado nas situações de retorno de bens culturais. A repatriação e o retorno não são utilizados, sendo presente apenas na questão humana, como a situação de morte no exterior e a repatriação do falecido. Nesse contexto, pode ser aplicado quando são tratados casos de restos humanos que foram levados do país como parte de espólio. Por não estarem presentes na legislação, não são expressões a serem discutidas neste contexto. Nota-se que existem termos diferentes, com significados distintos, entretanto a aplicação é inexistente.

A respeito do conceito de restituição, Paulo Costa tratou as diversas facetas do conceito em diferentes contextos. O entrevistado Sérgio Lira, em sua fala apresentou o termo como um conceito restrito, com significado pontual, porém, complexo, que abrange questões legais e o trânsito de bens culturais entre países:

Quando falamos de restituição, estamos nos referimos a um conceito muito restrito, muito específico nós temos que pensar, julgo eu que será uma boa abordagem pensar na questão da restituição de bens culturais como um caso de um universo mais largo, que são as limitações que um país coloca ao trânsito de bens culturais de dentro das suas fronteiras para o exterior. Sejam bens culturais que tiveram origem locais, sejam bens culturais que tiveram origem no seu próprio território. Porque, muitas vezes, quando um legislador limita a liberdade de exportar bens culturais, limita de tal forma que mesmo a restituição fica inibida ou em alguns casos a restituição fica inibida por essa legislação. (...) Portanto, critérios para a restituição, identidade nacional, identidade cultural, fronteiras políticas contemporâneas e desejos do legítimo proprietário (S. Lira, comunicação pessoal, 29 de março, 2018).

Como visto acima, Sérgio Lira enxerga a restituição como um ato sem apoio real da legislação, já que o transporte dos bens é limitado por ela e trava o ato repositivo. Luís Raposo, António Ponte e Pedro Casaleiro consideram o tema e sua aplicação, uma questão recorrente para os gestores de museus e instituições culturais, sendo parte de discussões correntes, mas, como visto no estudo, os casos práticos não se mostraram uma realidade em Portugal. A necessidade de a restituição ser discutida, mesmo quando raramente é acionada, demarca uma preocupação desses gestores, em lidar com a questão.

Acho que é um conceito que nós temos que considerar e incluir no conjunto das ferramentas da gestão das coleções dos museus (...) embora a questão seja mais vasta porque inclusivamente há transposição de um local para outro, de um país para outro de móveis, monumentos, de templos, etc. não é só de coleções de museus, mas é principalmente de coleções de museus, o tema da restituição deve estar, deve ser uma das ferramentas, uma das dimensões a terem consideração na gestão das coleções dos museus (...) E claro que todos sabemos que (está) cada vez mais na ordem do dia. (L. Raposo,

comunicação pessoal, 7 de fevereiro, 2018).

Considerando a restituição uma questão a ser tratada, principalmente, pelos gestores de museus, Raposo considera o tema recente, e de grande importância para os museus. Atualmente a discussão sobre o tema restituição tem se tornado presente dentre museus comunitários, municipais, dentro de Portugal e no cenário internacional. Ao enfatizar o tema como necessário para os museus, são contempladas duas questões, a primeira é o facto de que museus são os maiores alvos de pedidos de restituição e a segunda é nova interpretação do que é o museu, já discutida anteriormente, que não se adequa mais em ser um espaço para expor quaisquer artefactos, sem consideração com sua fonte. Pedro Casaleiro também demonstrou, em sua fala, que considera o tema importante para ser discutido:

Repatriação, claro, quando é entre povos distantes tem uma perspectiva, mas isso passa-se a todos os níveis. O que é repatriação em si, não é? É um conceito que pode ser muito largo (...). Acho que é um tema sempre importante, acho que é um tema muito importante de abordar, porque tem a ver com propriedade, com cultura, com passado, eu acho que são questões essenciais, porque nós temos isso num nível muito diário. (P. Casaleiro, comunicação pessoal, 8 de fevereiro, 2018).

A discussão sobre as diferentes terminologias utilizadas numa ação de devolução do artefacto ao seu local se mostrou um assunto que os entrevistados conheciam, mas não aplicavam em suas ações, o que não demonstra falta de interesse, mas pode-se inferir que a superficialidade se dá pela falta de aplicabilidade e pelo aparato da lei que contempla apenas a restituição como possível ação. Ao seleccionar os comentários dos entrevistados em relação ao conceito da restituição em si, percebe-se a importância que o assunto possui para os gestores e profissionais do campo patrimonial de forma ampla, ao mesmo tempo que não se mostra uma realidade em Portugal, marcada pelos poucos casos práticos ocorridos.

### 7.3. A Restituição Virtual

Ao longo do estudo, focando no primeiro capítulo, sob a visão de Katherine Carlton (2010) e nos exemplos paradigmáticos relacionados ao Brasil, foi possível enxergar a restituição virtual como uma maneira de possibilitar o contacto da comunidade fonte com o artefacto, sem que este fosse fisicamente transportado. A restituição ou repatriação virtual foi estudada por Carlton (2010) , a autora considera o termo problemático, uma vez que restituição deveria “por definição, sugerir que algo está sendo retornado” (Carlton, p. 12, 2010)<sup>56</sup>, embora, no conceito, seja incorreto rotular o fenómeno de restituição, “é verdade que um tipo de transferência está ocorrendo no espaço virtual que não teria sido possível de outra forma. Em vez de enquadrar o evento no contexto da repatriação de objetos, talvez seja mais preciso pensar nisso como uma repatriação de conhecimento” (Carlton, p. 12, 2010). Completando a posição de Carlton, a autora reforça que não é apenas a disponibilização das fotografias dos artefactos na internet, afinal “a transferência ou repatriação de conhecimento no

<sup>56</sup> Tradução da autora.

espaço virtual não é unilateral. Muitas das relações de colaboração, entre museus e comunidades, envolveram um certo grau de renúncia da autoridade curatorial da parte dos museus” (Carlton, p. 12, 2010). Como observado na reflexão da autora sobre o tema, é necessário que ocorra a participação do museu e da comunidade na disponibilização *online* dos artefactos, não sendo possível que a relação ocorra de forma física, a participação da comunidade estará relacionada com parte da curadoria.

Ao abordar o assunto nas entrevistas, a restituição virtual pareceu ser pouco compreendida como possibilidade de troca de conhecimento, ou reaproximação da peça com a comunidade fonte e mais percebido como uma disponibilização *online* do material. A visão dos entrevistados se aproxima da posição apresentada por Thompson (2011) e Anastassopoulos (2009), em que a restituição virtual é uma possibilidade, mas é uma possibilidade incompleta, já que não possibilitará o real contacto com o artefacto e não terá sua função identitária e cultural dentro da comunidade. Como colocado por Raposo,

o objeto original tem uma, eu chamo uma aura, que nenhuma cópia pode substituir, o original tem uma aura própria. Portanto, eu compreendo que a digitalização é uma solução do ponto de vista racional, mas compreendo que para muitos... pessoas que acham que aquela peça que é sua...o tesouro, no sentido metafórico, seu símbolo identitário não é substituível por uma cópia, eu compreendo isso. O virtual é uma excelente opção, mas é uma excelente opção do ponto de vista, eu diria racional. (L. Raposo, comunicação pessoal, 7 de fevereiro, 2018).

A posição apresentada acima se aproxima da visão de Sérgio Lira que diz em sua entrevista:

se pensar no projecto Europeana neste momento, uma parte significativa dos bens museológicos da Europa pode ser consultada virtualmente em qualquer sítio do mundo, ok, mas e este mas tem peso, na museologia contemporânea, por muito, por muito que a virtualização, que as novas tecnologias, todas as questões das interpretações e tal, as peças verdadeiras, *the real thing*, da expressão da Susan Pearce, continua a ser a peça verdadeira. (S. Lira, comunicação pessoal, 19 de março, 2018).

Assim como Raposo, Lira coloca a restituição virtual como algo possível, ao apresentar o Projecto Europeana, mas reforça que não é a peça real que retorna ao seu local, logo, não existe a representação e a importância que carrega uma restituição física.

Se diferenciando das visões de Luís Raposo e Sérgio Lira, as falas de António Ponte e Paulo Costa, apresentadas a seguir, deixaram perceptível a visão da restituição virtual como uma disponibilização *online* das imagens dos objetos, mas sem interação com a comunidade fonte e, sendo assim, não cumpriria sua função como ato repositivo, como foi interpretado na fala dos entrevistados. Seguindo o estudo de Katherine Carlton (2010, p. 11), a restituição virtual deve ser tratada como uma restituição de conhecimento, em que a comunidade pode contextualizar as imagens disponibilizadas, através de uma relação com a instituição responsável para agirem em conjunto. António Ponte, em sua entrevista, apresenta que já ocorre a disponibilização do material, mas foi possível observar que

não há grande contacto com a comunidade, nesse ponto. Porém, a Direção Regional de Cultura Norte utiliza da exposição temporária para realizar tal aproximação:

Restituição virtual, ela acontece sempre a partir do momento em que nós colocamos as coleções na rede, nas redes virtuais e, portanto, a restituição virtual não é para uma fruição do tal local, o que eu considero que pode ser interessante acontecer e que nós próprios, mesmo na Direção Regional da Cultura estamos a pensar em fazer em algumas instituições é organizar exposições temporárias que permitam a ida temporária de algumas peças a alguns locais, sendo que para isso tenha que ser criada as condições técnicas específicas para que essas exposições possam acontecer, não é? E depois elas voltem ao seu local de depósito de maior duração, mas permitindo que as comunidades possam ver as peças e mais perto...elas estão sempre disponíveis nos grandes museus, nos museus nacionais, nos museus regionais. (A. Ponte, comunicação pessoal, 12 de fevereiro, 2018).

Paulo Costa apresentou a Restituição virtual como uma possibilidade, mas assim como António Ponte, sem o aprofundamento de contacto com a comunidade, e sim como a disponibilização das peças em fotografias *online*. O ponto diferencial neste entrevistado é a maneira como percebe que a restituição não seria para uma comunidade e sim para o mundo, de forma geral. Logo, as comunidades-fonte não têm a relação real com sua peça e se torna apenas mais uma das diversas comunidades a observar a fotografia disponibilizada,

Restituição virtual, disponibilizamos a informação e a fotografia, toda a documentação que temos sobre uma peça na internet, é uma restituição? É, mas é uma restituição que não diz apenas respeito a comunidade que produziu aquele bem ou à pessoa que produziu aquele bem, de repente é tudo partilhado com toda a gente. (P. Costa, comunicação pessoal, 7 de março, 2018).

Após a realização e análise das entrevistas, foi possível perceber que a restituição virtual já existe em Portugal, porém, de forma simplificada, uma vez que não é aplicado o processo completo que caracterizaria uma restituição desse tipo de acordo, com os estudos do campo como o proposto por Carlton (2010), Besterman (2014) e comentado por Thompson (2011). Já é uma realidade em museus portugueses e europeus a disponibilização de coleções *online* nos *websites* dos museus e instituições.

Um dos exemplos citados é o Projecto Europeana, que trabalha com arquivos digitalizados de instituições da Europa, entre arquivos, livros e obras de arte. “A Europeana Collections fornece acesso a mais de 50 milhões de itens digitalizados” (Bem vindo à Coleção Europeana em <https://www.europeana.eu/portal/pt/about.html>), separados por coleções que “contém galerias, blogs e exposições para sua informação e para se inspirar.” (Bem vindo à Coleção Europeana <https://www.europeana.eu/portal/pt/about.html>).

A Direção Regional da Cultura Norte apresenta em seu website, imagens de algumas coleções disponíveis nos museus e sítios arqueológicos que estão sob sua responsabilidade. Em conjunto com a Direção Regional, a Direção Central do Património apresenta grande parte das coleções dos museus

sob sua responsabilidade no *website MatrizPix*, que “consiste num sistema de informação concebido para inventário, gestão e disponibilização *online* dos arquivos fotográficos da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)” (Bem vindo, recuperado de <http://www.matrizpix.dgpc.pt/matrizpix/BemVindo.aspx>).

O Museu de Ciências, da Universidade de Coimbra disponibiliza parte das coleções de seu acervo na plataforma *online*, em conjunto com a fotografia, é apresentado um pequeno texto com as informações sobre o objeto.

Embora os exemplos acima demonstrem que existe uma preocupação dos responsáveis pela cultura, em Portugal, de disponibilizar coleções de seus museus para que qualquer pessoa, com acesso a internet, possa conhecer os artefactos, em nenhum dos exemplos houve um projecto de aproximar a comunidade fonte dessas coleções, como ocorreu entre o Museu das Culturas Com Bosco e o Museu Missionário Etnológico Colle Don Bosco, citado como caso paradigmático presente no segundo capítulo, em que a comunidade Bororo de Meruri participou da disponibilização *online* das fotografias e, a partir desse contacto, os artefactos foram reproduzidos na comunidade e utilizados em festas e rituais. Assim como apresentado por Luís Raposo e Sérgio Lira, o facto de o artefacto não ser o original, o torna incompleto para a comunidade, mas, ao mesmo tempo, foi possível colocá-los em contacto com objetos que são parte de sua cultura.

## **8. A Realidade da Restituição em Portugal**

### **8.1. Exemplos de restituição em Portugal**

Ao realizar as entrevistas, procurava-se ter conhecimento da realidade da restituição em Portugal. A partir das conversas realizadas com os profissionais, que possuem contacto direto com esse campo, foi possível conhecer casos que ocorreram em Portugal através de outra perspectiva que não a do público. Reforça-se, novamente, que nesta pesquisa não serão tratados assuntos de restituição de obras de arte, apenas de artefactos arqueológicos e etnológicos, já que a restituição da arte possui campo próprio de estudo, já bem analisado no cenário português e fugiria ao escopo do projeto.

Foram poucos os exemplos de Portugal conhecidos por estudo bibliográfico e também pelas entrevistas. Se for considerado apenas o período de tempo demarcado, no projeto não existem casos de restituição internacional, são contabilizados alguns casos de restituição interna. Embora exista material para que Portugal peça restituição ou receba pedidos, poucos se concretizam. O primeiro exemplo a ser citado ocorreu no século XIX, como conta Luís Raposo:

Como aconteceu em Portugal, por exemplo com a Custódia de Belém. A Custódia de Belém é uma peça da ourivesaria, um ícone, absolutamente único do século XVI, XV, XVI, se não estou em erro, teria que se verificar isso melhor, que foi roubada pelos franceses, durante a invasão francesa em Portugal e foi levada, como muitas outras coisas para França. Na altura, ainda não havia a legislação moderna, sobre saques e não saques e, portanto, isso era legal, só que essa Custódia de Belém é de tal modo importante e identitária para Portugal, que causava um incômodo imenso que tivesse sido roubada e foi adquirida, readquirida, comprada pelo governo português à viúva de um dos generais que comandava as tropas francesas e que tinha em casa isso. E isso ainda no século XIX, ainda conseguiu-

se recuperar, portanto, está cá em Portugal atualmente, está no Museu Nacional de Arte Antiga, não está aqui nos Jerónimos, ela era daqui dos Jerónimos, mas não está aqui, está no museu, está no Museu Nacional de Arte Antiga. É um caso português em que também me parece que se continuasse a Custódia de Belém a estar num museu francês, nós devíamos fazer tudo para reclamar e penso que também deveria haver lugar à restituição. Mas estes casos, para serem realmente válidos, tem que ser (excecionais), são casos verdadeiramente (excecionais), em que se diga que há todo um país, todo um sentido nacional ou de um povo dentro de um país, que está ofendido com aquele ícone essencial identitário absoluto não estar na sua própria proximidade direta. (L. Raposo, comunicação pessoal, 7 de fevereiro de 2018).

Ao longo da fala, Raposo reforça como a identidade cultural, ligada ao objeto, interfere no pedido de restituição. A Custódia de Belém<sup>57</sup> é representativa para a nação portuguesa de forma que houve interesse do museu, do poder público, de recuperá-la. A restituição dessa peça ocorreu em um momento, no qual não havia lei que protegesse o património ou possibilitasse sua devolução, mas através de um acordo e o pagamento de determinada quantia, o governo português recuperou a peça. Além do caso citado acima, Luís Raposo citou um ocorrido que poderia render uma restituição, mas que por falta de interesse do poder público de reaver o artefacto, apenas uma cópia é mantida em Portugal, enquanto o objeto original se encontra em um museu britânico:

No caso do Museu de arqueologia ainda há coleções do museu... portuguesas que estão presentes no Museu Britânico. E a cópia que temos, está no Museu Britânico, o original, que é um colar de ouro de Sintra, encontrado em Sintra e foi comprado legalmente nos anos...no início do século XX, foi comprado pelos ingleses, pelo Museu Britânico, na altura até o diretor e fundador desse museu, Leite de Vasconcelos, foi-lhe oferecido comprar e ele procurou tudo arranjar dinheiro, e não conseguiu...e pronto, quem achou e na altura a legislação permitia, 'achou na minha terra, é meu, vendeu a quem pagar o que eu quero'. (L. Raposo, comunicação pessoal, 7 de fevereiro de 2018).

Atualmente, a lei regulariza a venda de artefactos arqueológicos, mas na época do ocorrido, segundo o entrevistado, não houve problema para quem encontrou o objeto, em vendê-lo a um comprador de outro país. Tendo ocorrido de forma legal e sem interesse na restituição, o artefacto se manteve na Inglaterra.

Representando a restituição interna, existe o exemplo das moedas romanas roubadas de uma igreja em Alijó. Após serem furtadas, as moedas foram recuperadas na Espanha pela Polícia Judicial e entregues a Portugal, esse ato em si já pode ser considerado uma restituição no sentido da palavra de ser a devolução de um artefacto ao seu local de origem (Stamatoudi, 2011, p. 16). Mas não foi preciso acionar a lei da restituição e não houve qualquer atrito entre os países. A partir do momento em que as peças retornaram a Portugal, foi iniciada a discussão sobre a restituição das moedas a seu local de origem, já que, após a devolução as moedas, foram entregues aos cuidados do Museu Dom Diogo de Sousa em Braga. Atualmente, o Museu do Douro procura reaver esse tesouro sob

<sup>57</sup> Seguindo a linha de estudo proposta por Patty Gerstenblith (2001, p. 197), a Custódia de Belém se enquadra como objeto arqueológico, uma vez que teve a sua função original alterada, ou seja, no passado eram utilitários e nos dias atuais apresentam função estética. A Custódia foi construída, originalmente, como um ostensório e atualmente tem carácter estético.



justificativa de se localizar na região à qual pertencem esses bens. Sobre esse caso, houve citação de António Ponte e Sérgio Lira:

Estamos com um processo em mãos que tem um mês, há trinta anos atrás foram roubadas de uma Igreja em Alijó, um conjunto de moedas romanas, dentre as quais está um denário muito raro, de grande valor patrimonial, e de grande valor financeiro. A cerca de dois anos, um investigador, também professor da Faculdade de Letras, o professor Vicentino, que é também professor no curso de estudos patrimoniais, através de um catálogo, descobriu essas moedas em Madrid, que iriam a leilão, e juntamente com a Direção Regional da Cultura, nós fizemos uma denúncia ao Ministério Público Português e acionou a Polícia Judiciária Portuguesa, que em simultâneo acionou a Polícia Espanhola e conseguimos reaver esse conjunto de moedas, portanto, ao fim de 30 anos foi possível o Estado Português voltar a ter esse conjunto de moedas, que configura um tesouro. Há cerca de duas semanas a polícia judiciária chamou-me para ir receber essas moedas e para pô-las a guarda da Direção Regional da Cultura, nós sabemos que essas moedas são do Santuário de Aleijó, mas imediatamente nós as colocamos no Museu Dom Diogo de Sousa, e as colocamos no Museu Dom Diogo de Sousa, por que? Porque é um museu que tem laboratório e (foi onde) de imediato se conseguiu fazer o tratamento das moedas, que andaram trinta anos, ninguém sabe muito bem sob que condições e tem uma equipa para as estudar e preservar e tem condição de depósito próprias para metais e, portanto, para constituir reserva dessa coleção. Isso tem suscitado muito debate público porque as pessoas de Trás-os-Montes acham que as moedas deveriam ir para Trás-os-Montes, a questão é, há em Trás-os-Montes algum museu com capacidade técnica para as guardar? Será que se não fosse a ação da Direção Regional da Cultura e do Professor Vicentino, essas moedas não estariam algures por Nova Iorque ou por algum país de um milionário que as tivesse comprado? Quer dizer o que é mais importante? Foi recuperar as moedas e conseguir conservá-las? Ou agora andarmos a discutir para onde é que elas devem ir? As questões da restituição têm muito a ver com isso, tem muita a ver com as capacidades, com as lógicas, claro que nós equacionamos fazer uma exposição das moedas no sítio de onde elas foram roubadas, mas será que elas devem ir para lá? Será que lá há condições de salvaguarda? Há trinta anos foram roubadas, será que não serão outra vez? Haverá algum museu que tenha melhores condições que o Dom Diogo de Sousa para as conservar? Portanto, eu acho que restituição tem tudo a ver com isso. (A. Ponte, comunicação pessoal, 12 de fevereiro de 2018).

A posição adotada por António Ponte se mostra a favor de manter as peças no museu que possui maior capacidade técnica e que pode proporcionar a proteção para que não ocorra outro furto. A salvaguarda foi colocada pelo entrevistado como a primeira preocupação em relação ao património, sua relação com o seu território de origem e o valor sociocultural foram considerados importantes, mas abaixo do primeiro aspeto. Sérgio Lira apresentou outra visão do caso, considerando as diferenças entre as regiões e a importância para o Museu do Douro de ter em seu acervo esses bens:

(...) por que é que o Museu de Arqueologia tem peças que pertencem a locais arqueológicos que não tem nada a ver com a localização deste museu? (...) um exemplo muito concreto, é um tesouro de moedas romanas do Alto Douro, está neste momento em estudo no Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, em Braga, vai por aí uma discussão monumental se as moedas devem ficar no Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, em Braga, (pois) não tem nenhuma relação com o território de Braga ou se devem ser devolvidas ao Alto Douro para estarem ou no Museu do Douro, no Museu da Régua ou no museu daqui ou no museu de acolá para estarem no território

em que foram descobertas, de onde provém este tesouro. E os argumentos que são utilizados por aqueles que defendem restituição são exatamente os mesmos que se utiliza para a transposição de fronteiras políticas. Não há nenhuma fronteira política entre Braga e Viseu ou Lamego ou a Régua, nenhuma, é Portugal, e no entanto a discussão é rigorosamente a mesma, porque o tesouro foi descoberto ali, tem relação com aquele território e por isso é naquele território que deve estar, não tem nada que vir para Braga. (S. Lira, comunicação pessoal, 29 de março de 2018).

Sérgio Lira coloca como a discussão da restituição, sendo interna ou internacional, levanta questões parecidas como, por exemplo, a relação do território de origem com o artefacto. As fronteiras políticas são pontos questionados pelos entrevistados, como características ligadas à restituição, mas que, por serem mutáveis, devem estar acompanhadas de outros fatores para possibilitar a restituição de forma justa. No caso das moedas, Lira coloca, tal como para a Régua, existe importância que o artefacto seja devolvido para a região, já que tem relação com a história dali e não com Braga. Foi possível inferir que na visão do entrevistado o território, a história e a população à volta do objeto é essencial para dar importância a ele, estando fora da sua região se torna um objeto descontextualizado. Embora Portugal possua campo para discutir a restituição, seja realizando ou recebendo pedidos, internamente ou no cenário internacional, pouco é visto na prática. Apesar de que no mundo exista uma crescente discussão, a partir da década de 1980, sobre a restituição e a realização de pedidos desse género, após o estudo na bibliografia e o conhecimento dos gestores entrevistados, foi possível perceber que dentre os poucos casos ocorridos com Portugal, as datas se distanciam dessa década. Dentre os casos estudados, dois se localizam entre o final do século XIX e início do século XX que, como visto no gráfico apresentado no início do capítulo dois, não são épocas comuns de ocorrerem pedido e o outro exemplo é bem atual, ainda sendo parte de discussão. Este último compartilha da realidade da restituição pelo mundo, que nos últimos anos da década de 2010 têm visto um aumento de pedidos.

## **8.2. A ausência de coleções reclamadas**

Como visto no tópico anterior, a restituição de bens culturais em Portugal não se mostrou uma realidade das instituições portuguesas selecionadas. Mesmo sem casos concretos de restituição, os entrevistados citaram, em suas falas, alguns exemplos de interesse de outras instituições em coleções que estão sob sua guarda.

Ao responder a questão sobre a existência de pedidos de restituição em Portugal, Luís Raposo confirmou que não havia, mas complementou a análise do assunto ao relatar a utilização da política de “Depósito”. Como explicado pelo entrevistado, é o empréstimo de uma coleção para outro museu, se esta não estiver em exposição:

Não, aqui não há... como digo, há internamente, no país, mas não de uma forma violenta, nada disso. Há caixas, por vezes, coisas que estão aqui que deviam estar no concelho tal, em Trás-os-Montes ou assim...,mas repare, é também uma questão de sabedoria de quem gere o museu, este museu...eu fiz isso, antes de mim já tinham feito, mas eu intensifiquei muito...o Depósito, nós não chamamos restituição, o

depósito (regula) juridicamente a circulação (de coleções) do Museu Nacional de Arqueologia, mas que estão depositadas em museus de norte a sul de Portugal. Temos dezenas de museus nesse momento, de norte a sul de Portugal, do Minho ao Algarve com coleções que são do Museu Nacional de Arqueologia, mas que são desses concelhos. (...) não fosse uma coisa absolutamente central e estava em reserva, então era melhor estar em exposição nesse museu do que estar cá em reserva, esse foi o meu princípio (L. Raposo, comunicação pessoal, 07 de fevereiro de 2018).

A política do “Depósito”, seguida pelo Museu Nacional de Arqueologia, foi uma boa maneira encontrada para que as peças pudessem ter contacto com museus de seus locais de origem. Ao longo da bibliografia estudada, não foi encontrada experiência semelhante em outros locais, o que existe de mais próximo a essa realidade são as exposições temporárias. O “Depósito” permite que o museu fique mais tempo com a peça em suas instalações, enquanto a exposição temporária limita o tempo que a peça ficará disponível. António Ponte apresentou uma realidade parecida em relação as peças<sup>58</sup>, que estejam em museus nacionais e sejam pedidas por museus locais:

Hoje em dia começam a existir alguns pedidos de restituição de peças para alguns sítios, por que? Porque um conjunto de municípios que começam a ter seus próprios museus municipais e que querem restituir as histórias locais, não é? Portanto, muitas vezes precisam de peças que, entretanto, tiveram à guarda de museus regionais, de museus nacionais durante muitos anos. São questões que são sempre analisadas caso a caso, são sempre analisados os conjuntos das peças para perceber se dentro do conjunto é possível fazer regressar uma parte e deixar ficar outra parte representativa, também, nas coleções nacionais. Muitas vezes, se equaciona a reprodução de peças para fazer também reconstituições de contexto, também se equaciona, muitas vezes, as idas temporárias das peças a algum sítio (...), fazer uma rotação de peças para que seja possível sempre manter essa ligação entre o nacional e o local, (fazer) um conjunto de estratégias que podem ser equacionadas em cada caso. (A. Ponte, comunicação pessoal, 12 de fevereiro de 2018).

O contexto de criação de museus municipais ou locais possibilitou que municípios passassem a procurar peças de sua localidade em museus centrais. Perante tal situação, a Direção Regional da Cultura Norte encontrou maneiras de possibilitar que esses novos museus tivessem acesso às suas peças, mas sem fazer com que estas fossem retiradas dos acervos dos museus nacionais. Essas ações podem ocorrer através da reprodução do objeto ou de exposições temporárias, mantendo a relação entre o nacional e o local. Para que ocorra essa transação de artefactos “as equipas dos museus da Direção Regional da Cultura visitam os lugares e tentam perceber qual é a dimensão do espaço do ponto de vista técnico, como capacidade logística e tentam aferir também qual é a equipa que cada local tem para capacidade e possibilidade desta restituição” (A. Ponte, comunicação pessoal, 12 de fevereiro de 2018), possibilitando segurança e conservação para os artefactos.

Pedro Casaleiro apresentou a realidade de artefactos do Museu de ciências da Universidade de Coimbra, encontrados atualmente, como por exemplo, restos humanos:

Não, eu penso que não, quer dizer até há coleções na universidade, de esqueletos humanos, essas coleções vieram pra cá, estão cá neste momento, muito trabalho que é feito é só

<sup>58</sup> Que se encontram em museus sob responsabilidade da Direção Regional de Cultura Norte

(trabalho nos esqueletos), depois são devolvidos, porque são...quando se fazem escavações e aparecem restos humanos, mas até agora não houve nada, pelo menos que eu tenha conhecimento, desde que estou cá, nunca fizemos nada de restituição, é um tema, sempre...muito delicado (P. Casaleiro, comunicação pessoal, 08 de fevereiro de 2018).

A devolução de objetos, após o estudo na Universidade de Coimbra, se mostrou um diferencial em relação às colocações dos demais entrevistados. A técnica presente na instituição é aplicada para o estudo do que foi encontrado e assim que possível o bem é devolvido ao seu local de origem. Mas, assim como as demais instituições, a restituição de artefactos antigos se mostrou ausente. A Universidade de Coimbra é conhecida pela coleção de artefactos oriundos de países da África e também do Brasil. Em relação a este último houve a reclamação de uma das coleções, como contado por Casaleiro:

A Memória da Amazônia, nós temos uma coleção do Alexandre Rodrigues Ferreira, dos Jurupixuna, Máscaras muito interessantes e nós anos 80, acho eu, foi nos anos 80, tínhamos o presidente, nosso presidente era o Soares, era o Mário Soares, e esta coleção foi exposta em....ah, eu não sei se ela foi exposta o Rio ou em Brasília, mas também foi exposta em Manaus e quando ela foi exposta em Manaus, os índios reuniram-se no museu e disseram, 'já não vai sair de cá, nós queremos que elas fiquem, são os nossos antepassados'. Só que na verdade, os Jurupixuna já estão extintos, pronto. E para conseguir a devolução dessa coleção teve que haver uma intervenção do presidente Mário Soares com o presidente brasileiro para conseguir resolver o impasse, a história toda foi contada de uma forma simples, mas não sei se encontrará ou se poderá encontrar nos anos 80, é um caso que aconteceu no Brasil e é claro que elas retornaram para Portugal, esses objetos, porque do ponto de vista da conservação são altamente delicados. Aliás, eles retornaram e já não saem mais, a nossa política aqui no museu é que esses objetos...já nos pediram várias vezes, eles inicialmente viajavam, só que os objetos quando viajam é claro que sofre sempre, a partir daí, a conservadora fez um relatório baseado no estado de conservação das peças e simplesmente elas têm um carimbo “não sai”, portanto são objetos que não podem sair, pela sua fragilidade, vão se perder, elas vão se perder de qualquer maneira porque elas não vão durar mais que um ou dois séculos, mas pelo menos podemos documentá-las e trabalhá-las, expô-las, agora não podem voltar a sair e foi na sequência dessa ocorrência, que aconteceu, se conseguir ver alguma coisa daí, seria interessante (P. Casaleiro, comunicação pessoal, 08 de fevereiro de 2018).

No relato acima, observa-se que existiu o interesse por parte de uma comunidade indígena em ter de volta alguns artefactos apresentados na exposição Memórias da Amazônia. O pedido foi negado e a coleção retornou para Portugal. Compreende-se a posição da Universidade, mas após o conhecimento do caso entre o Museu Emílio Goeldi e Museu Nacional de Etnologia de Leiden<sup>59</sup>, fica claro para a pesquisa que poderia haver uma tentativa de contacto entre a instituição e a comunidade fonte. No exemplo citado, o Museu Nacional de Etnologia de Leiden, em conjunto com a pesquisadora brasileira Mariana França, promoveu a aproximação de membros da comunidade Ka'apor com os artefactos do museu de Leiden, através da aproximação e troca de informações entre as partes, no final, foi realizada uma exposição no museu da própria comunidade com as peças. Os

<sup>59</sup> Apresentado no tópico 4.1.2, no segundo capítulo, deste trabalho.

artefactos apresentam importância identitária para os Tikuna, descendentes dos produtores das máscaras, por essa razão, seria interessante uma abertura da instituição para possibilitar a aproximação da comunidade com os artefactos.

Como já estudado, a restituição não necessita ser física. Dentro da museologia actual, é possível que outras formas de contacto possam ocorrer, seja a restituição ou repatriação virtual, a réplica de objetos ou colocar a comunidade fonte como participante da curadoria do museu quando forem realizadas exposições com peças desse povo. Após conhecer o caso citado por Pedro Casaleiro, acredita-se que faltou essa visão ampla, sobre a relação da comunidade com seus artefactos e as possibilidades de aproximá-los.

Percebeu-se que a restituição não é presente em Portugal, como mostrado pelos entrevistados, mas conclui-se que não apenas por questões legais ou dificuldades impostas pelos detentores, mas também pela ausência de pedidos. O entrevistado Sérgio Lira propôs uma reflexão sobre essa questão, apresentando duas possíveis causas para a falta de pedidos de restituição por parte, principalmente, de países ex-colónias. A primeira é a ausência de preocupação com as questões culturais, e a segunda a dificuldade em conseguir devido a uma falha ideia de que eles são incapazes de manter seguro seus artefactos e a possível humilhação por ter o pedido negado e se tornar ainda mais periférico,

Provavelmente por duas razões, primeiro porque em muitos desses países há outras prioridades, há outras preocupações fortes nesse momento do que pedir a devolução ou a restituição dos bens culturais. Mas em segundo lugar também porque a consciência de que a probabilidade de isso acontecer é relativamente reduzida, e, portanto, com a perspectiva de que possa ser um falhanço, e o falhanço é uma humilhação para os que se sentem no direito de receber. (...) E os museus portugueses, ou franceses ou qualquer outro ex-colonizador, não tenha dúvida que resistirão fortemente à devolução do que quer que seja, vão argumentar com a propriedade, a legítima propriedade, vão argumentar com o tempo de permanência, vão argumentar com as condições de conservação e de conservação preventiva, vão argumentar com...até...a legitimidade de quem está a pedir a restituição. (...) Depois podem vir aquelas observações cínicas de superioridade europeia ou eurocêntrica. Como se essa posição de superioridade, entre outras, essa posição de...arrogância fizesse algum sentido à face dos critérios de restituição, não fazem, mas é evocada, mesmo que subliminarmente (...) O que significa que, primeiro, não é uma prática facilmente aceita pelos atuais detentores, segundo, não é uma prática solicitada pelos potenciais beneficiários, terceiro, é uma prática que não é muito bem vista sequer pelo comum. (S. Lira, comunicação pessoal, 29 de março de 2018).

A reflexão apresentada por Lira trata de assuntos recorrentes que tornam a restituição algo pouco presente e discutido no dia a dia de instituições, seja para realizar ou acatar pedidos. A diferença, ainda presente entre países centrais e periféricos, se mostra um dos fatores que dificultam o desenvolvimento da restituição. O entrevistado continua a desenvolver sua reflexão:

Há uma arrogância cultural, há uma tendência para...eurocêntrica ou 'nacionalocêntrica'. Essa atitude impede, muitas vezes, de olhar com o mínimo de razão para os processos de restituição de bens culturais, porque o que se pensa imediatamente é que se vai restituir uma coisa que está bem trabalhada, salvaguardada, bem estudada, num sítio bom, porque ninguém considera o seu sítio, um sítio mau, vai ser restituída a quem não vai saber tratar dela, que vai estragar. (...) O património que

há na Europa, das grandes campanhas arqueológicas do século XIX, do médio oriente, do norte da África, etc., dificilmente alguma vez será devolvido de uma forma massiva, o grande património cultural que está na Europa que resultou das...resultou dos processos coloniais, poderá haver um caso ou outro, mas genericamente, em grande escala, não vai ser devolvido, o património que foi espoliado aos povos nativos, tanto da América do sul, quanto na América do norte e que foi institucionalizado em museus, que não tem nada a ver com eles, tem a ver com os ocupantes, com os que foram conquistar os territórios, eh:: dificilmente alguma vez será devolvido em grande escala, está nas instituições, as instituições apoderaram-se...legalmente, fisicamente, psicologicamente desses bens e têm muitas dificuldades em devolver e vão usar todos os argumentos possíveis para que isso não aconteça e, portanto, há aqui alguns fenómenos...esses três que eu lhe disse são os grandes fenómenos, mas há mais, estes três grandes fenómenos não vão produzir, pelo menos, não vão produzir em tempo curto um grande movimento de devolução ou de restituição. (S. Lira, comunicação pessoal, 29 de março de 2018).

Sérgio Lira abordou a questão ideológica presente na discussão sobre restituição, esse tema não foi abordado nas outras entrevistas e mesmo na bibliografia é raramente visto. Tendo como exemplo os casos paradigmáticos entre países centrais e periféricos, percebe-se que os autores, os quais se dedicam a estudá-los, não adentram o aspeto ideológico, muitos se limitam a apresentar a justificação do museu detentor da peça, de maneira superficial ou com enfoque na legitimidade da obtenção.

Nos discursos dos museus, como por exemplo, a resposta do Museu Nacional da Dinamarca para os Tupinambá em relação a um manto ritualístico de penas, são abordados assuntos como a dificuldade da conservação e a necessidade de um local tecnicamente correto para receber o item. São aspetos a serem considerados durante uma restituição, porém, também deve ser considerado que muitas das comunidades, como a do exemplo citado, estão criando museus comunitários com apoio de órgãos governamentais e culturais e recebendo apoio na formação de profissionais para atuar com património. Mesmo com esse apoio e com a Recomendação relativa à Proteção e Promoção dos Museus e das Coleções, os museus europeus<sup>60</sup> ainda se apegam a essa justificação, para evitar uma restituição e os novos museus comunitários de países periféricos continuam sem objetos que lhes são importantes como parte de sua história e identidade.

### 8.3. O estudo da Restituição Patrimonial

A maneira como o tema é visto pelas instituições e profissionais da área selecionados foi um dos últimos pontos tratados sobre a realidade em Portugal. Todos os falaram a respeito dessa questão.

Iniciando pela posição de António Ponte sobre a discussão do tema, foi colocada a recorrência da restituição perante sua função como gestor do património

Esse tema é um tema que...recorrentemente, é colocado à discussão de quem é responsável pela gestão de bens culturais. Porque, de facto, hoje ou nos dias que correm, a questão da restituição dos bens culturais coloca-se tanto a nível nacional, como se coloca a nível internacional. A questão é muito complexa e está permanentemente na ordem do dia, nós

<sup>60</sup> Neste trabalho, foi dada ênfase aos museus europeus como museus representantes dos países centrais detentores da ideologia apresentada pelo entrevistado Sérgio Lira

próprios, nesse momento, temos em mão um processo que tem menos de um mês e que está a levantar alguma polémica, tem saído nos jornais também e têm suscitado questões tanto do ponto de vista técnico, como político (A. Ponte, entrevista, 12 de fevereiro de 2018).

Ponte apresenta, em sua fala, a complexidade de discutir a restituição e como o tema se expande para cenário nacional ou internacional, além de misturar a questão técnica e política. Esses dois últimos aspetos são os principais temas quando se discute restituição, o primeiro é a garantia de que quem receberá o artefacto tem capacidade técnica de manter os cuidados necessários. O segundo, as questões políticas levantadas por cada uma das regiões para ter o artefacto para si, seja a importância nacional para ir para uma instituição de maior visibilidade, seja cultural, quando a região que perdeu o objeto mostra a importância daquilo para sua história e destaque da cultura local. Ao longo da entrevista de António Ponte, foi perceptível que essas questões são as mais consideradas pela Direção Regional de Cultura Norte, quando ocorre um pedido de restituição de peças.

Na fala anterior, percebe-se que a discussão sobre a restituição é presente no trabalho diário da instituição, porém, quando colocada a fala de Sérgio Lira, existe um certo pessimismo em discutir o assunto,

É montado uma argumentação que faz cair pela base, ou que tenta fazer cair pela base o direito à restituição, que na prática não é exercido, na prática... agora pense, quais são as grandes restituições de bens culturais que nós conhecemos nos últimos... 100 anos? .... Meia dúzia, haverá meia dúzia de exemplos, mas verdadeiramente não há... não é a prática, ela está consignada, a Unesco fartou-se de trabalhar no assunto, escreveram-se páginas e páginas, há encontros, congressos, ah::: os cientistas preocupam-se, mas depois, na prática, a quantidade em volume de bens, a quantidade em valor desses bens e a quantidade em número de casos é extremamente reduzida, é muito reduzida. (S. Lira, comunicação pessoal, 29 de março de 2018).

Lira mostra como o tema é muito discutido por estudiosos, por órgãos internacionais como a Unesco, mas que, na prática, quase não é vista. Se a discussão já se mostra avançada no plano dos estudos deveria existir maior aplicação na prática. Quando os casos paradigmáticos foram analisados no segundo capítulo da pesquisa, observou-se que de exemplos relacionados a artefactos de grande visibilidade e poucos foram retornados, a maior parte dos exemplos estudados se relacionam a coleções pequenas ou restos humanos. Quando é estudado os exemplos voltados para grandes obras relacionadas ao Egito Faraónico ou à Grécia Clássica, pouco é visto resultando em devoluções.

Pedro Casaleiro ressaltou três aspetos importantes em sua fala, a possibilidade da investigação *in situ*, a relevância para regiões terem seus artefactos de volta por causa da questão turística, ou seja, o património como fonte de renda para a região, como foi discutido no primeiro capítulo e o impasse que existe para que ocorra o retorno da peça para seu local de origem,

Hoje em dia já vemos se podemos fazer investigação *in situ*, se não podermos então,

se não for possível, então já se pensa em levar para o museu. Há muitas obras no Museu Nacional de Arqueologia, por exemplo, que são das mais diversas regiões do país, e se calhar as regiões, nesse momento, com este influxo turístico incrível gostariam de ter lá, para valorizar sua região. Não é fácil, por essa razão, acho que faz muito sentido esse tipo de temática, agora é claro que essas grandes instituições centrais têm que dar uma contrapartida, tem que fazer alguma coisa. Um exemplo de uma colega que temos aqui, que fez um estudo sobre o Convento do Lorvão, que fica aqui na região, um livro do convento que tem iluminuras magníficas e, claro, como o Convento do Lorvão não estava bem preservado neste momento, este livro encontra-se na Torre do Tombo, é um tesouro nacional. Agora, eles vão fazer a musealização do espaço, então pediram ‘nós gostávamos de apresentar, já que não podemos apresentar o livro porque está guardado na Torre do Tombo e é tesouro nacional, então queríamos reproduções’, a Torre do Tombo pediu-lhes um orçamento de 7 ou 8 mil euros para (exatamente) fazer a reprodução do livro que pertenceu à instituição, tas a ver? Só que nesse momento eles já não pertence à Instituição, porque ele foi classificado enquanto bem cultural nacional português e por essa razão ele tem que ir para um sítio onde ele poderá ser preservado no futuro, nós temos aqui uma situação um bocadinho crítica, não é? Porque se pensarmos, 'esse livro estava cá, fomos...vieram cá buscá-lo, como é que agora não podemos ter sequer uma...uma impressão'. (P. Casaleiro, comunicação pessoal, 8 de fevereiro de 2018).

Com o aumento do turismo em regiões menos centrais, passa a ser importante que os museus locais e municipais tenham seu acervo fortalecido para mostrar e reforçar sua história e identidade. Porém, se o bem for classificado como tesouro nacional, já não possui possibilidade de sair do acervo em que se encontra, o que é uma forma de protegê-lo, mas que impossibilita de enriquecer a cultura de uma determinada região. Na colocação de Casaleiro, observou-se a baixa tentativa da instituição central e nacional de colaborar para a existência de uma cópia para que o museu local tivesse o seu artefacto de alguma forma no acervo, apresentando um elevado preço perante a solução da cópia.

Após a análise das entrevistas, não parece existir, internamente, apoio das instituições nacionais para fortalecer os museus locais com seus artefactos deslocados. Na fala de Luís Raposo, é apresentada a dificuldade quando o assunto se refere aos bens que estão no exterior,

Repare, depois aí é que entra a questão, do sentido de coisa identitária muito importante. A Custódia de Belém, a...digamos, os políticos, a sociedade culta portuguesa, a elite toda estaria penso eu, disponível, para se fosse o caso hoje, lutar para que a Custódia de Belém viesse para Portugal, porque haveria um grande sentimento...esse colar de Sintra, só os arqueólogos, ninguém mais liga. E, portanto, não temos um contrato social, um suporte social que nos permitisse, a nós, arqueólogos a convencer os políticos, nossos concidadãos antes de tudo, porque é aí que tem que começar, de que aquela peça era absolutamente essencial, para que depois, do ponto de vista diplomático Portugal procurasse. Agora, Portugal vai procurar isso...pode fazê-lo, mas sem suporte social alargado não me parece que seja razoável. (L. Raposo, comunicação pessoal, 07 de fevereiro de 2018).

Como mostrado no tópico 2.1. (Casos de restituição em Portugal), a Custódia de Belém foi um artefacto que retornou a Portugal através do pagamento ao antigo proprietário francês. Ao prosseguir a conversa com o entrevistado, foi apresentado o caso de um colar de ouro encontrado em



Sintra, que foi vendido para um britânico. Ao ser questionado sobre o motivo de não ter ocorrido uma tentativa de restituição para essa peça, Raposo colocou como uma questão que não teria apoio do público ou do governo, uma vez que sua importância identitária era vista como inferior à Custódia de Belém e, por isso, não houve preocupação em tentar seu retorno. Nessa fala, é possível inferir que o museu percebe a importância do artefacto e a discussão sobre a restituição aconteceu, mas que sem suporte não seria uma ação possível. Assim como foi visto na fala de Sérgio Lira, observa-se que na teoria e nos estudos, a restituição é um tema presente, mas que, na prática, é pouco considerada por quem está fora da gestão dos museus e do património.

Ao longo da entrevista com Paulo Costa, foi possível conhecer a realidade do Museu Nacional de Etnologia em relação à restituição, o que se mostrou inexistente na prática, mas com conhecimento do diretor devido aos anos de trabalho, em outros setores além do atual, é um tema recorrente. Porém, apresentou uma diferença em relação aos demais entrevistados ao limitar o significado de restituição ao que acontece entre nações: “Em termos de restituição, na legislação nacional só se utiliza o termo restituição entre Estados diferentes, portanto, não se fala de restituição internamente” (P. Costa, comunicação pessoal, 12 de março de 2018). Nesse caso, é uma diferença que é guiada pela questão técnica e legal.

Ao longo das entrevistas, foi possível perceber que a discussão sobre a restituição patrimonial em Portugal é existente, mas ainda inicial. As instituições se preocupam com o assunto, mas existe uma barreira entre a teoria e a prática, a instituição cultural e o governo, logo, a discussão não se alonga e não desenvolve.

Os profissionais têm conhecimento sobre as dificuldades, mas pareceu fraco o desenvolvimento para resolvê-las. Ao longo do estudo da bibliografia, foram vistas as formas encontradas por museus e comunidades para possibilitar a aproximação dos artefactos de sua origem, sendo com a restituição virtual, curadoria compartilhada ou mesmo divisão de coleções de museus. Nenhuma dessas soluções, por sua vez, pareceram parte da discussão do tema, embora a cópia do objeto e a coleção itinerante foram assuntos abordados e apresentem uma solução paliativa para que ocorra a aproximação do bem com sua população, após a pesquisa, acredita-se ser possível que outras soluções possam fazer parte da discussão sobre restituição dentro das instituições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o longo estudo a respeito da restituição ou do repatriamento de bens culturais, este é o momento para uma reflexão final. O tema da pesquisa mostrou-se complexo e controverso. O próprio conceito estudado apresenta diferenciações, dependendo do país em que é utilizado, do profissional que se propõe analisá-lo ou mesmo da forma como será aplicado.

A pesquisa mostrou que a restituição possui campo para pesquisas e ações relacionadas a esta questão em Portugal, especialmente quando se trata de situações internas do país. Por exemplo, bens culturais que foram encontrados em uma região, mas levados a museus centrais, distantes do local de origem se mostraram ao longo do estudo como a principal maneira como tem ocorrido pedidos de restituição no país.

Embora não traspasse fronteiras políticas, as fronteiras culturais são importantes quando se trata da restituição, o que leva às discussões entre concelhos e regiões dentro de Portugal sobre a posse de artefactos arqueológicos ou etnográficos. Como foi visto nos capítulos anteriores, principalmente nos trechos das entrevistas, a transferência de um bem cultural acarreta diversos problemas, como a conservação do objeto, a perda da visibilidade e o esvaziamento dos museus, no caso de diversas restituições feitas sem cuidados. Ao realizar a entrevista com o diretor da Direção Regional da Cultura Norte, António Ponte, essa realidade foi bem-apresentada:

Hoje em dia começam a existir alguns pedidos de restituição de peças para alguns sítios, por que? Porque um conjunto de municípios que começam a ter seus próprios museus municipais e que querem restituir as histórias locais. Portanto, muitas vezes precisam de peças que, entretanto, tiveram à guarda de museus regionais, de museus nacionais durante muitos anos. São questões que são sempre analisadas caso a caso, são sempre analisados os conjuntos das peças para perceber se dentro do conjunto é possível fazer regressar uma parte e deixar ficar outra parte representativa, também, nas coleções nacionais. Muitas vezes, se equaciona a reprodução de peças para fazer também reconstituições de contexto, também se equaciona muitas vezes as idas temporárias das peças a algum sítio (...) fazer uma rotação de peças para que seja possível sempre manter essa ligação entre o nacional e o local (A. Ponte, comunicação pessoal, 12 de fevereiro, 2018).

Dentro deste embate que surge entre deixar que a comunidade-fonte e museus municipais tenham acesso às suas peças e os museus nacionais possam manter suas coleções, pode-se pensar nas possibilidades de restituição não física, como foi apresentado no primeiro capítulo ao discutir-se os conceitos de restituição. A realização de exposições temporárias e o empréstimo das peças foram maneiras encontradas para resolver a situação, porém são situações temporárias, sendo assim propõe-se a restituição virtual como uma solução.

Ao optar por atos de restituição não física ou de “restituição de conhecimento”, como propõe Katherine Carlton (2010, p. 11), os museus possibilitam que as peças tenham contato com seu local

de origem e não deixam seu espaço de visibilidade em museus nacionais.

Ao analisar a realidade do património material dos indígenas norte-americanos e o espaço virtual, Carlton (2010, p. 14) concluiu a existência de três diferentes cenários virtuais em que a comunicação pode acontecer<sup>61</sup>. O primeiro e o segundo se limitam a websites voltados para as comunidades indígenas e com acesso restrito aos mesmos e o terceiro e último espaço é a rede de banco de dados aberta à comunidade e aos pesquisadores de forma global. Este último encoraja a colaboração da comunidade (Carlton, 2010, p. 14) e mantém os artefactos para conhecimento do público geral, gerando comunicação e mantendo o património vivo. Com a possibilidade de formar espaços como o último citado, a restituição virtual se torna uma solução para os museus atuais.

Embora seja uma possibilidade viável, existem pontos negativos a serem demarcados, a visão virtual do objeto não possui o mesmo significado cultural de tê-lo fisicamente. Apresentá-lo em um museu regional seria de grande importância para a história e identidade da comunidade, mas perante a realidade do artefacto e os riscos que corre ao passar por excessivos transportes leva a restituição virtual a ser uma opção viável.

Notou-se que a restituição virtual é pouco discutida na bibliografia, sendo mais tratada nos estudos na América do Norte. Em Portugal já existem museus que disponibilizam suas coleções na internet, mas é uma transferência unilateral, devido à ausência de comunicação entre a instituição e a comunidade de origem do artefacto. Como estudado, “essa transferência ou repatriação de conhecimento no espaço virtual não é unilateral” (Carlton, 2010, p. 12), é necessário que exista o envolvimento de ambos os lados, senão a ação se torna puramente uma disponibilização de material *online*.

À parte a possibilidade da restituição virtual como solução para a restituição de bens culturais no país, o estudo sobre o conceito e casos de restituição em Portugal, objetivo principal desta dissertação, se mostrou produtivo. Conclui-se que embora não seja um tema abordado com frequência pela academia, existe material a ser estudado e interesse por parte de gestores do património no país. Ao conversar com os diretores de museus e de instituições culturais, percebeu-se que existem bens culturais portugueses em outros países, como França e Inglaterra, e são artefactos que apresentam importância cultural e histórica, sendo assim poderiam abrir a discussão para restituição.

Além da questão interna e da possibilidade de Portugal pedir restituição de seus bens, ressalta-se que existem no país artefactos oriundos de outras culturas e que podem ser alvos de pedidos de restituição. As ex-colónias portuguesas passam por um período de afirmação de suas identidades nacionais e culturais, consequentemente leva ao aumento de estudos relacionados a restituição e a busca por bens culturais tomados durante as guerras e, também, durante a colonização. Notou-se essa realidade através de textos de antropólogos brasileiros, como Mariana França (2010), Luiz Carlos Borges e Marília Braz Botelho (2010), Analucia Thompson (2013), entre outros. Além do Brasil, foi visto que Angola também iniciou estudos voltados para a questão do património e de ações diretas

---

<sup>61</sup> Os espaços foram definidos de acordo com o campo de estudo da autora, sendo específicos para grupos indígenas.

para reaver bens ilicitamente retirados de seu território. São países próximos de Portugal devido à colonização e por isso esses estudos podem afetar diretamente o país, o que pediria uma visão mais clara e ativa sobre restituição.

Ao estudar o tema a fundo, é conhecido seu teor delicado, pois lida com questões de posse, legitimidade e identidade. Mas o receio pela discussão afasta a possibilidade de procurar saídas para beneficiar os dois lados em uma possível situação de restituição.

Percebeu-se que a restituição apresenta amplo campo para a pesquisa em Portugal e aprofundar essa discussão é enriquecedor para o país, principalmente se houver foco em seus museus municipais. Ao realizar as entrevistas percebeu-se que existe vasto conhecimento sobre o tema e se mostrou importante incluir essa discussão com maior constância nas instituições culturais e construir relação com as comunidades-fonte de seus artefactos. O contato dessas comunidades com esses objetos traria reforço identitário para o grupo, ação importante para que a comunidade se mantenha em contato com suas raízes e tradições.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes:

Bengui, Fonseca. (2011, outubro, 28). Executivo prepara acções para recuperar bens culturais ilicitamente exportados. Jornal de Angola.

Código de Ética do ICOM para Museus. Recuperado de <http://Icom-portugal.org/multimedia/File/Cdigo%20tica%20-%202007%20-%20verso%20final%20pt.pdf> .

Convenção Internacional Unesco (1970), Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais. Recuperado de <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec26-1985.pdf> .

Convenção do Unidroit (1995) Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados. Recuperado de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/recursos/formularios/deolinda4.11.2017/diplomare solucaodaassembleiadarepublican342000.pdf> .

Declaração de Compromisso Ético para os membros do ICOMOS (2002). Recuperado de <http://www.Icomos.pt/images/pdfs/DCE2013.pdf> .

Declaração de Mataatua (1993). Direito de Propriedade Cultural e Intelectual dos Povos Indígenas. Recuperado de <http://www.ngatiawa.iwi.nz/cms/CMSFiles/File/Associations/mataatua%20declaration.pdf> .

Convenção Internacional de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado. Recuperado de <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-haia.html>.

Declaration on the Importance and Value of Universal Museums, 2002. Recuperado de [http://archives.ICOM.museum/pdf/E\\_news2004/p4\\_2004-1.pdf](http://archives.ICOM.museum/pdf/E_news2004/p4_2004-1.pdf).

Exemplos de restituição patrimonial disponibilizados pela Unesco. Recuperado de <http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illicit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/>.

Fortunato, Jomo. (2016, março,7). Retorno simbólico e triunfal do património angolano. Jornal de Angola

Icom Portugal: definição de Museu. Recuperado de <http://Icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>.

The Case for the Return of the Partenon Sculptures (O caso para o Retorno das Esculturas do Partenon). Recuperado de <https://www.theguardian.com/artanddesign/2016/may/08/greece-international-justice-regain-Partenon-marbles-uk> .

Exemplos de restituição patrimonial em Angola disponíveis em: [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/executivo\\_prepara\\_accoes\\_para\\_recuperar\\_bens\\_culturais\\_ili\\_citamente\\_exportados](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/executivo_prepara_accoes_para_recuperar_bens_culturais_ili_citamente_exportados). Consulta em 06 de novembro de 2017

## **Bibliografia**

Abungu, G. (2004). The Declaration: A Contested Issue. In ICOM News: Focus. Volume I. 4-5. Recuperado de [http://archives.ICOM.museum/pdf/E\\_news2004/p4\\_2004-1.pdf](http://archives.ICOM.museum/pdf/E_news2004/p4_2004-1.pdf).

Almeida, C. (1993). Património - Riegl e hoje. Revista da Faculdade de Letras. História, série II, vol.10. 407-416. Porto, Portugal.

Anastassopoulos, G. (2009). President of the 34th session of the General Conference of UNESCO. Museu International: Return of cultural objects: The Athens Conference. Vol LXI, nº1-2. 241-242.

Arantes, A. (2004). Cultura e territorialidade em políticas sociais. In Lages, Vinícius, Braga, Christiano, Morelli, Gustavo (Org.) Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília. 85-130.

Areia, M (1991). *Memória da Amazónia*: Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosophica pela capitania do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá; Catálogo Tekla Hartmann. Universidade de Coimbra, museu e laboratório antropológico. Coimbra, Portugal.

Besterman, T. (2014) *Crossing the Line: Restitution and Cultural Equity*. In Tythacott, L. & Arvanitis, K. *Museums and restitution: new practices, new approaches*. Ashgate. Londres, Reino Unido.

Bienkowski, P. (2014) *Authority and the Power of Place: Exploring the Legitimacy of Authorized and Alternative Voices in the Restitution Discourse*. In Tythacott, L. & Arvanitis, K. *Museums and restitution: new practices, new approaches*. Ashgate. Londres, Reino Unido.

Borges, L. & Botelho, M. (2010). *Museus e restituição patrimonial - entre a coleção e a ética*. XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação. Rio de Janeiro, Brasil.

Brito, A.(2004). *Povos Indígenas e Relações Internacionais: A Tolerância como princípio nas relações interétnicas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil.

Cameron, C.(2016) *UNESCO and Cultural Heritage: Unexpected Consequences*. In Logan, W., Craith, M. & Kockel, U. (ed). *A Companion to Heritage Studies*. Wiley Blackwell. Sussex, Reino Unido.

Carlton, K. (2010). *Native American material heritage and the digital age: “virtual repatriation” and its implications for community knowledge sharing*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Michigan. Recuperando de  
<<http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/2027.42/77643/1/carltonk.pdf>>

Carsalade, F. (2015). *Conceito: Bem*. In Rezende, M., Grieco, B, Teixeira, L. & Thompson, A. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro.

Chambers, I. & Curti, L. (ed)(1996). *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons*. Routledge. Londres, Reino Unido.

Chambers, I. (1996) *Signs of silence, lines of listening*. In: Chambers, I. & Curti, L. (ed). *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons*. Routledge. Londres, Reino Unido.

Demossier, M. (2016). *The Politics of Heritage in the Land of Food and Wine*. In Logan, W., Craith, M. & Kockel, U. (ed). *A Companion to Heritage Studies*. Wiley Blackwell. Sussex, Reino Unido.

Domingues, I. (1991). *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas*. São Paulo, Brasil.

Economou, M. Heritage in the Digital Age. In Logan, W., Craith, M. & Kockel, U. (ed). A Companion to Heritage Studies. Wiley Blackwell. Sussex, Reino Unido.

Françoze, M. & Broekhoven, L. (2017). Dossiê “Patrimônio indígena e coleções etnográficas”. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. 709-711. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300002>

Gabriel, M. (2009) The return of cultural heritage from Denmark to Greenland. In: UNESCO, Museu International: Return of cultural objects: The Athens Conference. Vol LXI, nº1-2. Atenas, Grécia.

Guedes, M., Maio, L. (2016) Verbete de Bem cultural. In Grieco, B., Teixeira, L. & Thompson, A. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasil.

Hall, C. (1996) Histories, empires and the post-colonial moment. In Chambers, I. & Curti, L. (ed). The post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons. Routledge. Londres, Reino Unido.

Hall, S. (2011) Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais. Editora UFMG. Belo Horizonte, Brasil.

Hall, S. (1996). When was the ‘post-colonial’? Thinking at the limit. In: Chambers, I. & Curti, L. (ed). The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons. Routledge. Londres, Reino Unido.

Harrison, Rodney.(2013). Heritage: Critical Approaches. Routledge. Nova Iorque, Estados Unidos da América.

Harlin, E. & Olli, A. (2014). Repatriation: Political Will and Museum Facilities. In: Tythacott, L. & Arvanitis, K. Museums and restitution: new practices, new approaches. Ashgate. Londres, Reino Unido.

Greenfield, J. (2007). The Return of Cultural Treasures. Cambridge University Press. Cambridge, Reino Unido.

Gerstenblith, P.(2001). The Public Interest in the Restitution of Cultural Objects. Simpósio de Propriedade e Proteção do Patrimônio: Direitos da Propriedade Cultural para o século XXI. College of Law Faculty Publications. Connecticut, Estados Unidos da América. Recuperado de <http://via.library.depaul.edu/law-faculty-pubs/1334>.



Hauser-Schäublin, B. (ed) (2016); Prott, Lyndel V. Cultural Property and Contested Ownership: The trafficking of artefacts and the quest for restitution. Estados Unidos.

Jenkins, T. (2016). Keeping Their Marbles: How the Treasures of the Past Ended Up in Museums - And Why They Should Stay There. Oxford, Reino Unido.

Kaplan, I. (2016). The Case against the Universal Museum. Recuperado de <https://www.artsy.net/article/artsy-editorial-the-case-against-the-universal-museum>. Nova Zelândia.

Karlzén, K. (2010). Cultural Property and Claims for Repatriation. (Projeto de Graduação) Universidade de Göteborgs. Suécia. Recuperado de [https://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/23403/1/gupea\\_2077\\_23403\\_1.pdf](https://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/23403/1/gupea_2077_23403_1.pdf).

Kuhl, B. (2006). Restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. Revista CPC, São Paulo, n. 3. 110-144. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15601/17175>.

Kuutma, K.(2016). From Folklore to Intangible Heritage. In: Logan, W., Craith, M. & Kockel, U.(ed). A Companion to Heritage Studies. Wiley Blackwell. Sussex, Reino Unido.

Lewis, G.(2004). Universal Museums: The Universal Museum: a Special Case?. ICOM News. V.1: 3.

Loiola, E. & Miguez, P. (2007). Sobre cultura e desenvolvimento. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, Brasil.

Lydon, J. & Rizvi, U. (ed) (2010). Handbook of Postcolonial Archaeology. Walnut Creek: Left Coast Press. 39-50.Nova Iorque, Estados Unidos da América.

Maia, A. (2015) O Pós-colonial a partir de Stuart Hall, Ella Shohat e Chinua Achebe .In Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana da USP. Nº15. 9-35. São Paulo, Brasil.

Manzini, E. (1990/1991) A entrevista na pesquisa social. Didática. V. 26/27. 149-158. São Paulo, Brasil.

Manzini, E. (2003). Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In Marquezine, M. C., Almeida, M. & Omote, S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina, Brasil. 11-25.

Manzini, E. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos. Bauru, Brasil.

Mariam, H.(2009). The Cultural benefits of the return of the Axum Obelisk. In UNESCO, Museu International: Return of cultural objects: The Athens Conference. Vol LXI, nº1-2.

McCarthy, C. (2014). The Practice of Repatriation: A Case Study from New Zealand. In Tythacott, L. & Arvanitis, K. Museums and restitution: new practices, new approaches. Ashgate. Londres, Reino Unido.

Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. Revista Educação. v. 22, n. 37. Porto Alegre, Brasil. 7-32.

Nunes, R. (2011). UNESCO: Património Cultural Imaterial e a Sociomuseologia. Lisboa, Portugal.

Olabuenaga, J. & Ispizua, M. (1989). La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa. Universidad de Deusto. Bilbao, Espanha.

Pezzodipane, R (2013). Pós-colonial: a ruptura com a história única. Revista Simbiótica - Universidade Federal do Espírito Santo. Volume único; Número 3. Vitória, Brasil. 87-97. Recuperado de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033318/mod\\_resource/content/1/PEZZODIPANE%2C%20Rosane%20Vieira%20-%20Pos-colonial%20a%20ruptura%20com%20a%20hist%C3%B3ria%20%C3%BAnica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033318/mod_resource/content/1/PEZZODIPANE%2C%20Rosane%20Vieira%20-%20Pos-colonial%20a%20ruptura%20com%20a%20hist%C3%B3ria%20%C3%BAnica.pdf) .

Peers, L. & Brown, A. (ed)(2013) Museums and Source Communities. Routledge. Londres, Reino Unido.

Peters, R.(2011). Complementary and Alternative Mechanisms beyond Restitution: An Interest-oriented Approach to Resolving International Cultural Heritage Disputes. (Tese de Doutorado). European University Institute. Florença, Itália.

Peralta, E. & Anico, M. (Org)(2006). Patrimónios e Identidades: ficções contemporâneas. Celta. Portugal.

Porto, N. (2016) Para uma museologia do sul global. Multidiversidade, descolonização e indigenização dos Museus. Universidade da Columbia Britânica. Canadá.

Price, S. (2000). Arte Primitiva em Centros Civilizados. Editora da UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil.

Prott, L. (2009) The ethics and law of returns in UNESCO, Museu International: Return of cultural objects: The Athens Conference. Vol LXI, nº1-2. Atenas, Grécia.

Quijano, A. (2010). “Colonialidade do poder e classificação social”. In Quijano, A., Santos, B. & Meneses, M. (Orgs). Epistemologias do sul. São Paulo, Brasil. 84-130.

Sandis, C. (2014). Cultural Heritage Ethics: Between Theory and Practice. Cambridge, Reino Unido.

Smith, L. (2006). Uses of Heritage. Nova Iorque, Estados Unidos da América.

Ribeiro, B. & Velthem, L.(1998). Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia. In Cunha, M. (org.). História dos Índios no Brasil. 2 edição. Companhia das Letras. São Paulo, Brasil.

Roca, A. (2015) Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. Mana vol.21 no.1 Rio de Janeiro. 2015. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p123>.

Shohat, E. (1992). Notes on the post-Colonial. In Third World and Post-Colonial issues. Duke University Press. Estados Unidos. 99-113. Recuperado de <http://postcolonial.net/@/DigitalLibrary/entries/44/file-pdf.pdf>

Smith, L. & Campbell, G. (2016) The Elephant in the Room: Heritage, Affect, and Emotion. In Logan, W., Craith, M. & Kockel, U. (ed). A Companion to Heritage Studies. Wiley Blackwell. Sussex, Reino Unido.

Souza, W. & Crippa, G. (2011). O Património como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. Revista Em Questão, v. 17, n. 2. Porto Alegre, Brasil. 241-255.

Stamatoudi, I. (2011). *Cultural Property and Restitution: A Commentary to International Conventions and European Union Law*. Edward Elgar. Cheltenham e Northampton, Reino Unido.

Thompson, A. (2013) Coleções etnográficas e Património Indígena. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, Brasil. Recuperado de [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371304362\\_ARQUIVO\\_ColecoesEtnograficaePatrimonioIndigena.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371304362_ARQUIVO_ColecoesEtnograficaePatrimonioIndigena.pdf)

Triviños, A. (2009). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo*”. 5 ed. São Paulo, Brasil.

Tythacott, L. & Arvanitis, K. (2014). *Museums and restitution: new practices, new approaches*. Ashgate. Londres, Reino Unido.

UNESCO (2009). *Museu International: Return of cultural objects: The Athens Conference*. Vol LXI, nº1-2. Atenas, Grécia.

Waltikins, J. (2007). Yours, Mine, or Ours? Conflicts between archaeologists and ethnic groups. In: Watson, Sheila. *Museums and theirs Communities*. Londres, Reino Unido.

Winter, T. (2016). *Heritagescaping and the Aesthetics of Refuge: Challenges to Urban Sustainability*. In Logan, W., Craith, M. & Kockel, U. (ed). *A Companion to Heritage Studies*. Wiley Blackwell. Sussex, Reino Unido.

Wilson, C. (2009). Implications and challenges of repatriating and reburying Ngarrindjeri Old People from the Édinburgh Collection. In: UNESCO, *Museu International: Return of cultural objects: The Athens Conference*. Vol LXI, nº1-2. Atenas, Grécia.

Zanirato, S. (2009). Usos sociais do património cultural e natural. *UNESP* v. 5, n.1, p. 137-152 - São Paulo, Brasil.

## APÊNDICE A- Informação sobre os entrevistados

	Instituição	Área de formação	Função dentro da instituição	Tempo de atuação na área	Data da entrevista
<b>Luís Raposo</b>	Icom Europa.  Museu Nacional de Arqueologia.  Associação dos arqueólogos portugueses.  UNESCO.	Arqueologia.  Museologia.	Presidente do Icom Europa.  Ex-diretor do Museu Nacional de Arqueologia.  Vice-presidente da Associação dos arqueólogos portugueses.  Membro do Conselho Consultivo da Comissão Nacional Portuguesa da UNESCO.  Professor convidado.	Presidente do Icom Europa desde 2016.  Diretor do Museu Nacional de Arqueologia entre 1996-2012.	7 de fevereiro de 2018.
<b>Pedro Casaleiro</b>	Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.	Doutoramento em Museologia (University of Leicester).	Diretor.	Diretor do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra desde 2003.	8 de fevereiro de 2018.
<b>António Ponte</b>	Direção Regional do Património Norte.	Licenciado em Ciências Históricas (Universidade Portucalense).  Mestrado em Museologia (FLUP).  Doutoramento em Museologia (FLUP).	Diretor.	Diretor da Direção Regional da Cultura Norte desde 2013.	12 de fevereiro de 2018.

	Instituição	Área de formação	Função dentro da instituição	Tempo de atuação na área	Data da entrevista
<b>Paulo Costa</b>	Museu Nacional de Etnologia.  Instituto Português de Museus/Instituto de Museus e da Conservação.  Direção Geral do Património Cultura.	Licenciado em Arqueologia.  Pós-graduação em Arqueologia.	Diretor.	Início dos trabalhos no Museu Nacional de Etnologia em 1993, até 2002.  Diretor do Museu Nacional de Etnologia desde 2015.  Direção de serviços a partir de 2002 no Instituto Português de Museus.  Encarregado de organizar o departamento de património imaterial no Instituto de Museus e da Conservação a partir de 2007.  Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial desta Direção Geral do Património Cultura em 2012.	7 de março de 2018.
<b>Sérgio Lira</b>	Green Lines Institute.  Universidade Fernando Pessoa.  Universidade do Porto.	Licenciado em História (FLUP).  Mestrado em História Medieval (FLUP).  Doutoramento em Museologia (University of Leicester).	Ex professor da Universidade Fernando Pessoa  Responsável pelos projetos:  - Museu da Moeda - Banco Nacional de Angola  - Heritage policies and european museology	Investigador e coordenador desde 2007.  Professor entre 2002 e 2013.  Professor entre 2007 e 2013 (registro encontrado).	29 de março de 2018.

## APÊNDICE B- Protocolo da entrevista

### PROTOCOLO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

1. A entrevista deve realizar-se num lugar calmo, preferivelmente no Museu, em hora a agendar pelo entrevistado.
2. Antes de chegar ao local da entrevista, é necessário que a entrevistadora se familiarize com a utilização do gravador e o prepare para o início da gravação (indicação de local, entrevistado e entrevistadora, dia e hora da entrevista). Deverá previamente verificar se o gravador tem a bateria carregada.
3. A entrevistadora deve chegar ao local da entrevista 5 minutos antes da hora marcada.
4. A entrevistadora deve iniciar a conversa agradecendo o tempo do entrevistado e apresentando brevemente o âmbito e objetivos do projeto, bem como os objetivos da entrevista. A entrevistadora deve, também, apresentar-se muito brevemente.
5. Pedir aos entrevistados para assinarem "Consentimento informado".
6. Pedir ao entrevistado que se apresente brevemente, remetendo à sua vida académica e carreira na instituição.
7. Se possível façam uma fotografia do entrevistado no seu ambiente de trabalho.
8. Colocar o ficheiro áudio da entrevista e correspondente transcrição, foto/s, documentos e consentimento informado na pasta criada para o efeito na *drive*.

### GUIÃO DA ENTREVISTA INICIAL

1. O primeiro tópico que vamos abordar é o conceito de Restituição Patrimonial. Poderia fazer um comentário sobre o tema? (tendo em conta a definição, as diferentes formas de classificar uma restituição, o que o doutor... achar pertinente para contribuir com o tema... Como compreende este conceito?).
  - 1a. Apresentarei agora mais alguns termos relacionados com o conceito de restituição, e gostaria que fizesse breves comentários a respeito dos que lhe parecerem interessantes, os termos são: Restituição; Restituição Virtual; Repatriação; Curadoria Compartilhada; Retorno e Devolução. (entende que existe alguma diferença? De que forma se aproximam ou se distanciam? Ainda fazem sentido nas discussões atuais? É necessário que ocorra essa diferenciação?).
2. Conhece algum caso de restituição ou repatriação que tenha ocorrido em Portugal? (Quando ocorreu? Ocorreu com base na legislação interna ou internacional? Quais as dificuldades encontradas ao longo do processo?).
  - 2a. Dentro desta instituição, no período de tempo que aqui trabalha, já houve alguma experiência relacionada com a restituição ou a repatriação de bens culturais? O termo encaixa-se em algum caso de alguma coleção com a qual tenha trabalhado? (A restituição virtual encaixa-se como uma solução para os pedidos de restituição patrimonial que são feitos?).

### APÊNDICE C – Quadro para transcrição

Ocorrências	Sinais	Exemplificação
Incompreensão de palavras ou segmentos.	()	Do nives de rensa ( ) nível de renda nominal.
Hipótese do que se ouviu.	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador).
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre).	/	E comé/e reinicia.
Entonação enfática.	Maiúscula	Porque as pessoas reTÊM moeda.
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r ).	:: podendo aumentar para :::: ou mais	Ao emprestarmos éh::: ... dinheiro.
Silabação.	-	Por motivo tran-sa-ção.
Interrogação.	?	E o Banco... Central... certo?.
Qualquer pausa.	...	São três motivos... ou três razões ... que fazem com que se retenha moeda ... existe uma ... retenção.
Comentários descritivos do transcritor.	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição: desvio temático.	-- --	... a demanda de moeda - - vamos dar casa essa notação - - demanda de moeda por motivo ...



Superposição, simultaneidade de vozes.	Ligando as linhas	a. b. a. b. na casa de sua irmã [sexta-feira? fazem LÁ [cozinham lá.
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais de textos, durante a gravação.	“entre aspas” <hr/>	Pedro Lima ... ah escreve na ocasião.. “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós”...
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc).</li> <li>2. Fáticos: ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá (não por <i>está</i>: tá? Você <i>está</i> brava?).</li> <li>3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.</li> <li>4. Números por extenso.</li> <li>5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).</li> <li>6. Não se anota o <i>cadenciamento da frase</i>.</li> <li>7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::... (alongamento e pausa).</li> <li>8. Não se utilizam sinais de pausa, típicas da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.</li> </ol>		

**APÊNDICE D – Tabela comparativa dos documentos internacionais**

	<b>Convenção da Unesco 1970</b>	<b>Convenção Unidroit, 1995</b>	<b>Código de Ética do ICOM</b>	<b>Declaração de Mataatua, 1993</b>
<b>Objetivo do documento</b>	Proteger bens patrimoniais e impedir que sejam ilicitamente retirados de seu local de origem. Em relação aos bens que já foram exportados ilicitamente, a Convenção procura a restituição em conjunto com os membros signatários.	Ser base para reivindicações de caráter internacional de restituição de objetos culturais roubados;	Criar um conjunto de normas para ser utilizado ou servir de referência para museus ao redor do mundo, em conjunto com as leis internas. “Estabelece normas mínimas de conduta e procedimentos, às quais os profissionais podem, no mundo inteiro, aspirar razoavelmente, como também estipula claramente o que o público tem o direito de esperar da profissão museal.”	O documento vem como forma de afirmar “que os povos indígenas do mundo têm o direito à autodeterminação e em exercer esse direito deve ser reconhecido como os proprietários exclusivos de seus direitos culturais e propriedade intelectual.”

<b>Como define Património Cultural</b>	Definido no Artigo 1: “bens que, por razões religiosas ou profanas, são considerados por cada Estado como tendo importância arqueológica, pré-histórica, histórica, literária, artística ou científica e que pertencem à determinadas categorias.”	Não traz definição expressa, mas como é apresentado em seu preâmbulo que o documento é um complemento à Convenção de 1970, da Unesco, e pela maneira como é tratado em seus Capítulos e Artigos, conclui-se que seja a mesma da Convenção anterior.	Definido no glossário do documento: “Todo objeto ou conceito considerado de importância estética, histórica, científica ou espiritual.”  É função do museu promover a salvaguarda e valorização do património.	Não há definição expressa. Mas entende-se como objeto passível de restituição, qualquer um produzido por membros da comunidade indígena; artefactos ritualísticos e restos mortais.
<b>Como trata a Restituição e a Repatriação</b>	Os Estados-parte devem agir em prol de possibilitar e facilitar ações de restituição.  Utiliza o termo restituição em seu texto para falar sobre a devolução dos bens culturais.	Objetivo principal da Convenção em questão.  Procura facilitar as ações de restituição entre os membros signatários  Utiliza o termo restituição ao longo do texto	Os museus devem possibilitar que ocorram, após autorização das leis internas do país.  O Museu deve procurar se aproximar e respeitar as “comunidades fonte”  Utiliza os termos restituição e repatriação ao longo do texto.	Qualquer objeto de procedência indígena deve ser devolvido aos proprietários originais.  Não utiliza os termos restituição ou repatriação, diz que os objetos devem ser retornados.
<b>A quem se dirige</b>	Nações soberanas, signatárias.	Nações soberanas, signatárias.	Museus.	Comunidade Internacional; Comunidades indígenas; ONU.

**APÊNDICE E - Tabela de Casos Paradigmáticos de Restituição em membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa**

<b>Museus envolvido (localização)</b>	<b>Ano da Restituição</b>	<b>Principais características</b>	<b>Quem pediu a restituição</b>	<b>Referências Bibliográficas</b>
Museu de Etnologia de Viena (Áustria).	2008	Convênio entre museus; Repatriação virtual.	Museu de Culturas Dom Bosco (Brasil).	Thompson, Analucia. Coleções etnográficas e Patrimônio Indígena. Natal: 2013.
Museu Nacional de Etnologia de Leiden (Holanda).	2010-2013	Projeto de identificação e classificação com apoio de índios da etnia Ka'apor; convênio entre instituições; empréstimo de peças, apenas.	Museu Emilio Goerdi (Brasil).	Françozo, Mariana, & Broekhoven, Laura Van. (2017). Dossiê "Patrimônio indígena e coleções etnográficas". <i>Bol etim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas</i> , 12(3), 709-711. <a href="https://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300002">https://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300002</a>

Museu Missionário Etnológico Colle Don Bosco (Itália).	1999	Restituição por fotos, possibilitando a produção de artefactos baseados nos objetos antigos; Convénio entre as duas instituições.	Museu das Culturas Dom Bosco (Brasil).	Thompson, Analucia. Coleções etnográficas e Património Indígena. Natal: 2013. Informações do Museu: <a href="http://www.mcdb.org.br/">http://www.mcdb.org.br/</a>
Museu Paulista (Brasil).	1986	Repatriação de um objeto específico, um machado em formato de meia-lua.	Povo Krahó (Brasil).	Borges, Luiz Carlos e Botelho, Marília Braz. Museus e restituição patrimonial - entre a coleção e a ética. Rio de Janeiro: 2010
Nationalmuseet (Museu Nacional) (Dinamarca).	2000	Foi pedido a repatriação de um manto utilizado em rituais. Pedido não foi atendido.	Povo Tupinambás (Brasil).	Borges, Luiz Carlos e Botelho, Marília Braz. Museus e restituição patrimonial - entre a coleção e a ética. Rio de Janeiro: 2010
Fundação Sindika Dokolo.	2016	Após acordo com colecionadores europeus (não identificados) devolveu para a Angola duas máscaras Tchokwe, roubadas durante conflitos armados entre 1975-2002.	Governo de Angola, Museu do Dundo.	Fortunato, Jomo. (2016, março,7). Retorno simbólico e triunfal do património angolano. Jornal de Angola

Museu de Coimbra e Academia de Ciências de Lisboa.	1997	Embora tenha sido feito o pedido durante a exposição, este foi negado.	Museu Magúta (pertencente aos Tikuna).	<p>P. Casaleiro, comunicação pessoal, 8 de fevereiro de 2018</p> <p>Roca, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. Mana vol.21 no.1 Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <a href="http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p123">http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p123</a>. Consulta em 03 de janeiro de 2018</p>
Brasil, Portugal, Bélgica, França e Estados Unidos da América.	2011	O ministério da cultura angolano entrou com ação pedindo restituição de bens patrimoniais espoliados no período colonial ou pós-independência. O projeto conta com apoio da Unesco, ainda se encontra em desenvolvimento.	Ministério da Cultura Angola.	Bengui, Fonseca. (2011, outubro, 28)Executivo prepara ações para recuperar bens culturais ilicitamente exportados. Jornal de Angola.

**APÊNDICE F - Tabela de Casos Paradigmáticos de Restituição em não membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa**

<b>Museus envolvido (nação em que se encontra)</b>	<b>Ano da Restituição</b>	<b>Principais características</b>	<b>Quem pediu a restituição</b>	<b>Referências Bibliográficas</b>
Governo da Nova Zelândia	1996	Casa whareniui Mataatua, foi comprada da comunidade pelo governo neozelandês e passou por diversos museus pelo mundo em exposições sobre os povos nativos, ao retornar à Nova Zelândia, o povo Ngāti Awa entrou com uma ação para a restituição de seu património, conseguindo no ano de 1996.	Povo Ngāti Awa.	McCarthy, Conal. The Practice of Repatriation: A Case Study from New Zealand. In: Tythacott, Louise e Arvanitis, Kostas. <i>Museums and restitution: new practices, new approaches</i> . Ashgate. Londres: 2014
Museu Auckland (Nova Zelândia)	1997	Uma espécie de portal, chamado de Pukāki foi repatriado do Museu Auckland para o povo Te Arawa, mas devido a má conservação foi devolvido ao museu.	Povo Te Arawa.	McCarthy, Conal. The Practice of Repatriation: A Case Study from New Zealand. In: Tythacott, Louise e Arvanitis, Kostas. <i>Museums and restitution: new practices, new approaches</i> .

				Ashgate. Londres: 2014
Museu de Antropologia da  University of British Columbia (Vancouver, Canadá)	A partir de 2010	A organização do Museu chamou os Musqueam para montar as exposições que estivessem relacionadas ao seu povo. Nenhum objeto foi restituído fisicamente para a comunidade.	Povo Musqueam.	Informações sobre os projetos do Museu, inclusive o citado disponíveis no site da instituição: <a href="http://royalbcmuseum.bc.ca/">http://royalbcmuseum.bc.ca/</a>
Museu Nacional da Dinamarca	1982-2001	Aproximadamente 35.000 artefactos arqueológicos e etnográficos foram devolvidos do Museu Nacional da Dinamarca para o Museu Nacional da Gronelândia	Museu Nunatta Katersugaasivia Allagaateqarfialu (Museu e arquivo nacional da Gronelândia).	Gabriel, Mille. <i>The return of cultural heritage from Denmark to Greenland</i> . In: UNESCO, Museu International: Return of cultural objects: The Athens Conference. Vol LXI, nº1-2, May 2009



Universidade de Edimburgo	A partir de 2004	Christopher Wilson, membro de um povo aborígina da região sul da Austrália pediu a repatriação de restos mortais de cerca de 300 ancestrais do povo que se encontravam na Escócia.	Christopher Wilson, um Ngarrindjeri (povo aborígina) de Lower Murray Lakes e Coorong no Sul da Austrália.	Wilson, Christopher. Implications and challenges of repatriating and reburying Ngarrindjeri Old People from the Edinburgh Collection. In: Unesco, Museu International: Return of cultural objects: The Athens Conference. Vol LXI, nº 1-2, May 2009
Museu Britânico	Desde 1835 até os dias atuais	Grécia luta na justiça internacional pela repatriação de esculturas de mármore retiradas do Partenon pelos ingleses	Grécia	The Case for the Return of the Partenon Sculptures (O caso para o Retorno das Esculturas do Partenon). Disponível em: <a href="https://www.theguardian.com/artanddesign/2016/may/08/greece-international-justice-regain-Partenon-marbles-uk">https://www.theguardian.com/artanddesign/2016/may/08/greece-international-justice-regain-Partenon-marbles-uk</a>

Estados Unidos da América, Uruguai, Alemanha, Nova Zelândia, Reino Unido e Colômbia	2008	Autoridades peruanas procuram a repatriação de cerca de 815 peças. Sendo que de acordos anteriores já eram esperados 500 peças da Espanha, Equador e Chile de um acordo de repatriação.	Peru	<p>Informações sobre o caso envolvendo Peru:  <a href="http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illegal-trafficking-of-cultural-property/international-alerts/peru-stolen-artefacts/">http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illegal-trafficking-of-cultural-property/international-alerts/peru-stolen-artefacts/</a></p> <p>Orson, Diane. <i>The great artefact restitution from Yale's Peabody Museum to Peru</i>. 2012  Disponível em: <a href="http://www.elginism.com/similar-cases/the-great-artefact-restitution-from-yales-peabody-museum-to-peru/20120328/4156/">http://www.elginism.com/similar-cases/the-great-artefact-restitution-from-yales-peabody-museum-to-peru/20120328/4156/</a></p>
Itália	1997	Retorno do Obelisco de Axum da Itália para a Etiópia.	Etiópia	<p>Mariam, Haile. The Cultural benefits of the return of the Axum Obelisk. In: : Unesco, Museu International: Return of cultural objects: The Athens Conference. Vol LXI, nº1-2, May 2009</p>
Museu Britânico	2002	Repatriação de máscaras Kwakwaka'wakw	Centro cultural U'mista,	Porto, Nuno. Para uma museologia do sul

			(Vancouver, Canadá)	global.Multidive rsidade, descolonização e indigenização dos Museus. Universidade da Columbia Britânica. 2016
Instituto de Conservação Canadense de Ottawa (Canadá)	2016	Repatriação de uma adaga e uma espada para o governo bulgaro	Bulgária	Casos de restituição que tiveram Unesco como mediadora: <a href="http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illlicit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/">http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illcit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/</a>
Canadá	2015	Repatriação de uma máscara fenícia, datada de 600 a.C, baseada na Convenção da Unesco de 1970	Líbano	Casos de restituição que tiveram Unesco como mediadora: <a href="http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illlicit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/">http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illcit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/</a>

Embaixada dos Estados Unidos em Bagdá	2015	<p>-Foram recuperadas centenas de objetos etnográficos e arqueológicos que estavam no mercado negro e tinham sido roubados de museus regionais.</p> <p>- Cerca de 60 estátuas iraquianas foram ilegalmente transportadas para os Estados Unidos e repatriadas em 2015 quando encontradas pelo governo norte-americano</p>	Museu Nacional do Iraque.	<p>Casos de restituição que tiveram Unesco como mediadora:</p> <p><a href="http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illlicit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/">http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illcit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/</a></p>
Alemanha	2014	<p>Alemanha retornou para o Egito três objetos (stela, an obelisk and a shrine). Os artefactos vieram da Suíça e foram confiscados na Alemanha. Um tribunal em Freiburg decidiu o retorno para o Egito.</p>	Egito	<p>Casos de restituição que tiveram UNESCO como mediadora:</p> <p><a href="http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illlicit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/">http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illcit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/</a></p>

Alemanha	2013	Em 2013, a Alemanha restituiu 170 afrescos, mosaicos e ícones para o Chipre. Eles tinham sido roubados de igrejas do Chipre em 1997. Uma corte em Munique decidiu pela repatriação das peças para seu local de origem.	Chipre	Casos de restituição que tiveram UNESCO como mediadora: <a href="http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illlicit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/">http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illcit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/</a>
Alemanha	2013	Alemanha restituiu um broche de ouro de um cavalo-marinho com asas para a Turquia. O broche foi roubado do museu em Usuak em 2005, foi encontrado por autoridades alemãs em 2012 e em 2013 foi devolvido a autoridades turcas.	Turquia	Casos de restituição que tiveram UNESCO como mediadora: <a href="http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illlicit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/">http://www.Unesco.org/new/en/culture/themes/illcit-trafficking-of-cultural-property/recent-restitution-cases-of-cultural-objects-using-the-1970-convention/</a>

## APÊNDICE G – Consentimento Informado Luís Raposo

ENTREVISTA:	Número: 1
INSTITUIÇÃO ICOM Europa	Data: 07/02/2018
ENTREVISTADO Raposo, Luis	Investigadora: Julia Trindade

### ENTREVISTA

Esta entrevista será realizada como parte da pesquisa de mestrado em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cujo tema é a Restituição e Repatriação Patrimonial no Contexto Português.

Os objectivos do estudo são: Analisar e comparar os diferentes termos e tipologias relacionados à restituição patrimonial; Realizar levantamento de casos práticos de restituição que ocorreram em Portugal; Conhecer a posição dos museus portugueses sobre o tema, e analisar as leis nacionais e internacionais que regem a restituição de bens culturais. Solicita-se a vossa colaboração para desenvolver os objectivos anteriormente citados e abordar outras considerações que sejam por si consideradas como relevantes no que toca à abordagem da restituição patrimonial.

A aluna e pesquisadora responsável pelo projecto e pela entrevista é Júlia Coelho Ferreira Trindade e se encontra sob orientação da Dra. Alice Senedo.

Após devidamente esclarecido(a) sobre a natureza e objetivos da pesquisa, autorizo que todas as respostas e dados recolhidos sejam utilizados para fins académicos.

  
 (António Pontes) Luís Raposo

## APÊNDICE H- Consentimento Informado Pedro Casaleiro

ENTREVISTA	Número: 2
INSTITUIÇÃO Universidade de Coimbra	Data: 8 Jan 2018
ENTREVISTADO Casaleiro, Pedro	Investigadora: Júlia Trindade

### ENTREVISTA

Esta entrevista será realizada como parte da pesquisa de mestrado em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cujo tema é a Restituição e Repatriação Patrimonial no Contexto Português.

Os objectivos do estudo são: Analisar e comparar os diferentes termos e tipologias relacionados à restituição patrimonial; Realizar levantamento de casos práticos de restituição que ocorreram em Portugal; Conhecer a posição dos museus portugueses sobre o tema, e analisar as leis nacionais e internacionais que regem a restituição de bens culturais. Solicita-se a vossa colaboração para desenvolver os objectivos anteriormente citados e abordar outras considerações que sejam por si consideradas como relevantes no que toca à abordagem da restituição patrimonial.

A aluna e pesquisadora responsável pelo projecto e pela entrevista é Júlia Coelho Ferreira Trindade e se encontra sob orientação da Dra. Alice Semedo.

Após devidamente esclarecido(a) sobre a natureza e objetivos da pesquisa, autorizo que todas as respostas e dados recolhidos sejam utilizados para fins académicos.

( Pedro Casaleiro )



## APÊNDICE I- Consentimento Informado António Ponte

ENTREVISTA	Número: 3
INSTITUIÇÃO <i>Divisão Regional da Cultura Norte</i>	Data: <i>12/02/2018</i>
ENTREVISTADO <i>Ponte, António</i>	Investigadora: <i>Júlia Trindade</i>

\* *Captura Retangular*

### ENTREVISTA

Esta entrevista será realizada como parte da pesquisa de mestrado em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cujo tema é a Restituição e Repatriação Patrimonial no Contexto Português.

Os objectivos do estudo são: Analisar e comparar os diferentes termos e tipologias relacionados à restituição patrimonial; Realizar levantamento de casos práticos de restituição que ocorreram em Portugal; Conhecer a posição dos museus portugueses sobre o tema, e analisar as leis nacionais e internacionais que regem a restituição de bens culturais. Solicita-se a vossa colaboração para desenvolver os objectivos anteriormente citados e abordar outras considerações que sejam por si consideradas como relevantes no que toca à abordagem da restituição patrimonial.

A aluna e pesquisadora responsável pelo projecto e pela entrevista é Júlia Coelho Ferreira Trindade e se encontra sob orientação da Dra. Alice Semedo.

Após devidamente esclarecido(a) sobre a natureza e objetivos da pesquisa, autorizo que todas as respostas e dados recolhidos sejam utilizados para fins académicos.



( António Ponte )

*20.02.18*



## APÊNDICE J- Consentimento Informado Paulo Costa

ENTREVISTA	Número: 4
INSTITUIÇÃO <i>Museu Nacional de Etnologia</i>	Data: <i>07/03/2018</i>
ENTREVISTADO <i>Costa, Paulo</i>	Investigadora: <i>Julia Trindade</i>

\* Captura Retangular


### ENTREVISTA

Esta entrevista será realizada como parte da pesquisa de mestrado em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cujo tema é a Restituição e Reparação Patrimonial no Contexto Português.

Os objectivos do estudo são: Analisar e comparar os diferentes termos e tipologias relacionados à restituição patrimonial; Realizar levantamento de casos práticos de restituição que ocorreram em Portugal; Conhecer a posição dos museus portugueses sobre o tema, e analisar as leis nacionais e internacionais que regem a restituição de bens culturais. Solicita-se a vossa colaboração para desenvolver os objectivos anteriormente citados e abordar outras considerações que sejam por si consideradas como relevantes no que toca à abordagem da restituição patrimonial.

A aluna e pesquisadora responsável pelo projecto e pela entrevista é Julia Coelho Ferreira Trindade e se encontra sob orientação da Dra. Alice Semedo.

Após devidamente esclarecido(a) sobre a natureza e objetivos da pesquisa, autorizo que todas as respostas e dados recolhidos sejam utilizados para fins académicos.



( Paulo Ferreira da Costa. )
*2018.03.07*

## APÊNDICE K- Consentimento Informado Sérgio Lira

ENTREVISTA	Número: 25
INSTITUIÇÃO	Data: 13/03/2018
ENTREVISTADO: LEAN, Sérgio	Investigadora: Júlia Trindade

### ENTREVISTA

Esta entrevista será realizada como parte da pesquisa de mestrado em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cujo tema é a Restituição e Repatriação Patrimonial no Contexto Português.

Os objectivos do estudo são: Analisar e comparar os diferentes termos e tipologias relacionados à restituição patrimonial; Realizar levantamento de casos práticos de restituição que ocorreram em Portugal; Conhecer a posição dos museus portugueses sobre o tema, e analisar as leis nacionais e internacionais que regem a restituição de bens culturais. Solicita-se a vossa colaboração para desenvolver os objectivos anteriormente citados e abordar outras considerações que sejam por si consideradas como relevantes no que toca à abordagem da restituição patrimonial.

A aluna e pesquisadora responsável pelo projecto e pela entrevista é Júlia Coelho Ferreira Trindade e se encontra sob orientação da Dra. Alice Semedo.

Após devidamente esclarecido(a) sobre a natureza e objetivos da pesquisa, autorizo que todas as respostas e dados recolhidos sejam utilizados para fins académicos.

  
( Sérgio Lira )